

PESQUISA

Jussara Ayres Bourguignon

A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social

Veras

Editora
UEPG

A PARTICULARIDADE
HISTÓRICA DA PESQUISA NO
SERVIÇO SOCIAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR EDITORA UEPG
João Carlos Gomes Beatriz Gomes Nadal

VICE-REITOR CONSELHO EDITORIAL
Carlos Luciano Sant'Anna Vargas Christiana Andrade Pessoa
David de Souza Jaccoud Filho

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E DJANE ANTONUCCI CORREA
ASSUNTOS CULTURAIS FÁBIO ANDRÉ DOS SANTOS
Miguel Sanches Neto GISELE ALVES DE SÁ QUIMELLI
Sidnei Antônio Pianaro

JUSSARA AYRES BOURGUIGNON

A PARTICULARIDADE
HISTÓRICA DA PESQUISA NO
SERVIÇO SOCIAL



© 2008, Jussara Ayres Bourguignon

Conselho editorial da Veras

Myrian Veras Baptista

Odária Battini

Maria Lúcia Martinelli

Revisão

Maria Luiza Favret

Editoração

Eduardo Seiji Seki

Capa

Lúcio Kume

Foto da capa

Felipe Simão Pontes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bourguignon, Jussara Ayres

A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social / Jussara Ayres Bourguignon. — São Paulo : Veras Editora; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2015. (Pesquisa; 3) 2,21 Mb.; e-book.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-87064-34-9

1- Assistentes sociais – educação profissional. 2- Serviço Social – investigação.
3- Serviço Social – Pesquisa. 4- Serviço Social como profissão. I- Título. II- Série.

08-09071

CDD-361.32

Índices para catálogo sistemático:

1. Prática do serviço social : Bem-estar social 361.32
2. Serviçosocial : Prácticaprofissional : Bem-estar social 361.32

VERAS EDITORA

Telefax: (11) 3887 1032

www.veraseditora.com.br

veraseditora@terra.com.br

EDITORA UEPG

Av. Carlos Cavalcanti, 4748

Campus Universitário Uvaranas

Ponta Grossa – Paraná – CEP: 84030-900

Fone/fax: (42) 3220 3744

editora@uepg.br

www.uepg.br/editora

*Dedico este livro a minha família: Edilson,
Ana Maria, Camila e Felipe.*

*Agradeço o apoio das amigas Lenir e Danuta
e as contribuições da Prof^a Dr^a Maria Lúcia
Martinelli como orientadora da Tese de
Doutorado e da Banca examinadora que em
2005 motivaram a publicação deste livro:
Professoras Myrian Veras Baptista, Odária
Battini, Yolanda Aparecida Demétrio Guerra
e Maria Carmelita Yazbek.*

“Compreende-se agora porque, fora de todo julgamento subjetivo, só podemos ver, por razões epistemológicas, no presente trabalho, uma etapa no estudo de um problema, uma contribuição a uma investigação que não pode nem ser nem se pretender individual ou definitiva.”

(Goldmann, 1979)

SUMÁRIO

Prefácio	11
Apresentação.....	15
Introdução	27
A produção do conhecimento como expressão do trabalho humano	55
Relação teoria e prática: fundamento crítico para compreensão da realidade social.....	74
A particularidade da pesquisa como objetivação do trabalho humano.....	89
Pesquisa em Serviço Social: expressões da sua particularidade.....	107
A compreensão da realidade social e o enfrentamento das demandas postas à prática profissional através da pesquisa	121
A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social	143
O retorno e alcance social das pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Social	174
Conclusão.....	197
Referências bibliográficas	221

PREFÁCIO

Prefaciар esta obra é uma tarefa das mais prazerosas, e igualmente desafiantes, pois a conheci ainda no nascedouro e pude acompanhar a sua construção no circuito acadêmico, na condição de Tese de Doutorado, realizada sob minha orientação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ao acolher o convite para revisitá-la, após as necessárias adequações da autora para atribuir-lhe a configuração de livro, mais uma vez constatei, com muita alegria, a importância de seu conteúdo e o acerto da Banca Examinadora em recomendar unanimemente a sua publicação.

Trata-se de uma obra que, sem dúvida nenhuma, traz importantes contribuições para fazer avançar o processo de construção do conhecimento e de intervenção em Serviço Social, uma vez que a trajetória analítica percorrida vai ao âmago da questão, tratando de dar evidência à particularidade histórica a Pesquisa nessa área de conhecimento e intervenção profissional.

Para explicitar de modo denso e fecundo essa original contribuição, sua autora, Profa. Dra. Jussara Ayres Bourguignon, realiza um processo investigativo que tem como referência a perspectiva teórico-crítica, a partir de seus fundamentos no método dialético.

Como docente e pesquisadora que é, desde há muito, Jussara incursionou com desenvoltura pela literatura especia-

lizada, fazendo-o sempre com olhos críticos de quem conhece a profissão de Serviço Social e por ela transita tanto como área de conhecimento, como de intervenção profissional.

Assim não lhe foi difícil estabelecer um caminho através do qual, com muita propriedade, esse fenômeno particular que é o processo de construção do conhecimento, foi contemplado na sua perspectiva de totalidade complexa, pois só assim é que ele adquire significado histórico. Fiel ao método dialético, Jussara manteve-se firme nessa perspectiva, tratando de captar o fenômeno na sua essência, ao mesmo tempo em que o situa, para análise, no contexto social, econômico e político em que a profissão se insere e de onde emergem as demandas para o conhecimento e intervenção profissional.

Sua rica sensibilidade e intimidade com a temática, vão lhe possibilitar realizar análises originais e fecundas sobre questões cruciais para a profissão. Apresentadas através de uma estrutura muito bem articulada nos capítulos que compõem a obra, Jussara vai iniciar tratando da produção do conhecimento como expressão do trabalho humano e a pesquisa, em sua particularidade, como forma de objetivá-lo, para então tratar das expressões dessa particularidade na pesquisa em Serviço Social.

Aí a originalidade da obra se explicita por inteiro, enfatizando a importância da construção do conhecimento e a intrínseca relação da pesquisa com o Serviço Social. As expressões dessa particularidade, categoria filosófica trabalhada a partir de Lukács, em muito enriquecem a obra ressaltando a importância da pesquisa para a compreensão da realidade social e para o enfrentamento das demandas que se colocam para o Serviço Social; * a centralidade ocupada pelos sujeitos na pesquisa, em sua condição ontológica e não apenas como estratégia metodológica; * a importância do retorno da pesquisa para os sujeitos e seu alcance social no sentido de

fazer avançar a prática do Serviço Social, de modo crítico e propositivo repercutindo nas condições de vida dos sujeitos.

Através de uma malha analítica densamente tecida, com os fios de sua experiência como docente e pesquisadora, com a cuidadosa análise documental, da literatura, e também dos depoimentos de sujeitos representativos da categoria profissional, Jussara nos oferece uma produção madura, crítica, original e contributiva ao debate contemporâneo da profissão.

Enfim, trata-se de uma obra que espelha as qualidades de sua autora e que certamente ocupará um lugar destacado no campo da construção do conhecimento em Serviço Social.

São Paulo, julho de 2008.

Maria Lúcia Martinelli

APRESENTAÇÃO

“A rigor, cada viajante abre seu caminho, não só quando desbrava o desconhecido, mas inclusive quando redesenha o conhecido.” (Ianni, 2000)

Acreditamos que o processo de pesquisa exige do pesquisador – sujeito deste processo – se perguntar pelo desconhecido, pelo que não se sabe, pelo que é obscuro em determinado momento histórico, pelas possibilidades que se colocam ao sujeito em sua relação com a realidade e pela validade e alcance social do conhecimento produzido perante as demandas concretas da humanidade. Neste sentido, pesquisar faz parte da natureza humana e, como condição ontológica, está presente nas intenções e ações humanas.

Pesquisar é exercício sistemático de indagação da realidade observada, buscando conhecimento que supere nossa compreensão imediata, com um fim determinado e que fundamenta e instrumentaliza o profissional a desenvolver práticas comprometidas com mudanças significativas no contexto em que se insere e em relação à qualidade de vida do cidadão¹. O Serviço Social como profissão sócio-histórica tem em sua natureza a pesquisa como meio de

¹ Fundamentado em GATTI, Bernadete Angelina. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano Editora, 2002. (Série Pesquisa em Educação).

construção de um conhecimento comprometido com as demandas específicas da profissão e com as possibilidades de seu enfrentamento. Ao mesmo tempo que se coloca como uma possibilidade de objetivação da prática profissional, é desafio permanente para os profissionais que pretendam ser críticos e propositivos no atual cenário nacional e em relação ao processo de formação profissional.

Reconhecendo a atualidade da problemática da pesquisa, esta obra tem por objetivo refletir sobre a particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social, bem como sobre os desafios decorrentes dessa particularidade que se apresentam ao Serviço Social no contexto brasileiro contemporâneo.

Esta obra é resultado de pesquisa desenvolvida durante o curso de doutorado em Serviço Social defendida junto ao Programa de Pós-Graduação da PUC de São Paulo, orientada pela professora doutora Maria Lúcia Martinelli e defendida em 2005².

A opção por essa temática de investigação tem suas raízes no conjunto da experiência profissional desta pesquisadora como docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, junto ao ensino, pesquisa e extensão. Em especial, destaca-se o trabalho com as disciplinas Pesquisa em Serviço Social e Orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e a participação permanente junto ao Colegiado de Curso de Serviço Social dessa instituição de ensino superior. A mediação dessa prática docente possibilitou a aproximação da temática: a particularidade da pesquisa em Serviço Social.

² Disponível no Banco de Teses da Capes: <http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>

O exercício da docência exige domínio dos fundamentos teórico-metodológicos construídos pela profissão; acompanhamento e posicionamento frente às discussões contemporâneas que a sustentam; envolvimento teórico-prático com o projeto ético-político defendido pela categoria profissional e exercício da pesquisa não só como meio de realimentação do ensino e estimulação da extensão universitária, mas, sobretudo, como meio de contribuir para o processo de conhecimento profissional, respondendo às demandas societárias num momento sócio-histórico em que a universidade precisa reafirmar seu compromisso com a socialização do que produz em seu contexto.

Em se tratando do processo da pesquisa, desde a identificação do objeto até o desenvolvimento do processo de investigação e de sua exposição, Queiroz (1992, p. 13) oportunamente nos lembra:

A concentração do interesse do pesquisador em determinados problemas, a perspectiva em que se coloca para formulá-los, a escolha dos instrumentos de coleta e análise do material não são nunca fortuitos; **todo estudioso está sempre engajado nas questões que lhe atraíram a atenção, está sempre engajado, de forma profunda e muitas vezes inconsciente, naquilo que executa.** Além de sua posição diante do objeto a estudar, urge considerar também o momento histórico-científico em que se encontra, a maneira de compreender as ciências no mundo intelectual de que faz parte. Duas perspectivas se reúnem sempre: o ser pensante é sempre único, sua individualidade é patente; seu modo de conhecer e, portanto, sua imaginação, sua interpretação, seu julgamento de valor são sem dúvida inteiramente pessoais. (destaque nosso)

As questões motivadoras da investigação estão, portanto, relacionadas aos interesses do pesquisador e a con-

textos socialmente determinados. São fruto da sua inserção no real, que, dada a sua complexidade, instiga a busca, o novo, a superação, o original, a possibilidade de recriação. No entanto, é preciso esclarecer que, no âmbito do Serviço Social, a busca por novas possibilidades de conhecimento e de intervenção não decorre somente de uma intenção pessoal ou da exigência que a categoria profissional, por meio de suas instâncias formais, possa fazer. Decorre da natureza interventiva da profissão, do envolvimento crítico do profissional com o processo permanente de compreensão das determinações históricas, políticas, econômicas e culturais das demandas sociais e, principalmente, da experiência social acumulada pela profissão e especificamente pelo profissional quanto ao enfrentamento das expressões da questão social.

No processo de investigação para a tese de doutorado, foi possível encontrar relevantes produções acadêmicas (teses e dissertações de mestrado), no âmbito da pós-graduação, e artigos publicados nas revistas *Serviço Social e Sociedade*, *Temporalis* e *Cadernos Abess*³, as quais discutem a problemática da pesquisa em relação às demandas contemporâneas e em relação ao processo de formação profissional. Queremos destacar a obra de Aglair Alencar Setúbal, *Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade* (1995), que sempre nos inspirou a repensar a importância da pesquisa para a profissão. É possível que, diante dessas produções, nossas inquietações não sejam inéditas, mas, com certeza, apresentam outras facetas de uma problemática ainda desafiadora para a profissão. Uma profissão que busca acompanhar as vicissitudes do mundo contemporâneo sem perder de vista

³ Encontra-se no apêndice – quadro 1 – da tese que originou esta obra demonstrativo das produções citadas às quais foi possível o acesso no período de levantamento de informações para uma primeira aproximação da temática de pesquisa.

o acúmulo de conhecimento historicamente construído e o seu compromisso em produzir conhecimentos que atendam às demandas concretas postas pela realidade e apresentadas pelos sujeitos demandatários de sua prática nos diferentes campos da ação profissional.

Conforme colocado por Ianni (2000) na epígrafe desta apresentação, cada pesquisador, considerando sua experiência profissional, pessoal e suas intenções de pesquisa, estabelece novas relações com as temáticas de pesquisa, abrindo outras possibilidades ao investigar aspectos ainda obscuros. Ao pesquisar não só “abre seu caminho”, como “desbrava o desconhecido”, sobretudo “redesenha o conhecido”.

Desde o primeiro momento, o objeto de estudo foi sendo delineado e consubstanciado por meio de um processo de investigação que tem como referência a perspectiva teórico-crítica, cujos fundamentos encontram-se no método dialético. O método que permite fazer o caminho de ascensão do abstrato ao concreto é o caminho do conhecimento.

O método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do *pensamento*; em outras palavras, é um movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. A ascensão do abstrato ao concreto não é uma passagem de um plano (sensível) para outro plano (racional); é um movimento no pensamento e do pensamento. Para que o pensamento possa progredir do abstrato ao concreto, tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é, no plano abstrato, que é negação da imediatividade, da evidência e da concreticidade sensível. A ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade. O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e

do sujeito para o objeto. O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade *em todos os seus planos e dimensões*. O processo do pensamento não se limita a transformar o todo caótico das representações no todo transparente dos conceitos; **no curso do processo o próprio todo é concomitantemente delineado, determinado e compreendido** (Kosik, 1976, p. 36-37). (destaque nosso)

O conhecimento é sempre processo que envolve um esforço de reconstrução da realidade em nossa mente. Parte-se da realidade concreta, tendo como referência um objeto determinado, e por meio de processos de abstrações e aproximações às suas determinações, relações e processualidade histórica, volta-se à realidade após desvendá-la em sua totalidade complexa. O método dialético é o caminho pelo qual se pode desvendar a constituição do todo através de aproximações sucessivas, sem a pretensão de esgotar a complexidade e dinamicidade do real.

Enfatizamos ainda que, para Kosik (1976, p. 49) cada fenômeno é particular, devido a sua constituição específica, mas só ganhará significado histórico se sua essência for compreendida em uma totalidade complexa – o contexto social, econômico, político e cultural em que se insere.

Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como um momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função *dupla*, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo e, de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. Esta recíproca

conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio.

Nessa perspectiva, a categoria⁴ totalidade foi essencial para orientar as reflexões que possibilitaram compreender a particularidade da pesquisa para o Serviço Social em sua dimensão histórica.

Três dimensões da relação pesquisa e Serviço Social foram exploradas nesta obra, constituindo seus pilares fundamentais:

1) A particularidade da pesquisa para o Serviço Social

A categoria particularidade vem contribuir para nos aproximarmos do processo sócio-histórico em que a pesquisa ganha expressão e força no âmbito do Serviço Social, em especial considerando as décadas de 80 e 90⁵.

⁴ As categorias possibilitam a expressão das relações contraditórias existentes numa dada formação sócio-histórica da sociedade. São “[...] ‘formas de ser, determinações da existência’ [...]” e não meros conceitos. As categorias expressam relações e compreender as relações, é o segredo de um processo de investigação (Lukács, 1979, p. 28).

⁵ Devemos esclarecer que identificamos que a literatura que trata da pesquisa em Serviço Social privilegia a discussão desta temática a partir da compreensão de sua especificidade. Reconhecemos a importância desta abordagem, no entanto, reafirmamos a necessidade de sustentar nossas reflexões sobre pesquisa a partir da compreensão da categoria particularidade. Esta categoria, em sua complexidade e riqueza ontológica (fundado em Lukács), nos possibilita compreender a pesquisa em sua vinculação orgânica com a prática profissional, que se constrói no movimento histórico da própria profissão e que se constitui como possibilidade de avanço teórico-prático coerente com o projeto ético-político do Serviço Social.

Para Lukács (1970, p. 103-4), a particularidade constitui “um campo de mediações” a partir do qual podemos apreender o movimento dialético do universal ao singular. “O movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular; é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximativamente adequado.”

Ao nos questionarmos sobre a particularidade da pesquisa em Serviço Social, reconhecemos a necessidade de inserir esta discussão no contexto socioeconômico, político e cultural contemporâneo, buscando apreender as determinações mais gerais e sua repercussão/incidência no âmbito da prática singular do Serviço Social, principalmente quando enfrenta as demandas sociais e as exigências de seu equacionamento.

Entendemos que, na trajetória histórica da profissão, a atitude investigativa se faz presente, sendo constitutiva e constituinte da prática profissional. Constitutiva porque a prática profissional está fundamentada na relação dinâmica teoria/prática, fazendo parte da natureza da profissão buscar compreender criticamente os fenômenos sociais para fundamentar sua intervenção. Constituinte porque, inegavelmente, os avanços observados na esfera da produção de conhecimento, da prática profissional no âmbito das políticas públicas e da formação profissional mobilizam a reconstrução crítica da própria natureza profissional. Nesse processo, a profissão sofre determinações estruturais que, contraditoriamente, tanto a desafiam como, por vezes, criam-lhe barreiras, impedindo que, na singularidade da prática profissional, muitos profissionais ainda não percebam a vinculação orgânica entre intervenção/investigação.

2) A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social

Através de observação empírica e fundamentada no processo de revisão bibliográfica, percebemos que há uma lacuna nas produções sobre a pesquisa em Serviço Social, que é justamente a questão da centralidade do sujeito e sua preservação no processo metodológico de investigação do real e conseqüente produção de conhecimento profissional. Neste caso, estamos nos referindo ao sujeito demandatário da prática profissional, beneficiário/usuário das políticas públicas, que enquanto cidadão deve ser considerado protagonista de sua própria história, e não dado ou fonte de informação. Preocupar-se com o sujeito implica não perder de vista o contexto sócio-histórico em que se insere e em que se dão as relações entre o profissional assistente social e o cidadão.

Relembramos que a preocupação com o reconhecimento do sujeito – cidadão – está presente no projeto ético-político da profissão e necessita ganhar maior relevância tanto no âmbito da prática profissional em organizações sociais como no desenvolvimento de pesquisas científicas.

A pesquisa deve destinar-se não só a compreender as questões estruturais, mas, numa perspectiva de totalidade, o processo de reprodução material e espiritual da existência do ser social. Por isso, não podem passar despercebidas nas pesquisas da área, as diferentes formas como o sujeito se relaciona com a realidade social.

O grande desafio para o pesquisador assistente social que se preocupa com a centralidade do sujeito – *enquanto condição ontológica, e não como estratégia metodológica de pesquisa* – é possibilitar, através da pesquisa, maior visibilidade ao sujeito, à sua experiência e ao seu conhecimento, cuja

natureza, se desvendada, poderá permitir aos profissionais desenvolver práticas cada vez mais comprometidas ética e politicamente com a sua realidade, buscando no coletivo e na troca de saberes alternativas de superação das condições de privação e exclusão social.

3) O retorno e alcance social das pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Social

Baptista (1992, p. 88-9) nos lembra que:

A especificidade que particulariza o conhecimento produzido pelo serviço social é a inserção de seus profissionais em práticas concretas. O assistente social se detém frente às mesmas questões que outros cientistas sociais, porém o que o diferencia é o fato de ter sempre em seu horizonte um certo tipo de intervenção: a intervenção profissional. **Sua preocupação é com a incidência do saber produzido sobre a sua prática: em serviço social, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico.** (destaque nosso)

Orientado pelo compromisso ético-político profissional, o conhecimento construído pelos profissionais precisa ganhar força social e romper com os muros da academia e do próprio Serviço Social, sendo por capaz de interferir nas condições de vida do cidadão, por meio de uma prática crítica e propositiva.

A compreensão desses pilares foi trabalhada ao longo da pesquisa, sustentada em recursos metodológicos⁶ que possibilitaram a construção de um referencial teórico, a aproximação aos sujeitos que participaram da pesquisa e o desenvolvimento da sistematização e análise do conjunto

⁶ Como revisão bibliográfica, observação sistemática, entrevista orientada e correspondência eletrônica.

do material teórico e empírico, que na sua síntese constitui este texto.

É importante, neste momento, reconhecermos que as sínteses construídas são resultantes da participação dos sujeitos selecionados para a pesquisa da tese de doutorado. Esses sujeitos⁷ foram, no momento da pesquisa e são, representativos da categoria profissional do assistente social. São também significativos por sua reconhecida experiência e conhecimento no meio profissional, por serem, em seus espaços de ação profissional, protagonistas no enfrentamento dos desafios que o contexto socioeconômico e político brasileiro coloca à profissão em relação ao equacionamento das expressões da questão social.

As discussões aqui apresentadas não esgotam a complexidade do tema, apontando para um horizonte cheio de possibilidades. O termo horizonte significa “linha circular que limita o campo de observação...”, ou “perspectiva, probabilidade de desenvolvimento [...]” (Ferreira, 1988, p. 346). Entendemos, portanto, que o horizonte se constitui na possibilidade que a pesquisa nos traz em termos de reconstrução teórica da realidade concreta, reconstrução que se fez através de um esforço de investigação em torno do objeto de pesquisa *A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social*. Sendo possibilidade, “o horizonte se põe e se repõe no processo de investigação”⁸, acompanhando a dinâmica da realidade, o avanço e amadurecimento das reflexões, a interação entre os sujeitos da pesquisa e o diálogo com os autores que iluminaram as reconstruções teóricas que aqui buscamos explicitar e, principalmente, extrapolando o esfor-

⁷ A caracterização dos sujeitos, o material empírico coletado, sua sistematização e análise encontram-se na tese de doutorado já citada.

⁸ Afirmação da professora Maria Lúcia Martinelli em processo de orientação de tese no período de 2002-2005.

ço desta pesquisa, o empenho cotidiano dos profissionais de Serviço Social que, enquanto categoria, insistem em garantir à sua intervenção um cariz teórico-crítico.

Organizamos a exposição da pesquisa em dois capítulos, precedidos desta apresentação que objetivou explicitar o caminho teórico-metodológico percorrido durante o processo de investigação.

No primeiro capítulo – A produção do conhecimento como expressão do trabalho humano –, nos preocupamos em compreender o processo de produção do conhecimento como uma das expressões do trabalho humano, numa perspectiva histórico-crítica.

No segundo capítulo – Pesquisa em Serviço Social: expressões da sua particularidade –, trabalhamos os elementos priorizados nesta obra como fundamentais à discussão das problemáticas da pesquisa em Serviço Social.

INTRODUÇÃO

“Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de transformá-lo.” (Marx e Engels, 1989)

Analisando a trajetória do Serviço Social como profissão reconhecida e inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, podemos afirmar que ela tem uma história de avanços e conquistas, no sentido de consolidar uma produção de conhecimento que lhe dá sustentação teórica e metodológica para intervir na realidade social de forma crítica e criativa, e esse processo de intervenção se faz respaldado em projeto ético e político comprometido com os interesses coletivos dos cidadãos e com a construção de uma sociedade justa.

Há que se considerar que as pesquisas em Serviço Social têm contribuído para avanços significativos em diferentes campos da ação profissional, no âmbito das políticas públicas, no enfrentamento das expressões da questão social em diferentes momentos históricos, na construção da proposta curricular e definição dos seus fundamentos teóricos e metodológicos, na consolidação do projeto ético-político profissional, entre outros aspectos que poderíamos citar.

Interessa-nos demarcar que o contexto de nossas inquietações e reflexões refere-se às décadas de 80 e 90. Os anos 80 marcam uma etapa de amadurecimento da produção

teórica da profissão, e a Universidade foi a grande protagonista deste processo. Já os anos 90 representam avanços quanto à consolidação do projeto ético-político profissional, o que repercutiu nas proposições destinadas à formação profissional e na direção social da profissão, aspectos essenciais à reconstrução crítica e à consolidação da própria natureza da profissão.

Yazbek (2000, p. 24) nos lembra que:

Até o final da década de 70, o pensamento de autores latino-americanos ainda orienta, ao lado da iniciante produção brasileira (particularmente divulgada pelo CBCISS), a formação e o exercício profissional no País. Situação que, aos poucos, vai-se modificando com o desenvolvimento do debate e da produção intelectual do Serviço Social brasileiro [...].¹

¹ Destacamos, desse contexto, algumas publicações do CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais), através da revista *Debates Sociais*, como artigos de Simone Crapuchet que tratam da relação pesquisa e Serviço Social, tais como: “As profissões sociais – novas perspectivas” (1972, ano VIII, n. 14); “A pesquisa no Serviço Social e na ação social” (1976, ano XII, n. 23). Identificamos também a publicação de material referente ao I e II Seminários de Mensuração de Dados Sociais (Temas Sociais, 1978, n. 131, ano XI), realizado em 1977 no Rio de Janeiro. As publicações retratam uma perspectiva clássica de pesquisa, centrada no tratamento estatístico dos dados, e apontam para a necessidade de a profissão investir na pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas.

Ainda, observamos, na década de 80, o investimento do Celats (Centro Latinoamericano de Trabajo Social) no II Curso de Capacitación a Distancia: “La investigación social”, cujo material foi organizado por Carlos Urrutia Boloña. Nesse documento, Boloña discute a pesquisa em sua relação com a prática profissional, reduzindo a compreensão da pesquisa a instrumentação da prática profissional. Essa perspectiva desqualifica a relação dinâmica entre a pesquisa e a prática profissional, capaz de gerar um processo de produção de conhecimento. Reflexões que aprofundam essa discussão podem ser encontradas em Baptista (2001, p. 31-48).

Todavia, não podemos ignorar que os avanços são decorrentes de um processo histórico do qual destacamos as contribuições e impasses herdados da década de 60², especificamente da segunda metade, momento em que se engendra, através do movimento de reconceituação, um processo de renovação do Serviço Social³.

Netto (1998, p. 131) considera renovação como:

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constringências da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e de assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e de sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Netto (1998, p. 154-9) aponta três direções⁴ principais para o processo de renovação do Serviço Social: a perspectiva modernizadora, que se desenvolve no período pós-64 até meados da década de 70, no qual se dá a modernização das

² Parece haver consenso entre os estudiosos da matéria, ao reconhecerem que a preocupação com a teorização no Serviço Social emerge explicitamente na segunda metade dos anos 60. “Data de então [...] um esforço, cujos resultados ainda reclamam uma avaliação cuidadosa, para pensar o Serviço Social (como conjunto de práticas profissionais e como articulação de saberes) recorrendo a parâmetros, balizas e critérios gestados no seu exterior, seja no âmbito das chamadas Ciências Sociais, seja no da tradição marxista.” (Netto, 1989, p.146).

³ Contribuições essenciais sobre o Movimento de Reconceituação em Serviço Social podem ser encontradas em IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos* (1992) e em MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação* (1993).

⁴ Netto em seu livro *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (1998), analisa cada uma dessas direções, apontando contradições e repercussões no interior da profissão.

concepções profissionais, buscando adequar a profissão às estratégias de desenvolvimento capitalista; a reatualização do conservadorismo, que se dá em meados da década de 70, como uma vertente que busca romper com a tradição positivista presente na profissão e rejeita a perspectiva marxiana, voltando-se para a inspiração fenomenológica; a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional que atravessa os fins dos anos 70 e o início dos anos 80 e que efetivamente contribui para a renovação cultural da profissão.

É a partir da década de 80⁵ que se institui de modo mais sistemático o debate acadêmico do Serviço Social, marcando um processo de ruptura com o conservadorismo presente na constituição da profissão, sendo que essa intenção de ruptura apresenta alguns significados históricos.

Conforme Netto (1996, p. 111):

A década de oitenta consolidou, no plano ídeo-político, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço

⁵ Não ignoramos que a década de 80 apresenta traços fundamentais ao cenário brasileiro em que se movimenta o Serviço Social. Destes, podemos destacar: caracteriza-se pela chamada “crise brasileira dos anos 80”, que é expressão de uma crise geral do capitalismo internacional, devido à forma como o Brasil se insere na ordem capitalista mundial e que aqui ganha particularidade (Mota, 1995).

Mota (1995) e Raichelis (1998) apresentam como aspectos centrais desse período: crise fiscal do Estado, baixas taxas de crescimento do PIB, compressão dos salários e conseqüente aumento da concentração de riqueza, agravamento da questão social, deterioração das condições de vida e de trabalho da maioria da população brasileira; de outro lado, a década de 80 traz à tona um movimento sociopolítico de redefinição das relações entre Estado/sociedade civil, através da organização dos movimentos sociais em diferentes setores que passam a dar visibilidade às demandas populares, dos sindicatos que fortalecem suas lutas pelos direitos dos trabalhadores e, no conjunto dessas mobilizações, o desencadeamento de um processo de reconstrução das instituições democráticas, culminando com a elaboração da Constituição Federal de 1988, marco legal da democracia e conquista dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro.

Social. Entendamo-nos: essa ruptura não significa que o conservadorismo (e, com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional; significa, apenas, que – graças a esforços que vinham, pelo menos, de finais dos anos setenta, e no rebatimento do movimento da sociedade brasileira – posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente. É correto afirmar-se que, ao final dos anos oitenta, a categoria profissional refletia o largo espectro das tendências ídeo-políticas que tencionam e animam a vida social brasileira. Numa palavra, *democratizou-se* a relação no interior da categoria e legitimou-se o *direito à diferença ídeo-política*.

Durante a década de 80, esse processo de rompimento com o conservadorismo gerou, no interior da profissão, uma cultura que reconhece a pluralidade teórico-metodológica; no entanto fortalece a orientação marxista como direção hegemônica para o projeto ético-político profissional. Essa orientação coloca como valor central os princípios de democracia, liberdade, justiça social e dignidade humana, definidos e explicitados no Código de Ética de 1993, marco significativo para a profissão nos anos 90⁶.

As análises de Netto (1998, p. 135-6) sintetizam quatro aspectos que indicam as decorrências desse processo de renovação para o Serviço Social:

⁶ O contexto socioeconômico da década de 90 é marcado pela vigência do neoliberalismo no Brasil. Adotam-se medidas voltadas para “[...] uma política industrial centrada na abertura comercial, e pelo novo impulso no processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público, reestruturação das políticas sociais etc. [...]” (Alves, 1996, p. 131). Tais medidas, caracterizadas como “ajuste neoliberal”, fazem parte de uma estratégia para saída da crise do Estado e do capitalismo agravada nos anos 80. Avançam também, nesse contexto, as relações de parceria entre Estado e sociedade civil como mecanismo de enfrentamento da questão social e de viabilização das políticas públicas.

- a) pluralismo teórico, ideológico e político no contexto da profissão;
- b) rompimento com concepção homogênea da profissão e utilização de diferentes recursos teórico-metodológicos;
- c) articulação com as discussões presentes nas Ciências Sociais, colocando a profissão como interlocutora sintonizada com as polêmicas teórico-metodológicas e rompendo com a condição de subalternidade intelectual, limitada à execução de práticas;
- d) constituição de vanguarda intelectual dedicada à pesquisa e à vida acadêmica.

Isto posto, as décadas de 80 e 90 marcam historicamente avanços e conquistas para o Serviço Social nos seus diferentes campos de ação, bem como em seu processo de constituir-se e de consolidar-se como espaço de produção de conhecimento em seu próprio âmbito e frente às demais áreas de conhecimento.

É nesse contexto que a própria profissão se define como objeto de atenção, buscando compreender sua natureza, seus procedimentos e sua relação com outras áreas de conhecimento.

A década de 80 marca o reencontro do Serviço Social consigo mesmo no que se refere à busca de estabelecimento de novas bases para compreensão do seu passado histórico, das particularidades de sua prática na sociedade marcada por relações de classe, da sua relação com o Estado e com as forças da sociedade civil e de sua posição quanto às demandas sociais, cada vez mais complexas, situando-se no âmbito da divisão sócio- técnica do trabalho.

É interessante observar que nesse trajeto de auto-reconhecimento as interpretações são múltiplas. Instaura-se um debate, a partir da literatura, entre distintas visões do

Serviço Social, inclusive no interior do campo progressista (Iamamoto, 1993, p. 106).

Afirmamos que houve avanços referentes à crítica teórico- metodológica no interior do Serviço Social, tanto no que se refere à perspectiva marxista quanto à tradição conservadora de cunho positivista, ou seja:

Avançamos da mera denúncia do tradicionalismo profissional ao enfrentamento efetivo de seus dilemas, tanto na construção da crítica teórica como na elucidação de seus limites socioculturais e políticos na condução da prática profissional; avançamos no esforço de ultrapassar os “metodologismos” na direção de uma maior proximidade do Serviço Social com as grandes matrizes do pensamento social contemporâneo, delas extraíndo os fundamentos teórico-metodológicos para a explicação da profissão e para iluminar suas possibilidades de intervenção. Avançamos do ecletismo no trato das teorias para a busca de uma convivência plural de idéias no universo profissional, o que não deve eliminar a luta pela hegemonia travada entre os representantes de distintas vertentes analíticas e suas matrizes na arena acadêmico-profissional (Iamamoto, 1993, p. 107).

Esta década marca o debate profissional em relação a dois grandes eixos temáticos:

- 1) crítica teórico-metodológica ao conservadorismo e à vulgarização do marxismo, colocando a polêmica em relação à história, teoria e método;
- 2) resgate da historicidade de sua trajetória histórica brasileira para explicitação e compreensão de suas particularidades históricas e inserção na divisão sócio-técnica do trabalho (Iamamoto, 1993, p. 106).

Netto (1996, p. 109) afirma que tais avanços “[...] remetem, direta mas não exclusivamente, à *pesquisa*, à *produção*

de conhecimentos e às alternativas de sua instrumentalização – e, no caso do Serviço Social, isso quer dizer conhecimento sobre a realidade social”. Especificamente, conhecimento sobre a dinâmica das transformações societárias que pressionam a profissão para reconstrução de alternativas teórico-metodológicas que sustentam a sua intervenção na realidade.

Na década de 80, o Serviço Social enfrenta questões sobre as políticas sociais, em especial quanto à consolidação de políticas públicas na área da seguridade social (abarcando o tripé saúde, assistência e previdência social), família, criança e adolescente, terceira idade e trabalho. Estas, entre outras instâncias das políticas públicas, passam a ser pauta do debate da profissão, gerando produções acadêmicas que dão visibilidade a essas temáticas, bem como à ação profissional desencadeada nessas áreas. Isso se dá numa conjuntura da construção da Constituição Federal de 1988 e, desde então, de permanente luta pela consolidação dos direitos sociais já assegurados, de forma articulada às organizações da sociedade civil.

Tais preocupações contribuíram para que o Serviço Social enfrentasse e continue enfrentando, junto com a sociedade civil organizada, os impasses, desafios e dilemas que a democracia, a cidadania e os direitos sociais colocam à prática social e neste âmbito, em especial, à prática do profissional do Serviço Social.

Na década de 80, a preocupação com as políticas sociais voltava-se especialmente para o Estado:

[...] no bojo da expansão monopolista, mediada pelas políticas sociais públicas, como estratégias do bloco do poder no enfrentamento da “questão social”. A ótica é a de que através dessas políticas viabilizam-se direitos sociais implicados no estatuto de cidadania [...] (Iamamoto, 1993, p. 110).

Já de acordo com Abreu e Simionato (1997, p. 134):

Este eixo temático é revitalizado nos anos 90, com o redimensionamento das questões referentes aos direitos sociais, cidadania, democratização e universalização das políticas públicas. Essas questões estão hoje profundamente tencionadas pelas estratégias de controle social da nova ordem burguesa. Elas ganham relevância no vasto campo político-ideológico da formulação e consolidação de uma nova cultura política posta pelo capital nos marcos das estratégias da “acumulação flexível” em que as relações entre Estado e sociedade civil constituem *locus* privilegiado.

Ainda, essas autoras colocam que a maior parte dos temas de pesquisa dos anos 80 e que continuam sendo abordadas nos anos 90 referem-se às políticas públicas na sua interface com o Estado. Exemplo disso é a temática Seguridade Social, a partir de seu marco histórico, que é a Constituição Federal de 1988. Mais recentemente, vêm avançando as investigações sobre a sociedade civil, os processos de gestão e controle das políticas públicas e o papel dos Conselhos de Direitos. Também ganha ênfase o campo de preocupação relativo aos usuários do Serviço Social, muito embora na sua relação com as políticas públicas.

Marcos históricos recentes e relevantes são os dez anos da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas – Lei 8.742/93), comemorados em 2003, e os dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90), em 2000. Eventos que retratam conquistas no campo dos direitos sociais, principalmente em relação à proteção social, destinadas aos segmentos vítimas do processo de exclusão social, como famílias, crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais.

A Constituição Federal de 1988 introduziu no Brasil o conceito de Seguridade Social⁷ e, nesse contexto, a Assistência Social passa a ser reconhecida como política pública, no mesmo patamar da saúde e previdência social.

Em 1993, a regulamentação da Loas (Lei Orgânica de Assistência Social) garante maioria jurídica à Assistência Social, trazendo-a para o campo do Direito, com responsabilização do Estado, e expressa a recusa da tradição clientelista, assistencialista e tutelar ainda presente em suas ações. A Assistência Social adquire estatuto de política pública e enfrenta alguns desafios: superar o caldo cultural marcado por essas características, que, muitas vezes, norteiam as ações do Estado e das entidades sem fins lucrativos atuantes nessa esfera da política pública; avançar em relação ao processo de avaliação da gestão da política em suas diferentes instâncias; consolidar um processo de controle social, com efetiva participação da sociedade civil, e assegurar financiamento adequado à complexidade das ações de enfrentamento à pobreza, de garantia dos direitos mínimos sociais, de desenvolvimento de ações de prevenção, proteção e inclusão social, e repensar as ações destinadas à família de baixa renda, preconizando ações de caráter intersetorial e de rompimento com a segmentação da família em suas unidades. A família brasileira, devido às suas transformações em termos de composição e significados, especialmente a família de baixa renda, reclama por respostas coerentes às suas demandas. O lugar da família no âmbito das políticas públicas é uma questão que merece aprofundamento e está em debate no contexto da profissão.

⁷ A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo II, art. 194, define que Seguridade Social “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Merece destaque o esforço de construção do Sistema Único de Assistência Social (Suas), viabilizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social e pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004. O Suas responde às deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em 2003 e materializa as diretrizes da Loas. No entanto, conforme Boschetti (2004, p. 117), seu resultado “[...] como estratégia de resgate da Loas e de fortalecimento do sistema descentralizado e participativo, ainda está por ser avaliado [...]”, o que certamente exigirá processo de acompanhamento e investigação por parte dos núcleos de estudos, dos profissionais e dos pesquisadores da área.⁸ Em dez anos, muitas pesquisas⁹

⁸ Detalhamentos sobre o Suas encontram-se na *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 78 de julho de 2004 e na *Versão Oficial da Política Nacional de Assistência Social*, 2004, publicadas pela Editora Cortez.

⁹ Trabalhos de pesquisa desenvolvem discussões amplas e de fundo sobre a concepção e gestão da política pública de Assistência Social, bem como análises das expressões particulares dessa política em realidades estaduais e municipais. No Paraná, lembramos a pesquisa intitulada *Descentralização político-jurídico-administrativa na implementação da Loas – Lei Orgânica de Assistência Social: reconstrução de conceitos ou manutenção de saberes e práticas*, sob a coordenação da professora doutora Odária Battini, criada em 1994 como estratégia adotada no processo de implementação da Loas no Paraná (1996-1998). Em 1998 foi criado o Centro Interinstitucional de Pesquisa e Consultoria em Políticas Públicas. Em 2000, a pesquisa vinculou-se ao Curso de Serviço Social da PUC-Pr, ao Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do CNPQ e à Fundação Araucária. Atualmente, o grupo de pesquisa tem contribuído para o processo de implantação do Sistema de Informação da Política de Assistência Social e na gestão do Suas e estabelece articulações com a UFPr, Celepar, Secretaria do Estado do Emprego e Promoção Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Informações fornecidas por Jucimeri Isolda Silveira, presidente do Cress/11ª Região em fevereiro de 2005). Destacamos também a contribuição de Selma Maria Schons com sua obra: *Assistência Social entre a ordem e a ‘des-ordem...’*, de 1999, Editora Cortez. Nesse contexto, desenvolvemos dissertação de mestrado, junto à PUC-SP, intitulada *O processo de configuração da Assistência Social no município de Ponta Grossa – Pr.* (1997).

foram desenvolvidas sobre a Assistência Social, contribuindo para avanços de ordem conceitual e construindo referências importantes sobre as temáticas que constituem a natureza dessa política pública. Nesse campo, imprescindível tem sido a contribuição da PUC de São Paulo, com a interlocução de seus professores, na construção de espaços de discussão sobre a Assistência Social através de núcleos de pesquisa e no fomento da produção acadêmica através de teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos e livros de referência nacional.

Em especial, destacamos o Núcleo de Seguridade e Assistência Social (Nepsas)¹⁰, núcleo de estudos e pesquisas coordenado pela professora Aldáiza Sposati junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC de São Paulo que tem trabalhado os elementos necessários à efetivação dos preceitos da Loas, dentre os quais podemos destacar:

- o reordenamento institucional e a efetivação em municípios e estados dos instrumentos democráticos de gestão dessa política social como Conselhos, Fundos, Planos etc.
- a consolidação do conteúdo da assistência social como política pública de seguridade e, portanto, asseguradora de direito.
- a construção de informações sobre esse campo de política social, de modo a permitir o desenvolvimento de serviços, programas e projetos (Sposati, 1997, s/p).

¹⁰ O Nepsas apresenta as seguintes características: “(a) como núcleo de pesquisa, reúne docentes e discentes, mestrandos e doutorandos, e articula-se com diferentes centros de investigação no campo da Seguridade e Assistência Social; b) como consultoria e intervenção compõe-se de uma equipe de profissionais, de alunos de Pós-Graduação e pesquisadores, vinculando-se [...] ao Instituto de Estudos Especiais (IEE), Instituto Pólis e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe”. (Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, 2002, p. 22).

Como referência aos profissionais e pesquisadores que atuam no âmbito da Assistência Social, temos do Nepsas três documentos essenciais: Assistência Social na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras de 1985, Carta-Tema de 1990 e o Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo de 2000, entre outros estudos que tematizaram questões centrais dessa política pública.

A política de Assistência Social ganha um espaço relevante de reflexão e pesquisa na profissão pelo fato de ser campo privilegiado de intervenção profissional e ter vinculação histórica com a natureza e constituição da profissão.

Igualmente, ganham maior visibilidade as diversas formas de expressão da questão social, havendo um grande esforço teórico-crítico no sentido de apreendê-la no movimento contraditório da sociedade, possibilitando maior consistência à prática profissional no enfrentamento dessas expressões. A questão social é “[...] elemento que dá concretude à profissão [...]”, constituindo-se em “[...] eixo ordenador do currículo” (Cardoso et al., 1997, p. 20-1).

[...] a questão social se apresenta como um eixo central capaz de articular a *gênese* das seqüelas inerentes ao modo de produzir-se e reproduzir-se do capitalismo contemporâneo, o que envolve as mudanças no mundo do trabalho; suas *manifestações e expressões concretas* na realidade social, particularmente a exclusão social; *as estratégias de seu enfrentamento* articuladas pelas classes sociais e o papel do Estado neste processo; e, por fim, os desafios teóricos, políticos e técnico-operativos postos ao Serviço Social para seu desvelamento e processo de trabalho (Cardoso et al., 1997, p. 26).

No movimento das transformações societárias e, de forma inerente, no movimento de repensar a profissão, há um processo de construção e afirmação de um projeto éti-

co-político comprometido com a cidadania e renovador da direção social da formação profissional.

A esse respeito, evidencia-se no debate no interior da profissão e no processo de revisão curricular, coordenado pela Abess, uma diversidade de posições quanto aos vínculos do projeto profissional com os projetos societários, mas reafirma-se a dimensão política da prática profissional, em consonância com as diretrizes curriculares da década de 80 e o Código de Ética de 1986, considerando referência do processo de renovação profissional e cuja direção social defendida vincula-se aos interesses das classes subalternas. Essa direção também é reafirmada pelo Código de Ética Profissional de 1993, no qual o tratamento da dimensão ético-política da profissão se expressa pelo compromisso com valores e princípios colocados no horizonte de superação da ordem burguesa (Cardoso, 1998, p. 29).

Não menos relevante, esse movimento repercute na elaboração de uma proposta curricular em que a formação profissional se direciona para o desenvolvimento de competência teórico-metodológica de natureza pluralista orientada pela tradição marxista. Nessa perspectiva, a formação profissional funda-se na interlocução com o conjunto de conhecimentos científicos acumulados pelas diversas áreas das ciências humanas e sociais, especialmente dialogando com as vertentes clássicas.

A discussão da Reforma Curricular preocupa-se em aprofundar a reflexão sobre a dimensão técnica e operativa do Serviço Social de forma coerente com a dinâmica societária e capaz de apreender essa dinâmica em sua totalidade e processualidade histórica.

Nesse contexto, a pesquisa surge como uma preocupação formativa. Trata-se de um desafio a ser enfrentado e proposto pelas novas diretrizes curriculares, ou seja:

- garantir uma formação profissional à base da pesquisa e sob a ótica pluralista, considerando que a dimensão investigativa se constitui em princípio e condição de formação e das práticas profissionais e que a postura pluralista supõe relações democráticas construídas na interlocução crítica entre portadores de perspectivas político-ideológicas diferenciadas (Cardoso, 2000, p. 16).

Em sua trajetória histórica, a profissão, ao construir e reconstruir um legado teórico¹¹, estabelece diálogo crítico com outras áreas do conhecimento, sendo importante interlocutora no campo das reflexões sobre a questão social e seu enfrentamento através da política pública.

Creio que um ponto é pacífico: a década de oitenta assinalou a maioria do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica. Nesse decênio, desenvolveu-se, no interior da categoria, uma “divisão do trabalho” (uma especialização) que é própria das profissões amadurecidas: a criação de um segmento diretamente vinculado à pesquisa e à produção de conhecimentos. Constituiu-se uma *intelectualidade* no Serviço Social no Brasil, que passou a ser o vetor elementar a subsidiar o “mercado de bens simbólicos” da profissão. Foi característica desse mercado a circulação de *produções brasileiras* – não é de menor importância, no período, a diminuta difusão de literatura profissional estrangeira (Netto, 1996, p. 112).

É importante lembrar que, embora os avanços tenham sido muitos até os anos 90, e aqui pontuamos alguns poucos, muito há que se trilhar em termos de consolidação e socialização de tais avanços.

¹¹ José Paulo Netto no Prefácio do livro *A instrumentalidade do Serviço Social* de Yolanda Guerra (1995), faz referência ao “acervo teórico no campo do Serviço Social”, construído por importante grupo de intelectuais e que vem contribuindo para o reconhecimento da profissão.

Além disso, a categoria profissional não dispõe de suficientes canais e circuitos que operem uma efetiva socialização de tais avanços – o que tem contribuído para alargar, numa escala preocupante, a distância entre as vanguardas acadêmicas e a massa de profissionais “de campo” (Netto, 1996, p. 109).

A pesquisa tem sido privilegiada, em alguns contextos, no âmbito da profissão, estimulando a atitude investigativa na postura e no exercício profissional¹². Porém, ao mesmo tempo que muito já se fez e se conquistou nas duas últimas décadas do século XX (80-90), a pesquisa continua sendo uma exigência que as vicissitudes do mundo contemporâneo colocam à profissão, o que carece de maiores investimentos e uma postura do profissional de permanente crítica e indignação com as manifestações sociais do modelo de desenvolvimento econômico que sujeita a maioria da população ao processo de exclusão social.

¹² Destacamos as ações, discussões e produções dos profissionais do campo sociojurídico, que nos últimos anos vêm ganhando expressão, ao promover o debate sobre as particularidades da prática profissional nesse campo. Como exemplo, temos: a sessão temática “Serviço Social e Sistema Sociojurídico”, inaugurada no X CBAS – 2001 e mantido no XI CBAS – 2004; a publicação da *Revista Serviço Social e Sociedade* – 67 (2001) sobre o Tema Sociojurídico; a realização do Encontro Nacional Sociojurídico: o Serviço Social e a garantia de direitos nos sistemas de justiça e penitenciário, realizado em setembro de 2004 em Curitiba, PR; a apresentação de oficina temática denominada “Serviço Social sociojurídico” em novembro de 2003 no II Congresso Parananense de Assistentes Sociais; as publicações *Perda do Pátrio Poder: aproximações a um estudo socioeconômico*, coordenada por Eunice T. Fávero e publicado pela Veras Editora em 2000, *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no Judiciário, penitenciário e na previdência social*, organizado pelo Cfess e publicado em conjunto com a Cortez Editora em 2003; *O Serviço Social sociojurídico*, publicação do Cress – 7 Região/Rio de Janeiro na *Revista em Foco*, em maio de 2004.

Conforme já verificamos, não podemos negar que a tradição da pesquisa está restrita à Universidade, mais especificamente circunscrita ao nível da pós-graduação. Existe uma tendência em se aceitar que produzir conhecimento é competência apenas de docentes, de especialistas e que deve ocorrer no espaço acadêmico. Kameyama (1998, p. 34) lembra:

De fato, os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para a produção de conhecimentos, mas não são suficientes, na medida em que grande parte dos projetos de pesquisa é realizada individualmente, e também na medida em que o ensino na pós-graduação (nível mestrado) é concebido antes de tudo para formar recursos humanos para a docência (ensino) e, subsidiariamente, para a pesquisa. No entanto, as atividades de pós-graduação estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica, que têm nas universidades o seu espaço privilegiado, uma vez que no Brasil as instituições de pesquisa são ainda reduzidas.

Práticas e representações da pesquisa restrita ao meio acadêmico favorecem a falta de iniciativas e investimentos dos profissionais na sua preparação como pesquisadores. Reconhecemos que a própria inserção da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho impõe à profissão limites quanto aos investimentos institucionais para fomento à pesquisa e quanto ao reconhecimento da sua produção, bem como quanto à incorporação da prática investigativa pelos profissionais. Romper com a dicotomia prática profissional/pesquisa científica é o desafio que se coloca à profissão. Aqui é importante afirmar que o rompimento se fará através de um processo mediado pelo movimento da própria realidade.

A relação do Serviço Social com a pesquisa surge em função de um processo histórico de amadurecimento intelectual e de demandas societárias, o qual vai revelando uma profissão capaz de gerar conhecimentos que lhe acrescentam subsídios teórico-metodológicos coerentes com sua natureza e com as exigências societárias, mas é no contexto acadêmico que a pesquisa se revela como potencialidade para o Serviço Social.

Em poucas palavras, é relevante identificarmos, que contexto é esse, ou seja, o contexto universitário, que, embora seja espaço privilegiado de se fazer pesquisa, sofre interferências na sua relação com a sociedade.

Chauí (2001, p. 34-41) contextualiza a situação da universidade brasileira no âmbito do neoliberalismo¹³, apontando algumas temáticas presentes, hoje, quando se discute a relação Universidade/sociedade, pois a seu ver “[...] a Universidade é uma *instituição social*. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada”. Assim, argumenta que se sedimenta uma tendência cada vez maior em se aceitar a separação entre ensino e pesquisa, entre graduação e pós-graduação, em lugar de pensar e trabalhar esses elementos de forma articu-

¹³ “A economia capitalista mundial, conhecida como neoliberalismo, constitui-se como aquilo que alguns chamam ‘acumulação flexível do capital’, isto é, o fim do modelo industrial fordista e do modelo político-econômico keynesiano. Ao modelo fordista, a economia responde com a terceirização, a desregulação, o predomínio de capital financeiro, a dispersão e fragmentação da produção e a centralização/velocidade da informação e a velocidade das mudanças tecnológicas. Ao modelo keynesiano do Estado de Bem-Estar, a política neoliberal responde com a idéia de Estado mínimo, a desregulação do mercado, a competitividade e a privatização da esfera pública” (Chauí, 2001, p. 129-30).

lada e integralmente. Há também aceitação da privatização do ensino e da pesquisa, desobrigando o Estado para com a estrutura universitária necessária à formação profissional de qualidade e crítica, bem como para com o financiamento de pesquisas comprometidas com os interesses coletivos e a serviço da população. O que se vê é o crescente financiamento de pesquisas relevantes aos interesses de mercado. As interferências do mercado e a fragilização do Estado no cumprimento de seu papel retiram das instituições de ensino superior, principalmente das públicas, a autonomia para definir suas prioridades, seu projeto pedagógico e a direção social de sua produção acadêmica.

Abreu e Simionatto (1997) apontam uma série de limites à pesquisa em Serviço Social, devido as condições institucionais e à falta de tradição investigativa nessa área, que no contexto do Serviço Social ganham relevância, como baixos investimentos financeiros e poucos pesquisadores em condições de atender aos requisitos das agências de fomento.

Apesar do reconhecimento institucional da produção intelectual no âmbito dessa profissão, pelas agências oficiais de fomento à pesquisa (CNPq, Capes e outras), e da sua classificação como área de conhecimento, credenciada a receber recursos, ainda são limitadas as condições de acesso aos mesmos. São poucos [...] os pesquisadores em Serviço Social que atendem às exigências das referidas agências, sobretudo no que se refere à titulação – doutor e livre-docente – e à inserção em programas de pós-graduação já consolidados (Abreu e Simionatto, 1997, p. 133).

É nesse contexto de fragilização da pesquisa e da universidade comprometida socialmente que a pesquisa se coloca como base do processo de formação profissional, como elemento constituinte da prática profissional e capaz de produzir estudos rigorosos com o objetivo de responder

criticamente aos impasses derivados da conjuntura social, econômica e política assentada na perspectiva neoliberal.

Setubal (1995, p. 17) alerta “[...] que é nos momentos de maior tensão social que as questões sociais se tornam mais visíveis, e que ocorre o maior chamamento do Serviço Social para a pesquisa”. Podemos acrescentar que é nos momentos de tensão que as contradições sociais e as próprias à natureza da profissão se acirram, alimentando a pesquisa na busca de apreender os processos de constituição da natureza da profissão, apontando possibilidades de superação aos seus limites e impasses.

Atenta aos desafios que, no contexto contemporâneo se colocam à profissão, a Abepss realizou, entre 30 de novembro e 3 de dezembro de 2004, na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, RS, o IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess). Este evento apresentou como temática central “Os desafios da pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social”, buscando:

[...] subsidiar a construção de alternativas críticas para o enfrentamento da questão social, que fujam à mistificação neoliberal e que formulem propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo e afirmem o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia (Abepss, Apresentação, IX Enpess, 2004).

Concordamos, então, com Iamamoto (1998), Martinelli (1994) Setubal (1995) e com as orientações da Abepss, presentes nos *Cadernos Abess*, *Revista Temporalis*¹⁴ e nas

¹⁴ IAMAMOTO, M. *O Serviço Social na contemporaneidade* (1998); MARTINELLI, M. L. *O ensino teórico-prático do Serviço Social: demandas e alternativas* (1994); SETUBAL, Aglair A. *Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade* (1995); *Cadernos Abess* 3, 4,5, 6, 7 e 8 (1989-1998); *Revista Temporalis* 2 e 8 (2000-2004).

discussões travadas durante o IX Enpess, que reivindicam que a pesquisa se afirme como constituinte do exercício profissional para conhecimento da realidade e construção de propostas que dêem materialidade aos princípios ético-políticos que orientam o projeto profissional do Serviço Social.

Estamos propondo discutir essa problemática e, portanto, reafirmamos que temos como pressuposto orientador que a pesquisa é constitutiva e constituinte da prática profissional do Serviço Social, sendo determinada pela sua natureza interventiva e pela sua inserção histórica na divisão sócio-técnica do trabalho. É constitutiva e constituinte porque faz parte da natureza da profissão e aparece e se desenvolve socialmente ao desvendar a complexidade do real e nele buscar as possibilidades de intervenção.

Articulada a esse pressuposto e na sua interface, neste texto nos preocupamos com a centralidade que as pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Social garantem aos sujeitos delas participantes, bem como com o alcance social dessas pesquisas, considerando a sua repercussão nas organizações sociais em que trabalha o assistente social e nas condições de vida dos sujeitos que requisitam sua prática profissional.

Vinculada à prática profissional e com o desafio de fundamentá-la, reanimá-la e renová-la, a pesquisa em Serviço Social trabalha com objetos plenos de significados atribuídos pelos diversos sujeitos participantes da prática profissional do assistente social. Os objetos de atenção profissional, no âmbito da pesquisa e da intervenção, trazem à tona a experiência e o conhecimento desses sujeitos, os quais precisam ser compartilhados, compreendidos e traduzidos à luz de um diálogo crítico com o corpo de conhecimentos já acumulados pelo Serviço Social. Um dos aspectos que configura tanto a pesquisa como a intervenção em Serviço Social, com certeza, é a preocupação com o sujeito.

A preocupação com a centralidade que o sujeito ocupa nas pesquisas do Serviço Social não é ocasional, mas revela uma profissão que tem suas ações e preocupações pautadas nas demandas dos usuários dos serviços sociais, que se expressam através das histórias de vida que trazem às organizações sociais, nas relações que movimentam no seio da família, do trabalho e da sociedade, nas raízes e expressões culturais que demonstram, nas carências socioeconômicas e políticas que exigem posicionamento do assistente social.

A pesquisa se destina não só a compreender as questões estruturais, mas, numa perspectiva de totalidade, o processo de reprodução material e espiritual da existência do ser social. Isto quer dizer que, além das determinações estruturais, é preciso resgatar as formas como o sujeito, a partir de suas relações, constrói referências próprias para posicionar-se e compreender o mundo em que se insere. É preciso acompanhar, registrar e refletir sistematicamente sobre as alternativas construídas pelos próprios sujeitos para enfrentar e superar os entraves determinados pela estrutura socioeconômica ao longo de sua vida cotidiana e experiência social.

Freire (1985, p. 40), a exemplo de suas contribuições às práticas educativas, nos lembra que:

Um dos inúmeros aspectos positivos de um trabalho como este é, sem dúvida, fundamentalmente, o reconhecimento do direito que o povo tem de ser sujeito da pesquisa que procura conhecê-lo melhor. E não objeto da pesquisa que os especialistas fazem em torno dele. Nesta segunda hipótese, os especialistas falam sobre ele; quando muito, falam a ele, mas não com ele, pois só o escutam enquanto ele responde às perguntas que lhe fazem.

A pesquisa para o Serviço Social deve gerar um conhecimento que reconheça os usuários dos serviços públicos

como sujeitos políticos capazes de conhecer e intervir em sua própria realidade com autonomia, desvencilhando-se das estratégias de assistencialismo, clientelismo e subalternidade tão presentes nas ações governamentais e políticas públicas. Além disto, a pesquisa deve localizar o sujeito como protagonista de sua história pessoal e social, resgatando sua condição de sujeito, muitas vezes subtraída no processo de investigação, que acaba por enfatizar a sua condição no mesmo patamar do objeto de estudo.

As pesquisas em Serviço Social têm como possibilidade latente a valorização do povo, da riqueza de suas histórias, de suas experiências coletivas, mobilizadoras de novas formas de sociabilidade. Aprender esses elementos contribuirá para o desenvolvimento de uma prática capaz de possibilitar aos usuários e destinatários das políticas públicas e dos serviços sociais a experiência de “assumir-se como ser social e histórico [...]”¹⁵, ou seja, assumir-se como “[...] ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto” (Freire, 1996, p. 41).

Iamamoto (1993, p. 114) ao analisar os rumos ético-políticos do trabalho profissional, afirma que:

Os assistentes sociais têm uma possibilidade de contato direto extremamente privilegiada com a vida cotidiana das classes subalternas, na sua diferencialidade. **Mas esta possibilidade pouco tem se revertido em provocação para a pesquisa**, que atente para as diferenças internas dos vários segmentos das classes trabalhadoras e para a apreen-

¹⁵ Freire (1996, p. 41) afirma que práticas educativas e críticas exigem reconhecimento e assunção da identidade cultural de um povo.

são das formas distintas de subalternidade; formas estas que vão implicar em encaminhamentos também distintos das ações profissionais. Faz-se necessário, no meu entender, estimular as investigações sobre as condições e situação de vida e de trabalho dos múltiplos segmentos sociais com os quais atuamos, resgatando suas vivências e práticas, suas representações, enfim, como vivenciam e enfrentam as relações de exploração e dominação, no interior das quais vão se forjando como sujeitos individuais e coletivos. É nesse processo que constroem suas consciências não só como alienação, mas como mediação crítica da história. (destaque nosso)

Como constitutiva e constituinte da prática profissional, a pesquisa se coloca como uma necessidade imperativa ao Serviço Social à medida que o profissional faz a crítica ao real, localiza seu objeto de intervenção, projeta, desenvolve e avalia a sua ação e se compromete com o reconhecimento das potencialidades dos sujeitos individuais ou coletivos que alimentam sua prática profissional com demandas concretas.

Pelo exposto, a perspectiva que nos orienta remete à articulação teoria/prática, ou seja, a necessidade de ter como referência uma perspectiva crítica sobre o conhecimento e sua expressão no âmbito da prática social humana.

Esse pressuposto tem fundamentos que remontam à teoria social de Marx, especialmente à compreensão da práxis como categoria central dessa vertente crítica, que tem no trabalho seu elemento de mediação e objetivação das finalidades que o homem coloca à sua existência histórica.

Minayo (1996, p. 73) nos lembra que:

A categoria mediadora das relações sociais é o *trabalho*, a atividade prática [...]. Por isso a teoria marxista é a teoria da ação humana que ao mesmo tempo faz história e é de-

terminada por ela: busca as transformações do sujeito da ação, isto é, as transformações da sociedade humana. Do ponto de vista do processo de conhecimento, a atividade humana é seu critério decisivo.

Este trabalho trata do processo de construção do conhecimento como uma das expressões da atividade humana, através da qual o homem atende a suas necessidades, busca conhecer e intervir no mundo de forma crítica e criativa, bem como possibilita a construção de novas formas de estabelecer relações e enfrentar as determinações sócio-históricas presentes na sociedade.

Numa perspectiva crítica, fundado em Karl Marx e Friedrich Engels e em autores como Alvaro Vieira Pinto, Adolfo Sánches Vázquez, Karel Kosik, Henri Lefebvre, Octávio Ianni e Florestan Fernandes¹⁶, buscamos trilhar um caminho de reflexão sobre o conhecimento humano a partir de suas obras. Esses autores foram escolhidos por serem importantes representantes do pensamento marxista, cuja literatura discute produção do conhecimento como elemento de transformação da realidade social pela mediação do trabalho humano, chamando o profissional a um maior comprometimento ético-político com os resultados de sua prática, frente a uma realidade social complexa e histórica que precisa ser desvelada e transformada.

¹⁶ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* (1989); MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política* (1983), *O Capital* (1988) e *Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos* (1991); PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência: problemas filosóficos* (1979); VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. *Filosofia da práxis* (1977); KOSIK, Karel. *Dialética do concreto* (1976); LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética* (1991) e *Sociologia de Marx* (1968); IANNI, Octávio. *Dialética e capitalismo* (1985) e *Dialética e Ciências Sociais* (1984); FERNANDES, Florestan. *A Sociologia numa era de revolução social* (1976).

A práxis é constitutiva do ser social, e o ser social configura a práxis por meio do trabalho. O trabalho é práxis fundamental, expressão da condição do ser social que se objetiva, se materializa pelo resultado do seu trabalho, que pode ser material ou espiritual. É no processo de trabalho que o homem, para atender a suas necessidades, transforma a matéria-prima, o contexto em que se insere, suas relações e a si mesmo, gerando um saber que realimenta a práxis humana. Assim, o conhecimento é uma das expressões da práxis humana, é uma das objetivações possíveis do trabalho humano frente aos desafios colocados pela relação entre o homem, a natureza e a sociedade.

Em uma perspectiva teórico-crítica é fundamental para o profissional de Serviço Social que pretenda se colocar como sujeito ativo do processo de produção de conhecimento acompanhar o movimento contraditório do real e dialogar com diferentes possibilidades de intervenção. Com essa referência, o profissional mobiliza-se a gerar práticas efetivamente capazes de contribuir para a produção do novo, responsabilizando-se para com o alcance social daquilo que produziu teórica e praticamente.

É nesse sentido que consideramos relevantes as contribuições de Lefebvre (1991, p. 49-50) ao sintetizar as características gerais do conhecimento, sendo elas:

- 1) O conhecimento humano é prático: “Antes de elevar-se ao nível teórico, todo conhecimento começa pela experiência, pela prática. Tão somente a prática nos põe em contato com as realidades objetivas”.
- 2) O conhecimento humano é social: “Na vida social, descobrimos outros seres semelhantes a nós; eles agem sobre nós, nós agimos sobre eles e com eles”. Estabelecemos relações cada vez mais ricas e complexas ao desenvolver-

mos nossa vida individual e conhecermos os outros. Além disso, nessas relações e na prática social desencadeada a partir delas, reproduzimos o conhecimento acumulado pela humanidade.

- 3) O conhecimento humano tem caráter histórico. Todo conhecimento é adquirido e conquistado: “[...] o imenso labor do conhecimento humano consiste num esforço secular para passar da ignorância ao conhecimento”. Trata-se de um processo incessante e metódico, mobilizado pelas necessidades humanas concretas.

A produção de conhecimento via pesquisa é condição ontológica da existência humana, isto é, faz parte da natureza humana produzir conhecimento para responder às suas necessidades através da pesquisa. A pesquisa, portanto, se coloca como uma das possibilidades de objetivação das intenções humanas que se processa por meio do trabalho. Conforme Ianni (1984, p. 102): “O ser humano é trabalho. O que constitui o ser humano é trabalho. Não fiquem estranhados, porque a idéia de trabalho não significa só trabalho econômico, o trabalho que se realiza na fábrica, no escritório ou no campo. Trabalho é atividade material e espiritual”.

A elaboração de fundamentos teórico-críticos serviram de base para refletir sobre as inquietações centrais desta obra.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO COMO EXPRESSÃO DO TRABALHO HUMANO

“O conhecimento não é contemplação. A contemplação do mundo se baseia nos resultados da práxis humana. O homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático.”
(Kosik, 1976)

Como ser social e histórico, o homem, ao satisfazer suas necessidades, transforma a natureza, a si mesmo e à sociedade em que vive.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem imediatamente sua própria vida material (Marx e Engels, 1989, p. 13).

O homem se constitui como ser social porque se manifesta como ser humano, objetivando-se através da práxis produtiva, e a objetivação só é possível na medida em que ele atende à sua condição de ser gregário, isto é, na medida em que estabelece relações com os demais homens. Cada homem, na sua singularidade, expressa a totalidade das

relações sociais do seu tempo histórico de forma prática e ativa. Vázquez (1977, p. 139) afirma que “o homem, para ser homem, não pode ficar em sua subjetividade; tem que objetivar-se. Mas ele está presente nessa objetivação como ser social”. Ainda, o próprio Marx (1978, p. 9) nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, declara:

A essência *humana* da natureza não existe senão para o homem *social*, pois apenas assim existe para ele como *vínculo* com o *homem*, como modo de existência sua para o outro e modo de existência do outro para ele, como elemento vital da efetividade humana; só assim existe como *fundamento* de seu próprio modo de existência humano. Só então se converte para ele seu modo de existência *natural* em seu modo de existência *humano*, e a natureza torna-se para ele o homem. A sociedade é, pois, a plena unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo acabado do homem e o humanismo acabado da natureza.

O homem é um ser da práxis porque é um ser prático, ativo, que age sobre a natureza para atender às suas necessidades de sobrevivência como espécie; porque orienta a satisfação de suas necessidades pela sua vontade e intenção de dominar a natureza, desvendar seus mistérios e superar obstáculos à sua existência; porque é um ser de relações, ou seja, constrói a si mesmo e a sua existência através das relações que estabelece em condições sócio-históricas determinadas e porque é histórico, ou seja, se movimenta no contexto das transformações societárias, reproduzindo o conhecimento acumulado pela humanidade.

Kosik (1976) reafirma que o caráter social do homem implica que ele expresse a realidade através de atividades objetivas. Objetivando-se, produz e reproduz a vida social e a

si mesmo como ser histórico-social. Nesse processo, produz: os bens materiais através do trabalho, as relações e as instituições sociais e, sustentados nesses elementos complexos, as idéias, concepções de mundo, emoções e os sentidos humanos atribuídos ao mundo objetivo. O homem adquire experiência, produz conhecimento e o transmite, renova suas ações num mundo que carrega marcas do humano. Ao intervir no mundo, a natureza, a sociedade, as relações que se processam entre os homens e o próprio homem se humanizam.

O homem se constrói como ser social e histórico no próprio processo de produção da existência humana, cuja substância essencial é a prática. Severino (1995, p. 48-9), com propriedade, lembra que:

É a ação que delinea, circunscreve e determina a essência dos homens. É na e pela prática que as coisas humanas efetivamente acontecem, que a história se faz. [...]

A prática tipicamente humana, que delinea seu modo de ser, não é a prática mecânica, transitiva; ao contrário, é uma prática intencionalizada, marcada desde suas origens pela simbolização. É que, instaurando-se como prolongamento das forças energéticas instintivas, a subjetividade se constitui como um novo equipamento, próprio da nova espécie, transformando-se num instrumento de ação dos homens.

Trata-se de um processo histórico em que o homem, ao produzir os meios necessários para satisfazer suas necessidades, vai criando novas necessidades, cada vez mais complexas, as quais exigem o domínio de conhecimentos, meios e instrumentos também cada vez mais complexos. Podemos dizer que a construção do conhecimento refere-se ao processo de busca de satisfação de uma dessas necessidades e que é uma das expressões e objetivações mais complexas da prática social humana.

O homem é um ser de necessidades, e exatamente por isso produz para satisfazê-las. [...] No homem, essa relação é mediata, já que só satisfaz a necessidade na medida em que esta já perdeu seu caráter físico, imediato. Para que o homem satisfaça propriamente suas necessidades, ele tem que libertar-se delas superando-as, ou seja, fazendo com que percam seu caráter meramente natural, instintivo, e se tornem especificamente humanas. Isso quer dizer que a necessidade propriamente humana tem que ser inventada ou criada. O homem, portanto, não é apenas um ser de necessidades, mas sim um ser que inventa ou cria suas próprias necessidades (Vázquez, 1977, p. 141-2).

As necessidades podem ser materiais ou espirituais. Ao produzir e reproduzir sua existência, o homem cria todo tipo de artefato, instrumentos e recursos necessários para se relacionar com a natureza, com a sociedade. Assim, desenvolve também as idéias, uma das possíveis mediações que se constrói entre ele e a natureza. Ao produzir idéias, também está respondendo às suas necessidades e reconhecendo a necessidade do outro. Lefebvre (1968, p. 27) afirma que o homem é, antes de mais nada, um ser de necessidades.

E o é muito mais do que os animais, que encontram, quase todos, desde o nascimento, em seus corpos ou em derredor, os recursos que lhes permitem sobreviver. Na falta desses recursos, desaparecem espécies e indivíduos. Em todo o humano, em todas suas atividades, a necessidade em geral (genérica) aparece e reaparece como fundamento. Nada existe que não corresponda a uma necessidade ou que não suscite necessidade [...]. Se existem necessidades individuais (que só se satisfazem socialmente), existem também necessidades sociais propriamente ditas e necessidades políticas, necessidades imediatas e necessidades cultivadas, necessidades naturais e artificiais, reais e alienadas.

O processo de produção da existência humana envolve uma realidade sempre em transformação, cuja característica central é dada pelas relações sociais, ou seja, o ser humano não vive isoladamente, vive em relação com outros seres humanos, dependendo deles para sobreviver. É nesse contexto, o das relações sociais, que o homem se constitui como ser social.

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social (Marx, 1983, p. 24).

É também nesse contexto que o conhecimento é produzido. O conhecimento é uma das formas do homem de se expressar no decorrer da história, sendo construído na relação entre os homens e destes com os objetos da natureza, e é uma das formas de apropriação do mundo pelo homem, através da prática social. Kosik (1976, p. 13) afirma que:

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais.

Para compreendermos a produção de conhecimento como resultado crítico, histórico e processual da ação hu-

mana e para não restringirmos esta compreensão à mera reprodução intelectual do real, precisamos recorrer à categoria práxis, no contexto da perspectiva social de Marx – perspectiva que possibilita compreender o processo de objetivação da vontade humana frente aos desafios que a história, as relações sociais, as necessidades humanas e a natureza colocam ao homem em seu cotidiano e existência.

O termo práxis sintetiza uma trajetória histórico-filosófica de construção de significado que nos remete à filosofia clássica: “*Práxis*, em grego antigo, significa ação para levar a cabo algo, mas uma ação que tem seu fim em si mesma e que não cria ou produz um objeto alheio ao agente ou a sua atividade” (Vazquez, 1977, p. 4).

Na filosofia grega antiga, é Aristóteles que busca dar sentido rigoroso à práxis como atividade do ser humano. Considerava-a como uma das três atividades básicas do homem, além da “*theoria* e da *poiésis*”. Estas atividades se distinguem pela sua finalidade, ou seja, para o conhecimento teórico, a finalidade é a verdade; para o conhecimento da *poiésis*, é a produção de alguma coisa; e para o conhecimento prático, é a ação. O conhecimento prático ainda se dividia em econômico, ético e político (Bottomore, 1993).

No entanto, é em Marx que a concepção de práxis torna-se central, não separando a teoria da ação. Práxis é uma categoria filosófica que, na perspectiva marxista, expressa a articulação entre a ação e o conhecimento, constituindo-se de um processo da transformação de ação, do conhecimento e do próprio sujeito.

A expressão práxis refere-se, em geral, a ação, atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o

torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado como um ser da práxis, entendida a expressão como o conceito central do marxismo, e este como a “filosofia” (ou melhor, o “pensamento”) da “práxis” (Bottomore, 1993, p. 292).

O marxismo é concebido como filosofia da práxis, o que implica afirmar uma filosofia que não só possibilita interpretar o mundo, mas também guia da sua transformação, através de uma ação crítica e criativa.

Um dos marcos históricos da concepção de práxis na perspectiva marxista são as teses sobre Feuerbach, que revelam as bases do pensamento marxiano, ou seja, as condições materiais de existência dos indivíduos, definindo assim a sua concepção materialista de história. Para Marx, o que determina a consciência é a base material de existência do ser social. “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina sua consciência” (Marx, 1983, p. 24).

Igualmente, em *A ideologia alemã*, Marx deixa claros os pressupostos de seu pensamento, os quais são:

[...] os homens, não os homens isolados e definidos de algum modo imaginário, mas envolvidos em seu processo de desenvolvimento real em determinadas condições, desenvolvimento esse empiricamente visível. Desde que se represente esse processo de atividade vital, a história deixa de ser uma coleção de fatos sem vida [...] (Marx e Engels, 1989, p. 21-2).

No entanto, esse homem, para fazer a história, carece de condições adequadas e materiais ao seu desenvolvimento,

ou seja, precisa beber, comer, morar, vestir-se. “O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história [...]” (Marx e Engels, 1989, p. 23).

Satisfeitas as necessidades fundamentais e desenvolvidos os instrumentos necessários para satisfazê-las, criam-se novas necessidades, “[...] e essa produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico” (Marx e Engels, 1989, p. 23).

Outro pressuposto refere-se ao fato de que o homem renova a cada dia sua própria vida. Reproduz-se, enquanto espécie e como ser social, através da família e do trabalho. O modo de produção determina as relações sociais e o processo de satisfação das necessidades humanas. E, finalmente, Marx refere-se à importância da consciência. “A consciência é portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens.” Desenvolve-se do intercâmbio entre os homens, em função de buscarem respostas concretas às suas necessidades (Marx e Engels, 1989, p. 26).

Podemos afirmar que a existência humana é histórica, real e concreta e se dá através de uma prática que é social e capaz de, nas relações entre homem/natureza/sociedade, construir e reconstruir os meios necessários à garantia dessa existência.

Por tudo isso, concordamos que “a categoria de práxis passa a ser no marxismo a categoria central. À sua luz é que se devem abordar os problemas do conhecimento, da história, da sociedade e do próprio ser” (Vázquez, 1977, p. 36). É em Marx, a partir deste marco de sua produção, que encontramos referências para compreender a práxis.

A práxis é reconstruída por Marx como *atividade objetivo – criadora do ser social* – e o trabalho é a sua forma, repita-se,

ontológico-primária. É a práxis que expressa a especificidade do ser social. Seu desenvolvimento e complexidade crescente é o indicador do desenvolvimento e da complexidade crescente do ser social (Netto, 1994, p. 36-7).

A práxis é constitutiva do ser social e, como categoria filosófica, permite compreender as possibilidades de objetivação desencadeadas pelo homem no processo de satisfação de suas necessidades e de construção das relações sociais em contexto sócio-histórico determinado.

Com Marx, o problema da práxis, como atitude humana, crítica, criativa e transformadora da natureza e da sociedade, passa para o primeiro plano. A filosofia se torna consciência, fundamento teórico e seu instrumento. É o que nos revela na Tese II:

A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é uma questão puramente *escolástica* (Marx e Engels, 1989, p. 94).

Marx recusa a possibilidade de a teoria limitar-se à interpretação, conformando o homem a uma situação de contemplação da realidade, e coloca a prática como condição dos conhecimentos produzidos pelo homem. Ainda, reafirma a necessidade de os filósofos, ancorados em seus conhecimentos, se comprometerem com a transformação da sua realidade, através da Tese XI: “Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de *transformá-lo*” (Marx e Engels, 1989, p. 97).

A relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática; prática na medida em que teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que essa relação é consciente (Vázquez, 1977, p. 117).

A práxis supõe e mobiliza uma ação transformadora de uma dada matéria-prima, orientada pela finalidade que um sujeito histórico imprime a esta sua ação. Uma atividade, para se configurar como práxis, carece de um sujeito que se posicione como protagonista, consciente de sua ação sobre uma matéria-prima determinada, cuja intenção é transformá-la em determinados produtos. Há, portanto, uma intenção ao se realizar determinadas atividades.

O que caracteriza a atividade humana é justamente a finalidade que imprime às suas atividades, finalidade esta que é uma projeção futura do que se pretende alcançar, cuja dimensão é sempre social e, conforme o autor, é isto que difere a atividade humana da atividade natural. A atividade humana é a única que se dirige a determinados objetos para transformá-los. A intenção de transformação inicia-se idealizada no pensamento e se materializa nos resultados da ação humana. Em sua expressão criativa e revolucionária, inclui uma teoria viva, articulada à dinâmica do real. “Ela compreende a decisão teórica como a decisão de ação. Supõe tática e estratégia. Não existe atividade sem projeto; ato sem programa, *práxis* política sem exploração do possível e do futuro” (Lefebvre, 1968, p. 38-9).

Essa atividade implica na intervenção da consciência, graças à qual o resultado existe duas vezes – e em tempos diferentes: como resultado ideal e como produto real. O resultado ideal, que se pretende obter, existe primeiro idealmente, como mero produto da consciência, e os diversos

atos do processo se articulam ou estruturam de acordo com o resultado que se dá primeiro no tempo, isto é, o resultado ideal. Em virtude dessa antecipação do resultado que se deseja obter, a atividade propriamente humana tem um caráter consciente (Vázquez, 1977, p. 187).

Sendo atividade consciente, o resultado ou produto final traz incorporada uma finalidade. Porém, esta finalidade vai se modificando à medida que o sujeito desenvolve atividades e enfrenta as interferências do contexto, isto é, sujeita-se ao curso da própria ação do homem sobre a realidade em constante processo de transformação. Ao projetar conscientemente sua ação e os resultados que pretende alcançar, o homem se revela como ser portador de uma teleologia – orientado por um fim –, determinado pelas suas necessidades fundamentais e cuja dimensão sócio-histórica se revela através das finalidades.

A finalidade, por sua vez, é a expressão de certa atitude do sujeito em face da realidade. Pelo fato de traçar-me um objetivo, adoto certa posição diante da realidade. [...] Se o homem vivesse em plena harmonia com a realidade, ou absolutamente conciliado com seu presente, não sentiria necessidade de negá-los idealmente nem de configurar em sua consciência uma realidade ainda inexistente. Na verdade, carece de sentido propor-se um fim já alcançado, ou um resultado obtido. O fim prefigura idealmente o que ainda não se conseguiu alcançar. Pelo fato de propor-se objetivos, o homem nega uma realidade efetiva, e afirma outra que ainda não existe. Mas os fins são produtos da consciência, e, por isso, a atividade que eles governam é consciente (Vázquez, 1977, p. 189).

A finalidade garante à atividade humana uma relação de interioridade entre o homem, seus atos e seus produtos,

ou seja, ao buscar reproduzir intelectualmente a realidade em seus diversos aspectos, o homem desencadeia uma série de atos que lhe possibilitam incorporar dimensões da realidade, tomar consciência dela e produzir atos, produtos e conhecimentos que estreitam sua relação com o mundo real e social. Pinto (1979, p. 229) alerta para o fato de que trabalho humano “é sempre apropriador”, ou seja, “torna próprio do humano” aqueles processos e produtos que ele engendra em função de seus objetivos.

A finalidade, portanto, prefigura, aqui o resultado de uma atividade real, prática, que já não é pura atividade da consciência. Graças a isso, o homem não se encontra numa relação de exterioridade com seus diversos atos e com seu produto, como acontece quando se trata de um agente físico ou animal, mas sim numa relação de interioridade com eles, porquanto sua consciência estabelece o objetivo como lei de seus atos, lei a que se subordinam, e que governa, de certo modo, o produto. Esse domínio nunca pode ser absoluto, já que se encontra limitado pelo objeto da ação e pelos meios com que se leva a cabo a materialização dos objetivos (Vázquez, 1977, p. 190).

Neste ponto, enfatizamos que, no processo de objetivação das intenções humanas, há um processo de reconstrução do próprio homem – de subjetivação –, processo que se dá através da apropriação do mundo pelo homem. As formas de apropriação podem ser de caráter prático-espiritual, teórico, científico, religioso, matemático, físico e outras formas semelhantes (Kosik, 1976).

Ao se apropriar do conhecimento produzido, através da mediação do trabalho, o homem é capaz de gerar novas práticas sociais, as quais darão mobilidade ao conhecimento e ganharão expressão particular através dos resultados con-

cretos gerados no cotidiano do homem e nas suas relações. O conhecimento se objetiva através da sua circulação e alcance social, ou seja, por meio dos meios criados pelo homem para sua socialização e das mudanças concretas que é capaz de operar nas suas condições de vida, tanto em sua expressão subjetiva quanto em sua expressão objetiva, determinada pelo momento histórico em que se encontra situado.

Para Kosik (1976, p. 29-30) o conhecimento é um dos modos de apropriação do mundo realizado pelo homem. Para apropriar-se do mundo, ele conta com dois elementos fundamentais e constituintes desse processo: o sentido subjetivo e o sentido objetivo. “Estes mesmos sentidos, por meio dos quais o homem descobre a realidade e o sentido dela, coisa, são um produto histórico-social.” Para conhecer as coisas, o homem precisa transformá-las em coisas para si, ou seja submetê-las à própria práxis. “Cada grau do conhecimento humano sensível ou racional, cada modo de apropriação da realidade, é uma atividade baseada na *práxis* objetiva da humanidade e, *portanto*, ligada a todos os outros vários modos, em medida maior ou menor.”

Kosik (1976) afirma que a práxis compreende o momento laborativo, o momento existencial, pois a práxis se manifesta tanto na atividade prática objetiva quanto na formação da subjetividade humana.

A práxis é tanto objetivação do homem e domínio da natureza quanto realização da liberdade humana.

A práxis tem ainda uma outra dimensão: no seu processo, no qual *se cria* a específica realidade humana, ao mesmo tempo *se cria de certo modo* uma realidade que existe independentemente do homem. Na *práxis* se realiza a *abertura* do homem para a realidade em geral. No processo ontocriativo da *práxis* se baseiam as possibilidades de uma ontologia, isto é, de uma compreensão do ser. A criação da realidade

(humano-social) constitui pressuposto da abertura e da compreensão da realidade em geral. A *práxis* como criação da realidade humana é ao mesmo tempo o processo no qual se revelaram em sua essência, o universo e a realidade. A *práxis* não é o encerramento do homem no ídolo da socialidade e da subjetividade social: é a abertura do homem diante da realidade e do ser (Kosik, 1976, p. 225-6).

Para Vázquez (1977), a atividade de produzir conhecimento apresenta dupla finalidade: a de transformar o objeto de sua atenção (a natureza/a sociedade/as relações sociais) e o próprio homem. Esse processo de transformação não se dá imediatamente, através de atividades práticas, mas pela mediação das finalidades a que o homem se propõe. Porém, não bastam as finalidades, é preciso vontade, conhecimento do objeto, domínio dos meios e instrumentos para conhecer, atuar e desencadear um produto final. Nesse sentido, a atividade cognoscitiva depende intrinsecamente da atividade teleológica, sendo, portanto, unidade indissolúvel. Dessa articulação temos sempre novos produtos, com novas características e possibilidades.

Como toda atividade propriamente humana, a atividade prática que se manifesta no trabalho humano, na criação artística ou na *práxis* revolucionária é uma atividade adequada a objetivos cujo cumprimento exige – como dissemos – certa atividade cognoscitiva. Mas o que caracteriza atividade prática é o caráter real, objetivo da matéria-prima sobre a qual se atua, dos meios e instrumentos com que se exerce a ação, e de seu resultado ou produto. Na atividade prática, o sujeito age sobre uma matéria que existe independente de sua consciência e das diversas operações ou manipulações exigidas para sua transformação. A transformação dessa matéria – sobretudo no trabalho humano – exige uma série de atos físicos, corpóreos, sem os quais não se poderia levar

a cabo a alteração ou destruição de certas propriedades para tornar possível o aparecimento de um novo objeto, com novas propriedades (Vázquez, 1977, p. 193).

Práxis, portanto, é processo decorrente da prática social humana. Expressa processos de criação e transformação de um sujeito coletivo e, como atividade objetiva, é orientada por uma finalidade de transformar matérias-primas presentes no mundo natural, social e cultural, na medida em que se transformam em objetos de atenção de um ser que é social e historicamente determinado. Através da práxis o homem se transforma, pois atua, objetiva-se, expressa-se de forma crítica e criativa e abre-se, enquanto potencialidade, ao responder às possibilidades e desafios que o movimento da realidade natural, social e histórica lhe coloca.

Nesse sentido, podemos dizer que a atividade prática é real, objetiva ou material. [...]. Marx ressalta o caráter real, objetivo, da práxis na medida em que transforma o mundo exterior que é independente de sua consciência e de sua existência. O objeto da atividade prática é a natureza, a sociedade ou os homens reais. A finalidade dessa atividade é a transformação real, objetiva, do mundo natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana. E o resultado é uma nova realidade, que subsiste independentemente do sujeito ou dos sujeitos concretos que a engendraram com sua atividade subjetiva, mas que, sem dúvida, só existe pelo homem e para o homem, como ser social.

Sem essa ação real, objetiva, sobre uma realidade – natural ou humana – que existe independente do sujeito prático, não se pode falar propriamente de práxis como atividade material consciente e objetivante; portanto, a simples atividade subjetiva – psíquica –, ou meramente espiritual que não se objetiva materialmente não pode ser considerada como práxis (Vázquez, 1977, p. 194).

A matéria-prima da atividade prática pode mudar, dando lugar a diversas formas de práxis. O objeto sobre o qual o sujeito exerce sua atividade pode se apresentar de diferentes formas, ou seja:

- a) o fornecido naturalmente, ou entes naturais;
- b) produtos de uma práxis anterior que se convertem, por sua vez, em matéria de uma nova práxis, como os materiais já preparados com que trabalha o operário ou com que cria o artista plástico;
- c) o humano mesmo, quer se trate da sociedade como matéria ou objeto da práxis política ou revolucionária, quer se trate de indivíduos concretos (Vázquez, 1977, p. 194-5).

Segundo Vázquez (1977, p. 198-201), entre as formas de práxis, temos: atividade prática produtiva, artística, social, política e científica.

A atividade prática produtiva se configura através do trabalho. Pelo trabalho, o homem estabelece relação transformadora com a matéria-prima presente na natureza, criando bens necessários à sua sobrevivência material e reprodução enquanto ser social. Enquanto ser social, o homem exercita essa atividade em condições sócio-historicamente determinadas e no contexto de relações de produção. Também imprime finalidade à sua atividade transformadora da natureza, objetivando-se nos produtos desta atividade. Para tanto, apóia-se em meios e instrumentos de trabalho.

Trata-se da práxis humana fundamental, porque através do trabalho o homem não só produz o mundo humano e humanizado, como também produz e transforma a si mesmo como ser social. É nesta atividade material que a práxis se revela como fundante do ser social

A atividade de produção ou criação artística “[...] permite a criação de objetos humanos ou humanizados que

elevam a um grau superior a capacidade de expressão e objetivação humanas, que já se revela nos produtos do trabalho” (Vázquez, 1977, p. 198).

Trata-se da criação de uma nova realidade, que mobiliza a sensibilidade e emoção do homem e representação artística do que observa no contexto humano, social e histórico e cujo valor não se limita à utilidade material dos seus resultados, mas está no valor que a humanidade lhe atribui, pois demonstra o homem em suas relações, seus valores, seu modo de vida, suas emoções, sua capacidade de criar para além do empiricamente visível, enfim, demonstra sua cultura.

A atividade científica envolve a produção de conhecimento através da investigação. O processo de investigação permite ao pesquisador reproduzir teoricamente os fenômenos sociais ou naturais. Nesta modalidade de práxis, a finalidade imediata é teórica, porém mediada pela prática investigativa. Portanto, a pesquisa possibilita, numa perspectiva crítica, a reprodução teórica de expressões concretas da realidade, envolvendo o domínio do conhecimento acumulado pela humanidade e o exercício metódico da investigação.

Cabe destacarmos que a atividade teórica em si não é práxis, ou seja, ela possibilita produzir o conhecimento necessário para o homem agir sobre o mundo real e objetivo, mas não é capaz de transformá-lo, já que faltam os meios necessários e a vontade política do sujeito para engendrar esse processo.

A teoria em si – nesse como em qualquer outro caso – não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios mate-

riais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação (Vázquez, 1977, p. 206-7).

A práxis social é atividade prática do homem orientada para a transformação do ser social e, por isso, constitui-se de atos “[...] destinados a mudar suas relações econômicas, políticas e sociais [...]” (Vázquez, 1977, p. 200).

Envolve a intervenção do homem nas relações sociais (relações de produção na práxis produtiva), mobiliza ações de caráter coletivo, acionando forças sociais capazes de gerar transformações no homem como ser social e no contexto em que ele se insere.

A práxis política pressupõe a social, pois abrange a atividade político-ideológica das classes sociais que intencionam transformar a organização e direção da sociedade, bem como interferir nas ações do Estado e na sua relação com a sociedade civil (Vázquez, 1977).

Supõe a posição de classe que o homem ocupa na sociedade e exige posicionamentos, expressando a diversidade de interesses sociopolíticos presentes numa dada realidade. Coloca propósitos políticos contraditórios em choque (de conservação ou de transformação de relações sociais) e resulta da mobilização e participação social de diferentes grupos sociais.

A práxis política pressupõe a participação de amplos setores da sociedade. Mas não se trata de uma atividade espontânea, ainda que nela se dêem atos espontâneos de determinados indivíduos ou grupos. Persegue determinados objetivos que correspondem aos interesses radicais das classes sociais,

e em cada situação concreta a realização desses objetivos está condicionada pelas possibilidades objetivas inscritas na própria realidade. [...]

A práxis política, enquanto atividade prática transformadora, alcança sua forma mais alta na práxis revolucionária como etapa superior de transformação prática da sociedade (Vázquez, 1977, p. 201).

As práticas social e política impregnam as demais formas de práxis, pois toda a ação humana tem dimensão social e expressa o posicionamento político do sujeito.

Finalizando, temos que a práxis é constituída por diferentes dimensões da atividade humana. Enquanto categoria filosófica, dá conta da totalidade da prática social desenvolvida pelos homens na construção da sociedade e das relações que a compõem e lhe dão movimento.

Em resumo, a práxis se nos apresenta como uma atividade material, transformadora e ajustada a objetivos. Fora dela, fica a atividade teórica que não se materializa, na medida em que é atividade espiritual pura. Mas, por outro lado, não há práxis como atividade puramente material, isto é, sem a produção de finalidades e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica. Isso significa que o problema de determinar o que é a práxis requer delimitar mais profundamente as relações entre teoria e prática [...] (Vázquez, 1977, p. 208).

Reafirmamos, a questão central da teoria social de Marx, que se propõe transformadora e totalizante, no que se refere à compreensão do ser social a partir da concretização da ordem capitalista, é a categoria práxis – peculiaridade exclusiva do ser humano e engendradora de transformações na natureza, na sociedade e nas relações sociais.

RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA: FUNDAMENTO CRÍTICO PARA COMPREENSÃO DA REALIDADE SOCIAL

A teoria social de Marx fornece os elementos categoriais para debater e analisar a composição da sociedade burguesa de forma crítica e histórica. Permite perceber o desenvolvimento desta sociedade a partir da compreensão do ser social e das formas como este ser produz e se reproduz no contexto das relações sociais.

O pensamento de Marx funda uma *teoria social*: toda a sua pesquisa está centrada na análise radicalmente crítica da emergência, do desenvolvimento, da consolidação e dos vetores de crise da sociedade burguesa e do ordenamento capitalista. Nesta teoria social, o traço peculiar, mais pertinente e decisivo refere-se ao seu cariz *histórico-ontológico* (Netto, 1989, p. 92).

Questão fundamental na obra de Marx é a de que sua preocupação com o conhecimento não era de ordem epistemológica, isto é, do como conhecer, e sim de ordem ontológica. Ou seja, Marx subordina o conhecimento à natureza do objeto que procura conhecer: o ser social historicamente situado na sociedade burguesa. É na investigação do que é o ser social que Marx faz a discussão e construção metodológica. Em Marx se encontra uma articulação necessária entre teoria e metodologia, que resulta em orientações essenciais para a compreensão da realidade social e do contexto em que se produzem as relações sociais. Nesse processo, a teoria assume papel fundamental, o de reproduzir idealmente o movimento do real apreendido, seus processos constitutivos, sua lógica de estruturação, de forma processual e continuada, já que a teoria não esgota a

complexidade do real, apenas busca compreendê-la através de aproximações sucessivas.

Em termos breves e necessariamente toscos, o resultado da inflexão promovida por Marx é uma teoria que enfoca a sociedade burguesa como produto extremamente complexo de um processo histórico plurissecular, no qual certas possibilidades, do gênero humano não só se explicitam como, ainda, servem para iluminar etapas históricas precedentes. [...]

O traço distintivo dessa teoria é que ela toma a sociedade (burguesa) como uma *totalidade concreta*: não como um conjunto de partes que se integram funcionalmente, mas como um sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e se explicam estruturalmente. Seu objetivo é *reproduzir idealmente o movimento constitutivo da realidade* (social), que se expressa sob formas econômicas, políticas e culturais, mas que extravasa todas elas (Netto, 2004, p. 57-8).

Marx busca construir uma teoria explicativa da ordem burguesa com caráter revolucionário, pois, ao compreender o movimento do capital fundamenta a ação revolucionária do proletariado do seu tempo. É importante destacar que Marx era comprometido com as experiências do movimento operário e, por serem científicas, suas formulações teóricas têm uma essência revolucionária.

Nessa perspectiva, a teoria representa a reprodução ideal do mundo concreto, que só tem sentido se acompanha a processualidade do real e se não cristaliza conceitos e categorias ali presentes.

O procedimento metodológico próprio a essa teoria consiste em partir do empírico (os “fatos”), apanhar as suas relações

com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no plano do pensamento, todo esse processo. O circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, retorna sempre ao seu ponto de partida – e, a cada retorno, compreende-o de modo cada vez mais inclusivo e abrangente. Os “fatos”, a cada nova abordagem, se apresentam como produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento maior que os engendra. A pesquisa, portanto, procede por aproximações sucessivas ao real, agarrando a *história* dos processos simultaneamente às suas *particularidades internas* (Netto, 2004, p. 58).

O método histórico-dialético é o caminho pelo qual se pode desvendar a constituição do todo através de aproximações contínuas sem a pretensão de esgotar as possibilidades de compreensão das determinações presentes na realidade.

Precisamos então refletir sobre a relação teoria/prática – núcleo fundante da práxis e essencial ao processo de construção de conhecimento na perspectiva da teoria social de Marx.

Vázquez (1977) aponta para uma relativa contraposição entre teoria e prática, visto que a atividade prática envolve ação concreta no real, e a teoria em si, isolada da prática, não se efetiva, apenas gera conhecimentos e muda consciências e idéias sobre as coisas. No entanto, essa oposição é relativa, ou seja, só há oposição quando a relação teoria/prática sustenta-se numa concepção de senso comum e/ou utilitarista, que concebe a prática como suficiente e eficaz para atender às necessidades humanas. A relação teoria/prática é muito complexa. Assim, temos uma particularidade que caracteriza cada uma dessas atividades, porém, para manter tal particularidade, nutrem-se uma da outra.

O problema das relações entre teoria e a prática – e, portanto, o de sua autonomia e dependência mútuas – pode ser formulado em dois planos: a) num plano histórico-social como formas peculiares de comportamento do homem, enquanto ser histórico- social, com referência à natureza e à sociedade; b) em determinadas atividades práticas (produzir um objeto útil, criar uma obra de arte, transformar o Estado ou instaurar novas relações sociais) (Vázquez, 1977, p. 214-5).

Esse autor nos lembra a afirmação de Lênin sobre a teoria que é revolucionária:

Quando Lênin afirma que sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário, o conceito de teoria tem a abrigo não só a consciência teórica de uma determinada práxis revolucionária, a análise de suas experiências e seu balanço, como também o estudo das condições objetivas que, numa ou noutra escala histórica, determinam a necessidade e a possibilidade dessa práxis. [...]

Mas é evidente que a teoria da revolução não pode limitar-se ao estudo da formação econômico-social ou condições objetivas em sentido amplo que explicam a necessidade da mudança revolucionária, e sim tem que nutrir-se constantemente da análise da atividade prática humana condicionada por ela e, particularmente, da práxis revolucionária. Nesse sentido, a teoria encontra sua fundamentação inesgotável na prática (Vázquez, 1977, p. 228).

Podemos dizer que a teoria é determinada por uma prática ainda em processo de realização, pois foi projetada idealmente, retrata a possibilidade de alcance de uma finalidade. A prática determina a necessidade de fundamentos teóricos que a orientem, a clarifiquem e a aperfeiçoem; por outro lado, a teoria se renova permanentemente, acompa-

nhando a dinâmica do processo histórico em que o homem exercita sua prática social.

O fato de que a prática determine a teoria não apenas com sua fonte – prática que amplia com suas exigências o horizonte de problemas e soluções da teoria –, como também como finalidade – como antecipação ideal de uma prática que ainda não existe –, demonstra, por sua vez, que as relações entre teoria e prática não podem ser encaradas de maneira simplista ou mecânica, isto é, como se toda teoria se baseasse de modo direto e imediato na prática. [...] Mas não nos esqueçamos de que estamos falando nesse momento das relações entre teoria e práxis no transcurso de um processo histórico-social que tem seu lado teórico e seu lado prático. Na verdade, a história da teoria (do saber humano em seu conjunto) e da práxis (das atividades práticas do homem) são abstrações de uma só e verdadeira história: a história humana. [...] A atividade prática que hoje é fonte da teoria exige, a seu turno, uma prática que ainda não existe e, desse modo, a teoria (projeto de uma prática inexistente) determina a prática real e efetiva (Vázquez, 1977, p. 233).

A relação teoria/prática e o entendimento de que a prática é fundamento e finalidade da teoria devem ser apreendidos a partir dos seguintes aspectos:

- a) que não se trata de uma relação direta e imediata, já que uma teoria pode surgir – e isso é bastante freqüente na história da ciência – para satisfazer direta e imediatamente exigências teóricas, isto é, para resolver dificuldades ou contradições de outra teoria;
- b) que, portanto, só em última instância e como parte de um processo histórico-social – não através de segmentos isolados e rigidamente paralelos a outros segmentos da prática –, a teoria corresponde a necessidades práticas e tem sua fonte na prática (Vázquez, 1977, p. 233-4).

A primazia da prática sobre a teoria é ontológica, não implica em superioridade ou contraposição em relação à teoria, mas ter clareza de que a prática aqui é concebida no contexto da “práxis humana e total”.

A prática mantém sua primazia com relação à teoria, sem que tal primazia dissolva a teoria na prática nem a prática na teoria. Por manterem uma e outra relações de unidade, e não de identidade, a teoria pode gozar de certa autonomia em relação às necessidades práticas, mas de uma autonomia relativa, porquanto, como vimos insistindo, o papel determinante corresponde à prática como fundamento, critério de verdade e finalidade da teoria (Vázquez, 1977, p. 238).

Podemos destacar, das contribuições de Vázquez (1977, p. 240), que a prática crítica não se faz sem alguns cuidados teóricos:

- a) um conhecimento da realidade que é objeto da transformação;
- b) um conhecimento dos meios e de sua utilização – da técnica exigida em cada prática – com que se leva a cabo essa transformação;
- c) um conhecimento da prática acumulada, em forma de teoria que sintetiza ou generaliza a atividade prática na esfera em que ela se realize, posto que o homem só pode transformar o mundo a partir de determinado nível teórico, ou seja, inserindo sua práxis atual na história teórico-prática correspondente;
- d) uma atividade finalista, ou antecipação dos resultados objetivos que se pretende atingir sob a forma de finalidades ou resultados prévios, ideais, com a particularidade de que essas finalidades, para que possam cumprir sua função prática, têm de corresponder a necessidades e condições reais, têm de tomar conta da consciência dos homens e contar com os meios adequados para sua realização.

A teoria possibilita uma compreensão inteligível da realidade, que o ser humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade. Porém, o conhecimento daí resultante não se processa de forma individual e isolada, mas de forma social e histórica; sendo assim, não tem caráter apenas científico ou filosófico, é prático também.

A unidade da teoria e da prática é possível pela consciência que se tem da realidade, o que implica tomada de posição frente ao real histórico e intervenção efetiva no processo social da transformação das relações determinadas pelo contexto em que se insere o sujeito social. A teoria não trata apenas de pensar o real como uma atitude contemplativa, mas dirige o pensamento do sujeito a uma mudança concreta. A teoria não se representa como mera expressão da prática, mas projeta a ação de forma decisiva e crítica. A prática, assim, supera o existente e o pensado, como resultado material e como criação e desenvolvimento da realidade humana.

Ianni (1985, p. 9-10 e 16) demonstra que a compreensão crítica da realidade:

[...] adere destrutivamente ao objeto. Para Marx, o pensamento – explicação científica, sistema filosófico ou doutrina religiosa – pode transformar-se em elemento ativo das relações entre pessoas, grupos ou classes sociais. Sabia que sua interpretação – no instante mesmo em que se produzia – transformava-se em força social.

Trata-se de interpretação radical da realidade, isto é, busca desvendar as contradições que movimentam as relações sociais no real. Para tanto, é preciso apreender de forma articulada as determinações passadas que se expressam no presente e estabelecem as possibilidades de transformações que possam ser engendradas pelo homem. “Ser radical é atacar o problema pela raiz. E a raiz, para o homem, é o próprio homem.”

Temos que a práxis é condição humana que se objetiva através do trabalho. Estas reflexões nos levam a pensar a produção de conhecimento através da pesquisa como uma das modalidades da práxis humana, em que a relação de unidade teoria/prática pode efetivamente ser trabalhada, dependendo da perspectiva filosófica e visão de mundo que orienta o pesquisador e profissional em sua concepção de pesquisa.

A práxis é sempre movida por uma visão de homem-mundo, e isto implica ter presente no processo de produção de conhecimento um conjunto de valores, de intenções, de idéias e de sentimentos que se referem ao posicionamento que o sujeito possui em relação à direção social de suas ações. Nenhum sujeito é isento de valores, suas posições são determinadas pela sua condição de classe, pela ideologia e pela consciência que possui desses aspectos¹.

“Uma visão de mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais freqüentemente, de uma classe social) e os opõe aos outros grupos” (Goldmann, 1979, p. 20).

Löwy (1986, p. 74-5) explica que, na perspectiva de Goldmann, a visão de mundo² é condicionada pela inserção

¹ “A Ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparacer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir” (Chauí, 1989, p. 3).

² Goldmann em sua obra *Dialética e Cultura* (1979, p. 17), deixa clara a importância de nos determos na concepção de visão de mundo: “O que é uma visão de mundo? Já o escrevemos anteriormente: não é um dado empírico imediato, mas, ao contrário, um instrumento *conceitual* de trabalho, indispensável para compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos. Sua importância e sua realidade se manifestam mesmo no plano empírico, desde que a ultrapasse o pensamento de um só escritor.”

das classes sociais no processo produtivo e pela sua função na estrutura social. No entanto, outros elementos constituem a visão de mundo, tais como os da esfera religiosa, cultural, filosófica, dando a ela dinâmica particular e relativa em relação às determinações de classe. A visão de mundo “[...] corresponde ao máximo de consciência possível de uma classe, que determina o limite de sua visão de mundo”. Ou seja, consciência possível “[...] significa, portanto, os limites que correspondem à posição estrutural de classe”.

Só é possível compreender a consciência possível de uma classe social em sua vinculação ao momento e contexto histórico de seu processo de constituição.

A consciência possível refere-se ao máximo de possibilidade histórica que a consciência de um grupo possa ter num determinado momento. O seu conteúdo, ainda que inexistente, é uma possibilidade histórica, por ser de interesse do grupo. O seu conteúdo não é verificável diretamente, mas num máximo de vinculação com a realidade” (Baptista, 2001, p. 64).

É a partir da consciência possível que se elabora a visão de mundo, presente nas várias manifestações objetivas de uma determinada classe social em sua relação com a sociedade.

Deste modo, é a partir da classe social, da consciência possível de classe, que vai se desenvolver a visão de mundo de uma classe, e essa visão de mundo vai se manifestar em seu comportamento social. Isto é importante porque a visão de mundo não é só um fenômeno espiritual, é algo que se manifesta tanto na prática, no comportamento econômico, social, político, real da classe, quanto ao nível conceitual, através de doutrinas, teorias filosóficas, ou no terreno da imaginação, através de obras culturais, literárias, artísticas e outras (Löwy, 1986, p. 75).

E é a linguagem a forma por meio da qual o homem expressa seu conhecimento, seu nível de consciência e as representações que possui sobre o mundo. Já afirmavam Marx e Engels (1989, p. 26):

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo e, exatamente como consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com os outros homens.

Reconhecemos que a linguagem, enquanto produto e condição da práxis social:

[...] expressa, sintetiza, decanta, constitui e desenvolve as mais diversas realizações materiais e espirituais, sem as quais a sociedade não se constitui enquanto formas de sociabilidade e jogos de forças sociais, no âmbito de configurações histórico- sociais de vida, trabalho e cultura (Ianni, 2000, p. 212-3).

Portanto, a linguagem se constitui como mediação principal por intermédio da qual as outras criações e objetivações humanas se expressam e se revelam, possibilitando ao homem mover-se na trama das relações sociais e posicionar-se frente a elas.

Não podemos ignorar a linguagem, em sua versão científica, como expressão do conhecimento social acumulado processado, construído e reconstruído através do trabalho. Precisamos refletir, então, sobre a produção do conhecimento através da pesquisa como condição ontológica da existência humana. Para isto, temos como pressuposto que a base de sustentação e mobilização de todas as relações

humanas é o trabalho, ou seja, “[...] atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana” (Marx, 1988, p. 146).

Produzir conhecimento através da pesquisa é uma das dimensões da práxis humana e, sendo assim, é uma forma de trabalho cuja finalidade última é desvendar o processo de constituição da realidade natural e social, possibilitando ao homem enfrentar os desafios presentes no seu cotidiano e existência.

Marx, assim, atribui uma *prioridade ontológica* do trabalho humano, atividade material nascida com a invenção dos instrumentos de trabalho que medeiam o intercâmbio dos homens entre si. E como esses instrumentos não se encontram prontos na natureza, o homem se vê obrigado a, cada vez mais, fabricá-los: inicia-se, assim, o interminável processo de transformação do ambiente natural e humano, a incessante criação de mediações postas pelo processo de trabalho (Frederico, 1995, p. 174).

A categoria que permite entender a prática social humana em suas diversas possibilidades de objetivação é trabalho. É pelo trabalho que o homem supera a sua condição de ser natural e se realiza como ser social.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse

movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 1988, p. 142).

O trabalho é fundamental à vida social, determina a constituição do ser humano, seja como indivíduo, seja como ser social. O trabalho, enquanto categoria que expressa uma forma de ser do homem, possibilita compreender o desenvolvimento do ser social, da sociedade, das relações sociais e da história.

A mediação material possibilita ao homem introduzir finalidades frente à natureza, mobilizando a transformação desta natureza, que deixa de ser indiferente, passiva, e passa a ser extensão do mundo humano, e a transformação do homem, que em processo contínuo modifica-se, modificando a sua realidade. Segundo Ianni (1984, p. 102), “[...] trabalhar significa atividade mas também significa realizar, objetivar, cristalizar, **alienar-se** (no sentido de alheiar-se em outra coisa). Isso significa práxis, significa trabalho, significa objetivar-se em outra coisa” (destaque do autor).

Para Marx (1988, p. 143), os elementos que compõem o processo de trabalho são “[...] a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios”. Esclarecendo o que significa cada um desses elementos, Marx afirma: “Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada pelo trabalho.” A matéria-prima se transforma em objeto na medida em que se humaniza, isto é, sofre as interferências da ação e das intenções humanas. Quanto aos meios de trabalho, trata-se de elementos complexos que se colocam entre o homem e seu objeto de trabalho e que conduzem a atividade humana sobre o objeto. Para

isto, o homem “utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme seu objetivo”.

O processo de transformação do objeto de trabalho intencionada pelo homem resulta em produtos, que assumem a configuração de valor de uso para o homem.

O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado (Marx, 1988, p. 144).

Não podemos pensar o produto da atividade humana descolado do próprio homem, ao contrário, constitui o próprio homem, tanto em seu aspecto material, como espiritual. Ou seja:

O produto da atividade humana passa a constituir um ou vários elementos do espaço social, do ambiente social (que é social, cultural, econômico, religioso, artístico) que o indivíduo, o grupo, a sociedade constituem. Nesse sentido, estes elementos passam a ser não só ilustrações, imagens plásticas, sonoras, ou o que seja, mas também a ser elementos constitutivos das pessoas (Ianni, 1984, p. 103).

É constitutivo porque, ao objetivar-se através do trabalho, como atividade material e espiritual, o homem constitui a sua subjetividade e afirma a sua condição de humano nas relações que estabelece com o mundo natural e social.

Através do trabalho o homem vive a contradição fundamental da sua existência – liberdade/alienação. Mantém-se como ser social-prático aquele que se objetiva, que responde à dinâmica das suas relações sociais. As objetiva-

ções são a base para o desenvolvimento do ser social, e nelas o homem se realiza. Porém, na ordem social capitalista, ao mesmo tempo que o homem pode se realizar como ser social, sofre o processo de alienação determinado pelas relações econômicas de produção.

A realização do trabalho é a sua objetivação. No mundo da economia política, esta realização do trabalho aparece como a *perda* para o trabalhador de sua *realidade*, a objetivação como *perda do objeto e escravização a ele*, a apropriação como alienação, como estranhamento.

O trabalho humano aparece, assim, em duas dimensões: é, antes de mais nada, a determinação ontológica fundamental; mas, no mundo da propriedade privada e da divisão do trabalho, torna-se o fundamento de toda a alienação (Marx apud Frederico, 1995, p. 179).

Alienação envolve um processo social em que o homem se torna alheio aos resultados de sua ação, não se reconhecendo como sujeito de seu trabalho e capaz de agir criticamente sobre o mundo que o cerca. O processo de trabalho determinado pelas relações de produção impõe ao homem uma condição de subordinação que se expressa no plano material e espiritual.

Lane (1997, p. 42) complementa, afirmando que a alienação se caracteriza, ontologicamente, pela atribuição de naturalidade aos fatos sociais, invertendo a compreensão daquilo que é humano, social e histórico, como manifestação da natureza. Como consequência, o conhecimento passa a ser “[...] avaliado em termos de verdadeiro ou falso e de universal; neste processo a ‘consciência’ é reificada, negando-se como processo, ou seja, mantendo a alienação em relação ao que ele é como pessoa e, conseqüentemente, ao que ele é socialmente”.

No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua atividade (e à atividade ela mesma), e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos, e – além de, e através de – também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou auto-alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade) (Bottomore, 1993, p. 5).

A alienação, devido a sua natureza contraditória, reclama a sua superação. Lefebvre (1968, p. 5) afirma que:

Para Marx, os homens se recuperam das alienações no curso de lutas reais, isto é, práticas, não passando a teoria de meio (um elemento, uma etapa, um intermediário) necessário e insuficiente nessas lutas múltiplas e multiformes. Uma alienação só se define claramente para Marx em relação à sua possível desalienação: pela possibilidade prática, efetiva, da desalienação. A pior alienação é a barreira que impede o desenvolvimento.

O conhecimento científico é um dos caminhos que abre a possibilidade de desenvolver o pensamento crítico, capaz de atacar na raiz os determinantes da alienação e recuperar ao homem a condição de sujeito, capaz de romper com esses determinantes. É preciso que esse conhecimento esteja vinculado à ação, ou seja se transforme em força social capaz de mobilizar ações de caráter transformador. “A objetivação da essência humana, tanto no aspecto teórico como no aspecto prático, é, pois, necessária, tanto para tornar *humano* o *sentido* do homem, como para criar o *sentido humano* correspondente à riqueza plena da essência humana e natural” (Marx, 1991, p. 172).

A PARTICULARIDADE DA PESQUISA COMO OBJETIVAÇÃO DO TRABALHO HUMANO

Nenhum fenômeno natural, humano e/ou social pode ser compreendido isoladamente, mas nas suas relações recíprocas e contraditórias, ou seja, numa perspectiva de totalidade. Nada é isolado. Isolar é privar um fenômeno de sentido. Buscar conexões é considerar cada fenômeno no conjunto dos aspectos e manifestações da realidade em que se insere.

A totalidade, enquanto categoria da teoria social de Marx, conduz ao conhecimento da unidade do real, que representa uma compreensão mais específica de cada campo ou particularidade do real. A totalidade não quer dizer todos os fatos ou a soma das partes. Implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode ser reconhecido e compreendido como um momento definido e em relação com outros fenômenos. O ser social se caracteriza por ser totalidade, visto que se relaciona e interage com os demais elementos constitutivos do real e é determinado pela sua dinâmica histórica.

O próprio da estrutura do ser social é o seu *caráter de totalidade*: não um “todo” ou um “organismo”, que integra funcionalmente partes que se complementam, mas um sistema histórico-concreto de relações entre totalidades que se estruturam segundo o seu grau de complexidade (Netto, 1994, p. 37-8).

A concepção de totalidade permite apreender a dinâmica do próprio real, pois não há totalidade sem se compreender a realidade nas suas íntimas leis e conexões internas. Kosik (1976, p. 44) alerta que “totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”.

Para Kosik (1976), cada fenômeno deve ser entendido como um todo parcial e histórico, pertencente a uma totalidade complexa. Ao mesmo tempo que é particular, devido à sua especificidade, só tem sentido se sua essência é buscada a partir da totalidade em que se insere.

É na perspectiva da totalidade que a produção de conhecimento pode ser entendida, como expressão particular do trabalho humano que se processa e se objetiva através da pesquisa. Nesse contexto, a pesquisa ganha significado ontológico, ou seja, existencial e laborativo, pois faz parte da natureza humana se perguntar pelo desconhecido e, através das possibilidades de resposta, atender às necessidades do homem em suas dimensões individual e coletiva, produzindo e reproduzindo sua própria existência não de forma mecânica, mas de forma complexa, processual, contraditória e histórica.

Pinto (1979, p. 235) situa a pesquisa científica como expressão do trabalho humano e em sentido epistemológico busca definir que:

[...] todo trabalho é por definição científico, no duplo sentido de que: a) em qualquer de seus tipos, graus ou modos, é ele o *único gerador* da ciência; b) de que se não fosse científico não seria produtivo e útil, pois não se efetuaria de acordo com as leis objetivas que regem a transformação das coisas.

Essa forma de trabalho tem um caráter histórico, pois agrega na sua essência os avanços do conhecimento, cultura e o domínio cada vez mais complexo dos instrumentos que viabilizam o trabalho humano. É histórico, também, porque o pesquisador incorpora-se ao movimento sociocultural da sociedade, reconstruindo o conjunto dos conhecimentos e idéias que a humanidade produziu de forma a promover o

desenvolvimento social, político e cultural da sociedade e a transformar os meios necessários à reprodução da existência humana.

É nessa perspectiva que o trabalho científico deve ser considerado como manifestação de uma realidade concreta, ou seja, como manifestação das “[...] condições gerais da sociedade a que pertence e ao trabalho que em comum aí se realiza” (Pinto, 1979, p. 327).

O pesquisador é um trabalhador, já que através de suas ações de caráter crítico e criativo, transforma a realidade e constrói novas possibilidades de modos de vida para o homem. Suas ações e criações correspondem a finalidades determinadas pelo modo de existência de um ser que pertence a um contexto social e histórico, portanto, correspondem à etapa concreta em que se encontra o processo de evolução humana. “Assim, o cientista necessita estar dotado basicamente da justa concepção do processo histórico-social para apreender a sua sociedade na condição em que figura no curso desse processo” (Pinto, 1979, p. 327-8).

É importante especificar os elementos constituintes da pesquisa científica em sua relação com o trabalho humano. Trata-se de trabalho porque envolve um processo complexo em que alguns elementos se fazem presentes:

- tem uma teleologia, isto é, é orientado por um fim, imprimindo-lhe um significado e mobilizando o interesse, a motivação, os objetivos, o conhecimento, a ética, as habilidades e a ação humana;
- tem um objeto de atenção a ser trabalhado e reconstruído teoricamente, e este objeto expressa sempre determinadas relações concretas e contraditórias, que precisam ser apreendidas em sua complexidade e reconstruídas teoricamente;
- mobiliza conhecimentos de diferentes naturezas para sua realização;

- necessita de meios e instrumentos capazes de apreender a natureza do objeto em todas as suas dimensões;
- apresenta um produto final – materializado nos resultados alcançados com a investigação e objetivado na prática social humana.

Constituindo-se enquanto trabalho, a pesquisa científica apresenta um significado mais profundo que o econômico. Configura-se pela sua natureza existencial, pois através do trabalho o homem reconquista as finalidades de suas ações, toma posse da direção dada às suas ações e mobiliza seu potencial criativo ao desenvolver os meios necessários ao seu desenvolvimento biológico, social, etc. “O homem não tem outra fonte de ajuda para melhorar a existência e expandir-se na plenitude do seu ser senão pelo trabalho que for capaz de executar” (Pinto, 1979, p. 343).

Entretanto, na constituição histórica da ordem social burguesa, as relações sociais são reguladas pelos interesses do mercado e pelo processo de produção de mercadorias. Nesse processo, o homem deixa de trabalhar para si, isto é, deixa de, através do trabalho enquanto esforço coletivo, fazer-se a si mesmo homem. Deixa de humanizar a si mesmo, aos outros em suas relações e ao produto de seu trabalho. O seu trabalho e o produto de seu trabalho deixam de lhe pertencer, e o próprio homem transforma-se em mercadoria.

Conforme Pontes (1997, p. 62), as relações sociais de produção são atravessadas pelo fetichismo da mercadoria,

[...] mecanismo responsável pela inversão da estrutura da sociedade capitalista na representação humana, gerando a alienação. Através deste mecanismo, dá-se a aparição da objetivação do ser social de forma invertida: o que é resultado de relações entre homens aparece como relações entre coisas.

O trabalho alienado desumaniza, retira do homem a sua natureza social e a sua condição de sujeito.

Em tais condições, o papel existencial que o trabalho por natureza possui, de ser o princípio da criação de si do homem, está impedido de cumprir-se, porque o indivíduo tem de aceitá-lo passivamente por toda a vida, vindo de uma força exterior que o manietta e contra a qual não tem possibilidades de reagir. Em vez de contribuir para formar o ser do homem, este se torna destruído no seu ser, isto é, na sua liberdade (de que decorreria o poder de fazer-se a si mesmo), para se tornar o ser produzido pelo trabalho que lhe é imposto. Neste caso, o trabalho inverte o papel a que está destinado. Em vez de *ser para* o homem, este é que é *para* o trabalho. O atributo converte-se em substância, o instrumento em origem absoluta. Tal é a essência da escravidão, da servitude, da alienação do trabalho (Pinto, 1979, p. 344).

Romper com a alienação em que vive o homem e uma dada sociedade exige discutir o modelo de sociedade em que vive, seus determinantes, a constituição das relações sociais e criar mecanismos de socialização do conhecimento construído. Assim, o trabalho científico tem papel fundamental e uma natureza social. A qualificação de social não é circunstancial, mas resultante de uma necessidade material e objetiva, que é tomada/apreendida subjetivamente pelo pesquisador e transformada em objeto de atenção científica.³

³ Quanto a esse aspecto, Álvaro Vieira Pinto (1979, p. 480) esclarece: “Deve distinguir-se entre o lado subjetivo, aquele que aparece à consciência do pesquisador com caráter de motivação imediata, e o lado objetivo, que, embora quase sempre não sendo claramente apreendido, estabelece de fato a razão última que explica a dedicação do sábio ao trabalho, à especialidade a que se consagra, e mesmo o tipo de problema particular que lhe desperta a atenção.”

Marx (1991, p. 170) já afirmava ser social o trabalho científico ao analisar seu próprio trabalho:

Mas mesmo quando eu atuo *cientificamente*, etc., uma atividade que raramente posso levar a cabo em comunidade imediata com outros, também sou *social*, porque atuo enquanto *homem*. Não só o material de minha atividade [...] me é dado como produto social, como também meu *próprio* modo de existência é atividade social, porque o que eu faço de mim, o faço para a sociedade e com a consciência de mim enquanto ser social.

O pesquisador é, na verdade, um trabalhador especializado que em relação ao seu grupo social está sujeito às contradições sociais, às desigualdades quanto à distribuição de renda e conhecimento na sociedade e, enquanto tal, ocupa um espaço significativo no modo de produção.

A ocupação do homem com o trabalho de investigação da realidade, que socialmente aparece com caráter de profissão, ontologicamente representa uma condição existencial do ser humano, uma forma de viver que se poderia definir como o viver em função do desconhecido. [...] Não se trata do saber pelo saber, do conhecer para “ficar sabendo”, mas diríamos paradoxalmente, do conhecer para “não ficar sabendo”. Com efeito, o pesquisador busca situar-se na fronteira do conhecimento e habilitar-se assim para transpô-la, tendo como objeto do seu cuidado ao mesmo tempo o conhecido e o desconhecido (Pinto, 1979, p. 496-7).

Dito isto, surge a necessidade de refletir sobre a formação do pesquisador e seu papel frente ao contexto social, o que lhe dará consciência da sua dimensão de trabalhador do campo das Ciências, portanto pertencente a um segmento social e com responsabilidade para além do campo restrito da pesquisa científica.

A concepção que se tem de pesquisa e a formação dos pesquisadores com certeza interferem nos resultados e no seu alcance social, pois a atividade científica é atravessada pela relação sociedade, teoria e história. Fernandes (1976) nos alerta para a importância de o pesquisador se reconhecer como cidadão, ou seja, portador de uma posição frente à realidade em que se insere, não podendo ficar alheio a essa realidade e ao seu tempo histórico, preocupado em valorizar o destino social que possa ser dado às descobertas e aos conhecimentos científicos em geral.

Assim, o conhecimento produzido por esse pesquisador, localizado social e historicamente, deve estar a serviço das necessidades da população brasileira e propiciar condições de superação dos entraves ao desenvolvimento social e humano. Portanto, é um conhecimento teórico-prático. Fernandes (1976, p. 16) conclama os pesquisadores a saírem de suas salas, de seus escritórios para participarem ativamente da realidade social brasileira, caso contrário, as pesquisas não passarão de inspirações teóricas.

Por incrível que pareça, o cientista precisa desprender-se do intelectualismo para enfrentar suas responsabilidades intelectuais. A menos que se prenda ao tronco sem seiva do passado, vê-se imerso no tumulto chamado para “construir” com os outros o mundo que nasce. Sua mente tem de abrir-se a todos os dilemas, desde os que afetam o seu mister, até os que afligem a coletividade. Se ele for sociólogo, não poderá cuidar apenas do que traria proveito para o desenvolvimento das teorias sociológicas; terá de preocupar-se com questões que transcendem a sua especialidade, para situar a si próprio e à ciência no inesgotável burburinho de uma civilização que se enriqueceu e se revitaliza pela transplantação.

Pinto (1979, p. 334 e 415) também discute as possibilidades que as pesquisas podem trazer para países em situação

de dependência econômica, social e cultural, sem possibilidades de conquistar autonomia frente às determinações de países que dominam o cenário internacional. A pesquisa se coloca como uma das possibilidades de rompimento e superação dessa situação, bem como de construção de uma identidade nacional própria, em que o homem/cidadão seja capaz de buscar no seu próprio contexto cultural, nas suas potencialidades econômicas e na acumulação do conhecimento humano socializado as alternativas de rompimento dos entraves para seu desenvolvimento.⁴ Aprendendo, assim, a buscar respostas para o enfrentamento da questão social na sua própria realidade, nas suas experiências cotidianas de vivência na pobreza e falta de acesso a recursos, bens e serviços condizentes com suas necessidades.

Para tanto, os pesquisadores precisam ter uma formação coerente com sua responsabilidade social.

A ciência só pode tornar-se um instrumento de libertação do homem e do seu mundo nacional se for compreendida por uma teoria filosófica que a explique como atividade do ser humano pensante e revele o pleno significado da atitude de indagação em face da realidade natural e social. Uma filosofia da pesquisa científica, que incorporará naturalmente toda a reflexão sobre a metodologia da investigação, a lógica do raciocínio científico e a sociologia da ciência, é o pressuposto indispensável à formação da consciência do trabalhador neste campo da cultura, tão indispensável quanto os conhecimentos particulares técnicos de que deve estar munido para empreender sua atividade (Pinto, 1979, p. 4-5).

⁴ Fernandes (1976, p. 10) complementa: “[...] as universidades e as ciências deviam constituir o fulcro de nossas preocupações, na medida em que permitissem equacionar e resolver os dilemas econômicos, sociais e políticos da massa da população brasileira”.

Para o autor, esse preparo é exigência fundamental para que o pesquisador desenvolva espírito crítico, compreendendo sua posição num determinado contexto sócio-histórico. Mas é evidente que a sociedade não é homogênea e não apresenta um mesmo projeto social e político, o que incide no processo de formação de pesquisadores e profissionais comprometidos com estruturas, financiamentos e mecanismos de pesquisa que privilegiam as construções teóricas distanciadas da realidade social ou comprometidos com processos de transformação social, processos que não se dão sem a mediação dos conhecimentos, dos instrumentos e da cultura produzidos ao longo da história da humanidade e da própria posição sociopolítica ocupada pelo pesquisador em seu contexto de classe social.

Pontes (1997, p. 78-9) afirma que as mediações são expressões históricas e concretas das relações que o homem construiu com a sociedade e com a natureza, constituindo-se em “indicadores seguros e fecundos” do processo de evolução e enriquecimento humano. É nesse processo que o homem, através do trabalho, busca e deve buscar “edificar mediações” que rompem com os mecanismos de degradação das relações entre homem/natureza e homem/sociedade, construindo relações humanas e dignas. “Ou seja, a construção de mediações entre as várias instâncias do existir humano que conduzissem estas relações para o progresso econômico-social-cultural-espiritual da espécie, com a plena superação da alienação, da exploração, etc.”

A categoria mediação⁵ expressa as relações, conexões estabelecidas entre os fenômenos na sua constituição, bem

⁵ Concordamos com Pontes (1997, p. 81) ao afirmar que, “na teoria social marxiana, a mediação tanto se manifesta como uma categoria que compõe o ser social (ontológica) [...] quanto se constitui num construto que a razão elabora logicamente para possibilitar a apreensão do movimento do objeto”.

como entre o sujeito pesquisador/indagador da realidade e a própria realidade. Expressa, ainda, as possibilidades de relações que poderão se constituir no movimento sócio-histórico das objetivações humanas. Apreender, através da pesquisa, as mediações é fundamental para projetar e objetivar ações transformadoras.

Podemos entender que a própria pesquisa científica, enquanto expressão do trabalho humano, é mediação entre o homem e a natureza e/ou entre o homem e a sociedade. Compreensão que remete à discussão sobre responsabilidade social do trabalho do pesquisador, que deve se perguntar pelo destino de suas investigações.

Nessa característica consiste a responsabilidade histórica e existencial da produção [...]. Sua criação específica no terreno do saber não pertence apenas à história das idéias ou da ciência; pertence igualmente à história da humanidade, porque, realizando-se no campo da cultura, se projeta na evolução de todo processo histórico. O homem de ciência ingressa na história por dupla dimensão: enquanto criador de determinado conteúdo de saber, que se incorpora à ciência de que a sociedade dispõe, e como responsável pelas conseqüências humanas que essa criação, especialmente no campo das idéias, venha a ter (Pinto, 1979, p. 350-1).

Cabe ao pesquisador manter-se vigilante quanto à sua produção e quanto às repercussões de seu trabalho no contexto em que se insere, avaliando suas contribuições tanto para o seu desenvolvimento pessoal e profissional quanto para a emancipação humana. Além disso, é preciso ter clareza do fato de que uma certa dimensão de trabalho científico e suas repercussões fogem ao controle do pesquisador, passando a ser incorporadas pela realidade, constituindo parte do conhecimento já acumulado. Ao pesquisador cabe

uma atitude ativa, revisando constantemente sua relação com a realidade que fundamenta suas pesquisas e que está permanentemente em processo de renovação.

A pesquisa é constitutiva da essência humana, visto que responde à inquietação própria do homem em perguntar pela sua condição de existência, pelas suas possibilidades de evolução e de superação de entraves ao exercício da sua humanidade, entraves que podem ser de naturezas diferentes (social, econômica, natural, política, biológica...). Portanto, está vinculada fundamentalmente à condição social do homem, que Pinto (1979, p. 530-3) classifica da seguinte forma:

- 1) Não se trata do homem individual, mas do homem na condição de ser social, ou seja, o homem é movido pelas finalidades determinadas pelo contexto em que vive. Para enfrentar os desafios do meio, cria cultura, estabelece relações sociais e busca instrumentos necessários para dominar a natureza.
- 2) O homem que comanda a natureza é sempre um indivíduo histórico, o existente em determinado momento do processo de evolução social.
- 3) Aqui não se trata de qualquer homem, mas do homem na função de pesquisador “[...] que, por situação existencial, vive na fronteira do desconhecido, e cuja consciência funciona como o órgão social especializado no processo contínuo de conversão do desconhecido em conhecido [...]”

O homem só consegue objetivar essa sua natureza através da mediação da sociedade a que pertence, vivendo e expressando as contradições sociais provenientes do modo de produção e das relações de classe social. Nesse contexto, deve posicionar-se e desenvolver princípios éticos que re-tratem sua forma de ver o mundo em que vive.

A ética da pesquisa científica identifica-se com a ética geral, de base existencial e de suporte histórico social, que não podemos desenvolver neste ensaio, mas nos permitimos resumir num único preceito, o da formação pelo pesquisador da autêntica consciência de si, em virtude da qual adquire a noção da sua realidade existencial. Essa consciência implica o saber do porquê age da maneira em que age, não apenas em função de uma tabela subjetiva de valores, mas sobretudo em função da situação objetiva onde vive, como homem obrigado a vencer constantemente a contradição da ignorância, que também se pode chamar, indiferentemente, a contradição do conhecimento (Pinto, 1979, p. 512).

Articuladamente à consciência ética, o pesquisador deve desenvolver a consciência de sua responsabilidade social, reconhecendo sua posição de classe, identificando-se como trabalhador social – portanto, trabalho também determinado pelas condições materiais que a sociedade desenvolve no processo histórico – e percebendo seu trabalho permeado pelas contradições sociais. Ou seja, desenvolver a consciência crítica, fundamentada numa formação que o prepare teórica e metodologicamente para o exercício de uma pesquisa responsável com relação a seus resultados.

Não há pensar crítico e conhecimento coerente com as necessidades de desenvolvimento humano que não se sustente e se desenvolva numa prática social, e, sendo sua base de construção, é também sua referência concreta, numa perspectiva dialética. Passaremos a refletir sobre isto a seguir.

Precisamos romper com a perspectiva pragmatista que concebe o alcance ou veracidade do conhecimento produzido pelo seu êxito, sua eficácia e os resultados alcançados pela ação eficiente do homem tomado individualmente. Desse ponto de vista, o verdadeiro se reduz ao útil, o prático se

reduz ao utilitário, acabando por dissolver o teórico no útil. Já a perspectiva teórico-crítica entende o critério de verdade vinculada à prática-prática entendida como atividade material, transformadora, e social, estabelecendo relação dialética entre pensamento e ação, teoria e prática.

Segundo Pinto (1979, p. 219-27) devemos considerar quatro aspectos para a compreensão do papel da prática em relação à pesquisa científica:

- 1) *A intencionalidade como critério de verdade*: toda prática é motivada por uma finalidade que retrata a necessidade do homem, engajado racionalmente no seu contexto, de produzir tudo o que precisa para sua sobrevivência e processo de emancipação. Portanto, trata-se de uma finalidade tanto subjetiva quanto material e existencial. No entanto na pesquisa científica, a prática coloca-se de forma superior, visto que gera novas idéias, novos conhecimentos, possibilitando ao homem conhecer com maior profundidade a sua realidade.
- 2) *A natureza social da prática*: a qualidade social da prática é o fundamento da construção do conhecimento, bem como de sua validação. Caracteriza também a prática social o fato de que o pesquisador representa uma coletividade, seus fins e a cultura de seu tempo, que resulta do processo de acumulação sócio-histórica do saber humano.
- 3) *A pesquisa como esforço coletivo*: o que, para o autor em questão, retrata o estado atual da pesquisa e da ciência, que não pode mais ser desenvolvida por indivíduos isolados e sem um mínimo de articulação entre as diversas áreas do conhecimento. A complexidade dos objetos, tanto das Ciências Sociais como das Ciências Exatas e Naturais, exige ação/investigação interdisciplinar e esforço coletivo – resultando, portanto, em produtos

coletivos. Severino (1995, p. 54) traz uma contribuição importante ao assunto, ao afirmar que o essencial, em relação ao conhecimento, é percebê-lo não como produto final, mas como processo interdisciplinar, resultante de uma construção histórica, empreendida por um sujeito coletivo. “Tanto quanto o agir, também o saber não pode se dar na fragmentação: precisa acontecer sob a perspectiva de totalidade.”

4) *A pesquisa como realização do trabalho humano:*

Efetivamente, a pesquisa científica constitui-se em ação do homem sobre a natureza para fins criativos, que se resumem no intuito de conhecê-la, não pelo prazer de conquistar verdades eternas, abstratas, em cuja contemplação o espírito repouse e se satisfaça, mas para produzir bens indispensáveis à existência e adquirir instrumentos de transformação do mundo em proveito do homem (Pinto, 1979, p. 226).

O trabalho humano, ao mesmo tempo que é meio de plena realização humana, contraditoriamente pode ser também determinante da condição de alienação a que se sujeita. Reconhecendo esse caráter contraditório, o trabalho científico constitui a possibilidade de colocar em prática o conhecimento produzido socialmente e de romper com as teias da opressão e alienação, visto que a investigação científica de cunho dialético se ocupa em desvendar a constituição da sociedade.

Avalia-se o saber científico também pelas suas repercussões na vida cotidiana e nos desdobramentos que possa gerar em termos de incorporação ao comportamento, atividades, experiências e outros conhecimentos já adquiridos pelas pessoas. Não há saber que não seja capaz de gerar ações e mobilizar o interesse por novos conhecimentos e novas formas de viver em sociedade.

Para ser assim, o investigador precisa debruçar-se sobre um objeto específico e apoiar-se em meios e instrumentos de investigação. De uma maneira geral, podemos compreender os instrumentos de pesquisa na perspectiva em que Alvaro Vieira Pinto coloca:

Com efeito, a instrumentalidade dos aparelhos e artefatos de que se vale a pesquisa científica não significa outra coisa senão a concretização, em um determinado objeto, o instrumento científico, de forças da natureza que o homem vai utilizar para vencer outras forças da natureza, aquelas contra as quais está lutando, está *trabalhando* (Pinto, 1979, p. 463-4).

Os instrumentos de pesquisa não se limitam apenas aos recursos manejáveis conforme os objetivos do pesquisador e a natureza do objeto de estudo. As idéias (leis da natureza, propriedade dos corpos, processos de abstrações...) também podem ser consideradas como instrumentos:

A dialética ensina-nos que as idéias não surgem divorciadas da experiência da realidade e que a essa origem, reflexo que é das propriedades reais das coisas e fenômenos, devem a capacidade de representar subjetivamente as possíveis vias de intervenção no mundo, prefigurando as operações plausíveis permitidas pela natureza dos corpos e das forças que os movem. As idéias são pois instrumentos de ação, na verdade são os primeiros e mais essenciais instrumentos, aqueles pelos quais se inicia toda ação racional. Seria um grave engano restringir o papel das idéias e, conseqüentemente, o da metodologia que a elas se liga, à função teleológica, vendo nelas exclusivamente as finalidades que determinam a operação racional sobre o mundo. São mais que isso. As idéias são um dos instrumentos manejados na atividade investigadora, sem dúvida distintos dos de ordem material, mas não menos eficientes e indispensáveis, pois

operam sobre a realidade, e se comportam como forças que se opõem ao desconhecimento das propriedades das coisas, e por fim vencem as resistências do objeto a conhecer (Pinto, 1979, p. 465).

O instrumento material retrata uma idéia objetivada, materializada e o resultado do trabalho do investigador na busca de apreender as diversas dimensões do seu objeto, gerando novos conhecimentos.

Os recursos instrumentais utilizados para desenvolver a pesquisa devem manter uma unidade com o método de estudo. O método, no processo investigativo, é fundamento, alicerce, e emerge da relação dialética sujeito/objeto. Na introdução de *A ideologia alemã* de Marx e Engels, Gorender faz referência ao caráter ontológico do processo de apreensão crítica dos fenômenos sociais, ou seja, método que implica em “severa disciplina do pensar que objetiva reproduzir conceitualmente o real na totalidade inacabada dos seus elementos e processos” (apud Marx e Engels, 1989, p. XXXII).

A definição dos instrumentos de investigação se faz em função da natureza do objeto de estudo, sendo que este é identificado em função da intencionalidade da consciência e da compreensão que o pesquisador tenha da realidade social.

Assim, o objeto possui duplo significado para a consciência: por um lado, tem aspectos e dimensões conhecidos; por outro lado, aquilo que é conhecido cumpre o papel de mediação, possibilitando ao pesquisador estabelecer relações com o desconhecido e reconstruir o objeto em todas as suas dimensões. “Trata-se, portanto, de um processo dialético que se trava no íntimo do objeto, que se vai constituindo em conhecido pela redução do infinito de virtualidades cognoscíveis à condição efetiva de conhecidas” (Pinto, 1979, p. 500).

Então, a particularidade da pesquisa científica está em apreender o “não dado”, “o desconhecido”, justamente através da mediação “do dado”, do que “é conhecido”, revelando uma dinâmica dialética capaz de gerar conhecimento novo, apoiado em instrumentos de pesquisa que propiciem a apreensão dessa dinâmica na forma como o objeto se constitui no real/concreto. Portanto, os instrumentos de pesquisa, embora algumas vezes já estejam dados teoricamente, acabam sendo reconstruídos de acordo com o método e o processo de investigação, elementos definidos a partir da relação que o sujeito investigador estabelece com seu objeto de pesquisa.

É importante, neste momento, reafirmarmos questões centrais que sustentam nossas reflexões e que são balizas para avançarmos no processo de construção do nosso objeto de estudo.

Podemos compreender a relação dinâmica entre teoria/prática somente no contexto da práxis humana criativa, produtiva e transformadora das relações sociais. A produção de conhecimento através da pesquisa é uma das dimensões da práxis humana e, sendo assim, é uma forma de trabalho cuja finalidade última é desvendar o processo de constituição da realidade natural e social, possibilitando ao homem enfrentar os desafios presentes no seu cotidiano e existência e se constituir como sujeito desse processo.

O conhecimento – resultado do processo de investigação permanente da realidade – deve ter como referência concreta os seus frutos, materializados na prática social humana e nas alterações que geram nas condições de vida do homem, nos seus comportamentos, nas suas atitudes e relações que estabelecem entre si e com a natureza e nas determinações sociais que impedem processos de rompimento com as condições de subalternidade em que se encontram.

O objeto de atenção de profissionais/pesquisadores são reconstruções teóricas que se processam vinculadas aos objetivos do profissional, à sua experiência pessoal e social, e retratam o nível de engajamento ao seu tempo histórico e ao acúmulo de conhecimentos produzidos socialmente. A apreensão do objeto de pesquisa se faz sustentada em instrumentos adequados à sua natureza. A pesquisa é, portanto, trabalho humano objetivado.

Estas reflexões nos servem como balizas importantes para enfrentarmos a pergunta sobre a particularidade da pesquisa no Serviço Social e em especial sobre como a produção de conhecimento, em sua perspectiva crítica, ganha expressão e materialidade no âmbito do Serviço Social.

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL: EXPRESSÕES DA SUA PARTICULARIDADE

“Hoje, mais do que nunca, os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social, e regular conscientemente suas ações como sujeitos da história. E para que essas ações se revistam de um caráter criador, é necessário, também hoje mais do que nunca, uma elevada consciência das possibilidades objetivas e subjetivas do homem como ser prático, ou seja, uma autêntica consciência da práxis” (Vázquez, 1977).

A categoria particularidade, em sua complexidade e riqueza ontológica, permite-nos compreender a pesquisa em sua vinculação orgânica com a prática profissional. Esta vinculação se constrói no movimento histórico da própria profissão e se constitui como possibilidade de avanço teórico-prático coerente com o projeto ético-político do Serviço Social.

O particular, porém, é mais do que um momento da mediação apenas formalmente necessário. Vimos que estão em jogo conexões reais da realidade, da natureza e da sociedade, que recebem na lógica seu mais abstrato reflexo, mas um reflexo que corresponde tendencialmente à realidade (Lukács, 1970, p. 66).

Não se trata, portanto, de ilustração teórica, mas de apreendermos a pesquisa em sua íntima relação com a prática

profissional e no contexto sócio-histórico em que a profissão se constrói, se consolida e se reconstrói, num movimento em que as contradições e desafios presentes nesse contexto instigam a profissão permanentemente à sua superação. Segundo Battini (1991, p. 52), o movimento entre o singular e o universal é mediatizado pelo particular:

A união que a particularidade realiza entre uma determinada singularidade e uma determinada universalidade, mediante uma série de determinações mediadoras resgatadas na tensão dos pólos, constantemente em ato, expressa as contradições, fazendo existir uma autêntica e verdadeira aproximação à compreensão adequada da realidade.

O particular, entretanto, não se configura como um simples elo de ligação entre o universal e o singular. Possui um caráter posicional, apresentando-se com relação ao singular como universalidade relativa e ao universal, como singularidade relativa. Mesmo assim, essa relatividade posicional deve ser concebida como um processo que engendra uma base crítica que se obtém no movimento permanente de "...descoberta das reais mediações para cima e para baixo na relação dialética do universal e particular". É na particularidade que devemos ver, tanto um princípio de movimento do conhecimento, quanto uma etapa, um momento do caminho dialético.¹

Como campo de mediações, a particularidade manifesta a possibilidade de compreensão do movimento e das relações presentes nos fenômenos. Ao pensar a pesquisa enquanto particularidade, estamos refletindo sobre os processos e elementos que mobilizam, inspiram e sustentam a atitude investigativa e a prática da pesquisa no âmbito do Serviço Social.

¹ Citação entre aspas utilizada por Battini (1991) referente a LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Concordamos com Battini (1991, p. 53) ao afirmar que a atitude investigativa é manifestação de um processo que envolve o questionamento permanente dos fatos, buscando sempre novas explicações, superando os limites impostos pela realidade social e pelo conhecimento acumulado pelas ciências. Constitui-se em “[...] posição viva, ativa e aberta para o emergente, podendo, na prática, serem levantadas questões ou problemáticas que possam vir a se constituir em objetos de pesquisa científica”.

A prática da pesquisa no Serviço Social se põe como construção histórica que se processa na medida em que a profissão enfrenta as demandas sociais decorrentes do agravamento da questão social em suas múltiplas manifestações, tendo como referência perspectiva teórico-metodológica crítica que sustenta a produção de conhecimento e a intervenção na profissão. Consolida-se no processo de construção e afirmação do projeto ético-político profissional comprometido com a democracia e justiça social, materializado no Código de Ética de 1993 e no processo de Revisão Curricular que fundamenta a formação profissional. Também se constitui na medida em que a profissão alcança maturidade intelectual, evidenciada pela sua produção teórica e capacidade de diálogo crítico com diferentes áreas de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas.

É notório o protagonismo dos assistentes sociais nessa construção, que através das suas organizações representativas (Cfess, Cress, Abepss) e dos espaços de socialização de conhecimentos (congressos, conferências, encontros, seminários, cursos, publicações, entre outros), têm se mobilizado e se feito presentes como sujeitos políticos diante das questões que afetam o exercício profissional e a garantia dos direitos sociais no campo das políticas públicas, bem como têm mantido importante interlocução com os movi-

mentos sociais da sociedade civil, ampliando seu potencial de enfrentamento das crises e transformações do mundo contemporâneo.

Acreditamos, como Yamamoto (2002, p. 18) que:

O ponto de partida para análise do Serviço Social é o de que a profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira no âmbito da divisão internacional do trabalho, quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos.

Nesse processo histórico em que a produção de conhecimento se materializa via pesquisa no Serviço Social, muitos elementos se colocam como mediações possíveis. Não podemos ignorar que uma dessas mediações é a experiência do profissional. A compreensão que cada um revela sobre pesquisa tem vinculação direta com sua prática e formação profissional. Compreender o significado da pesquisa para o Serviço Social e como ela se expressa exige também mergulhar no universo polifacetado da experiência e conhecimento acumulado pelo conjunto dos profissionais de Serviço Social.

No entanto, alguns aspectos devem ser observados. Indagar-se, questionar-se, perguntar-se pelo desconhecido constitui parte da natureza humana. Através do processo de formação acadêmica, esse traço subjetivo pode ser estimulado e culmina com o desenvolvimento de uma atitude de inquietação frente ao aparente, buscando a compreensão da natureza e determinantes mais gerais dos fenômenos sociais.

Freire (1996, p. 32) considera que:

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbali-

zadora ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos.

Esse processo deve-se dar com uma direção teórico-crítica que busca compreender a realidade em suas manifestações múltiplas. No âmbito profissional, o assistente social hegemonicamente tem uma orientação crítica para mergulhar na realidade, buscando compreendê-la a partir de uma perspectiva de totalidade. A atitude investigativa tem que ser estimulada desde a formação na graduação e compõe, ao longo do processo de inserção do profissional na realidade, um dos pilares para a construção e investigação dos objetos de atenção do Serviço Social.

Do ponto de vista teórico-metodológico, sob o abrigo da teoria social crítica, torna-se fundamental imprimir a atitude investigativa no trabalho profissional cotidiano, como um dos significativos espaços geradores de condições transformadoras. A dimensão investigativa na prática dos sujeitos cria suporte para o conhecimento, que também produz condições para a capacidade de expressão e objetivações humanas. Essa dimensão é entendida como produto real e objetivo, pois considera o ato de conhecer, exercido sobre a matéria mediatizada ou imediata, destinado a criar novo objeto para nova ação, visando a transformação do real. O exercício permanente da pesquisa, impulsionado pela atitude investigativa, como expressão do inconformismo, da crítica reiterada à realidade, do questionamento rico e vivo sobre os fatos, cria possibilidades de novas explicações, permitindo ir além do limite dado (Battini, 2003, p. 17).

A atitude crítica precisa ser trabalhada, desenvolvida, e, embora seja constitutiva da natureza humana, não se desenvolve sem estímulos apropriados e em um contexto socioeducacional. Freire (1996, p. 32 e 85) considera que “[...] uma das tarefas precípuas da prática educativo- progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil”. O processo de produção de conhecimento em torno de um objeto determinado não se dá sem o exercício da curiosidade e da capacidade crítica de “[...] ‘tomar distância’ do objeto, de observá-lo, de delimitá-lo, de cindí-lo, de ‘cercar’ o objeto ou fazer sua *aproximação* metódica, [...]”.

Nessa perspectiva em que a pesquisa implica em desenvolvimento da atitude investigativa é que a tomamos como princípio educativo e científico. Conforme análise de Demo (1997, p. 33):

Na condição de princípio científico, pesquisa apresenta-se como a instrumentação teórico-metodológica para construir conhecimento. Como princípio educativo, pesquisa perfaz um dos esteios essenciais da educação emancipatória, que é o questionamento sistemático crítico e criativo.

Como questionamento sistemático, a pesquisa sinaliza para o estabelecimento de diálogo crítico e criativo permanente com a realidade. Concepção que rompe com a imagem de que pesquisa é processo restrito a alguns privilegiados acadêmicos e que requer domínio de técnicas sofisticadas, aproximando-a das requisições da prática profissional cotidiana. Entendemos que:

Trata-se de *atitude cotidiana*, não de hora marcada, lugar específico, instrumento especial, e é isto que se espera da cidadania moderna: um cidadão sempre alerta, bem in-

formado, crítico e criativo, capaz de avaliar sua condição socioeconômica, dimensionar sua participação histórica, visualizar seu horizonte de atuação, reconstruir suas práticas, participar decisivamente na construção da sociedade e da economia (Demo, 1997, p. 34).

Assim, reconhecemos que a pesquisa articula o processo educativo, estimulação da atitude crítica e investigativa, ao comprometimento com uma prática interventiva capaz de inovar. “Neste sentido, pesquisar é, lidimamente, saber pensar, aprender a aprender” (Demo, 1997, p. 35).

Pesquisa poderia servir, em nosso caso, como conceito maior, abrangendo todo o processo de construção de caminhos científicos e de resultados inovadores, incluindo-se também sua ilação educativa, na condição de estratégia de questionamentos crítico e criativo, teórico e prático (Demo, 1997, p. 39).

O processo da pesquisa não se faz sem nenhum esforço e orientação teórico-metodológica. Hegemonicamente, a orientação profissional que tem sido sustentáculo desse processo é a perspectiva crítica, fundada na teoria social de Marx.

[...] a teoria social de Marx informa a pesquisa na perspectiva prático-crítica. Esse movimento do pensar/agir coloca em discussão o compromisso da pesquisa que é o de pôr em crise o universo de certezas, instigando a sociedade a repensar, ontologicamente, acontecimentos e teorias na busca de novas civilidades. É essa a via através da qual entendemos a pesquisa como importante ferramenta para a reconstrução das relações sociais (Battini, 2003, p. 11).

Devido à complexidade do real e de sua processualidade histórica, o processo de investigação de um objeto

determinado se dá de forma aproximativa e continuada.² O processo de construção de conhecimento deve fazer um caminho em que se parte da realidade concreta, através de processos de abstrações e aproximações às suas determinações, relações e processualidade, e se volta a ela após desvendá-la em sua totalidade complexa. O método histórico-dialético é o caminho pelo qual se pode desvendar a constituição dos fenômenos através de aproximações contínuas sem a pretensão de esgotar a realidade. O conhecimento é sempre uma reconstrução da realidade em nosso pensamento, e o movimento de elevar-se do abstrato ao concreto – enquanto método de apreensão do real – restitui, recupera o movimento do real.

Conforme Ianni (1985), o esforço de desvendar o real através do método histórico-dialético supõe desvendar as contradições que movimentam as relações sociais no real. Para tanto, é preciso apreender de forma articulada as determinações passadas que se expressam no presente e determinam as possibilidades de transformações que possam ser engendradas por um sujeito que é político e coletivo. Assim, o método tem caráter histórico – pois contextualiza as relações sociais numa dada estrutura social e econômica de produção – e caráter universal – na medida em que determina a natureza das relações humanas e o processo em que se reproduzem material e espiritualmente.

Trata-se de um processo em que as mediações ganham relevância para apreender, no movimento de constituição da realidade social, os elementos que dão complexidade e expressão concreta aos objetos de investigação.

² “A realidade social é complexa, contraditória, constituída por nexos, relações, processos, estruturas que não se deixam conhecer pela observação empírica, convencional. O pesquisador precisa refletir demoradamente sobre o real” (Ianni, 1984, p. 97).

A categoria de mediação tanto possui a dimensão ontológica quanto reflexiva. É ontológica porque está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito; é reflexiva porque a razão, para ultrapassar o plano da imediaticidade (aparência) em busca da essência, necessita construir intelectualmente mediações para *reconstruir o próprio movimento do objeto* (Pontes, 2000, p. 41).

As mediações cumprem, portanto, importante papel no processo de aproximação à essência dos fenômenos, contribuindo para a construção de sínteses explicativas do real.

O processo de ir da aparência à essência se opera pelas mediações que auxiliam na construção da síntese (sempre provisória porque historicamente determinada) dos fenômenos, expressando sua imediaticidade e mediaticidade. É o processo pelo qual se plasmam instâncias e passagens que se forjam no cerne das relações sociais, implicando a subsunção do universal, do singular e do particular. Pelas mediações assim postas, particularizam-se significados dos fenômenos nos evidenciando novos sentidos e descobertas, proporcionando aprofundamento e avanço do conhecimento. [...]

Assim, a pesquisa é a ferramenta através da qual o investigador mergulha nas mediações (e também as produz) que revelam as particularidades e, municiado pelo seu compromisso político-ideológico, forja novo sentido às explicações do mundo, contribuindo para uma nova civilidade (Battini, 2003, p. 11-2).

Sustentado num arcabouço teórico-metodológico crítico, é preciso que o profissional de Serviço Social conheça a realidade em sua complexidade e, através de diálogo permanente com ela, apreenda e construa as categorias explicativas capazes de orientar e mobilizar as ações profissionais em consonância com o projeto socioprofissional.

Para Yamamoto (1998, p. 273):

Sendo o Serviço Social uma profissão – e, como tal, dotado de uma dimensão *prático-interventiva* – supõe uma bagagem teórico-metodológica como recurso para a *explicação da vida social*, que permita vislumbrar *possibilidades de interferência nos processos sociais*. Para isso, a apropriação do acervo teórico-metodológico legado pelas ciências sociais e humanas e pela teoria social crítica, como pressuposto para iluminar a leitura da realidade, afigura-se como requisito indispensável, mas insuficiente. *A dinamicidade dos processos históricos requer a permanente pesquisa de suas expressões concretas, informando a elaboração de propostas de trabalho que sejam factíveis, isto é, capazes de impulsionar a realização das mudanças pretendidas. Em outros termos, o domínio teórico-metodológico só se atualiza e adquire eficácia quando aliado à pesquisa da realidade, isto é, dos fenômenos históricos particulares que são objeto do conhecimento e da ação do assistente social.*

Enfrentar os desafios que as transformações societárias colocam ao Serviço Social em seu cotidiano e nos diferentes espaços que ocupa profissionalmente requer a percepção de que o processo de produção de conhecimento tem uma natureza teórico-prática. Ao assistente social cabe, além de interpretar criticamente e numa perspectiva de totalidade a realidade social, imprimir a esse conhecimento concretude através das ações profissionais que respondam às demandas sociais.

A construção do conhecimento no Serviço Social se faz também na relação com outras áreas de conhecimento. Martinelli (1998, p. 136) nos lembra que vivemos um momento em que as profissões ganham dimensão social.

Mais do que nunca, estamos diante de uma nova forma de conceber o saber, não um saber como posse, não um saber

apenas como aquele campo de conhecimento de que se tem domínio, mas um saber como algo que se exerce, o saber como encontro heterodoxo de signos.

Nesse encontro, o Serviço Social estabelece interlocução com outras áreas do conhecimento e outras práticas profissionais e, numa perspectiva interdisciplinar, reconstrói seu objeto de intervenção/investigação. Assim, recorreremos à concepção de interdisciplinaridade enquanto atitude pertinente ao processo da pesquisa.

Interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão.

Exige, portanto, na prática uma profunda imersão no trabalho cotidiano (Fazenda, 2001, p. 11).

É da relação desafiadora e inquietante com outras áreas de conhecimento e que se dá no cotidiano que emerge uma experiência concreta capaz de ampliar os horizontes profissionais e de redefinir objetos de atenção profissional no âmbito da pesquisa e da intervenção – sempre aspectos articulados, sem perder de vista que o ponto de partida dessa relação é o próprio Serviço Social. “Conhecer o lugar de onde se fala é condição fundamental para quem necessita investigar como proceder ou desenvolver uma atitude interdisciplinar na prática cotidiana” (Fazenda, 2001, p. 14).

O processo da pesquisa implica compreender um objeto que se institui a partir das relações que a profissão estabelece com as chamadas áreas afins nos diferentes espaços sociais que ocupa e orientado por um horizonte teleológico, o qual imprime ao processo investigativo significado ético e político.

Há uma ética orientando a profissão, que remete para a desmistificação da neutralidade profissional e para o comprometimento da categoria para com a liberdade, democracia, garantia dos direitos sociais, civis e políticos e justiça social. Merece destaque ainda a perspectiva pluralista que deve orientar o exercício profissional em relação às correntes teóricas que sustentam a profissão.

Como ator social, o pesquisador é fenômeno político que, na pesquisa, o traduz sobretudo pelos interesses que mobilizam os confrontos e pelos interesses aos quais serve. Onde segue: pesquisa é sempre também fenômeno político por mais que seja dotada de sofisticação técnica e se mascare de neutra (Demo, 1999, p. 14).

Portanto, a produção de conhecimento no Serviço Social está orientada por esses pressupostos éticos e demarcam que, enquanto construção coletiva, implica a articulação entre intervenção, investigação e prática política nas instâncias organizadas e representativas da categoria profissional.

A base da pesquisa para o Serviço Social é a prática profissional, e a possibilidade que a pesquisa coloca à profissão é a de superar os entraves que o cotidiano dessa prática impõe a ela. Setubal (1996, p. 25) lembra que a pesquisa possibilita “[...] saída da obscuridade científica, da periferia social, cultural e intelectual [...]”, pois se faz pelo esforço permanente de repensar a prática profissional enquanto espaço de trabalho “[...] prático-intelectivo-prático, onde as contradições sociais são desvendadas [...]” e as alternativas de intervenção, repensadas.

Para Demo (1999, p. 34):

Esta discussão pode mostrar o quanto a pesquisa é fundamental para descobrir e criar. É o processo de pesquisa

que, na descoberta, questionando o saber vigente, acerta relações novas no dado e estabelece conhecimento novo. É a pesquisa que, na criação, questionando a situação vigente sugere, pede, força o surgimento de alternativas.

Constitutiva da prática profissional, a pesquisa não se confunde com ela, tem a sua forma de expressão própria, mas para o Serviço Social só ganha sentido, significado, relevância e amplitude na medida em que se articula à prática, possibilitando um processo de construção do conhecimento que parte da prática, da construção de objetos que decorrem da problematização da intervenção do Serviço Social numa dada realidade sócio-histórica e retorna a ela, mas de forma propositiva.

Assim, concordamos com Iamamoto (2002, p. 41) ao afirmar que:

O desafio é o assistente social ultrapassar a perplexidade e apropriar-se dos novos espaços profissionais, orientando a atuação segundo os princípios ético-políticos da profissão. Requer incluir a investigação enquanto um componente fundamental do exercício, condição para o desvendamento da realidade e para propor alternativas de ação compatíveis com as necessidades e interesses dos usuários.

A riqueza da pesquisa, enquanto potencial mobilizador da criação, está nessa possibilidade de buscar os caminhos concretos para que o projeto ético-político-profissional ganhe concretude no cotidiano do exercício da prática profissional e, ao mesmo tempo, renove a profissão. Segundo Severino (1995, p. 53-4):

O fundamental no conhecimento não é a sua condição de produto, mas o seu processo. Com efeito, o saber é resultante de uma construção histórica, realizada por um sujeito

coletivo. Daí a importância da pesquisa, entendida como processo de construção de objetos do conhecimento e a relevância que a ciência assume em nossa sociedade.

Daí a sua importância ao viabilizar a transformação da própria profissão que, ao longo de um processo histórico de afirmação de seu estatuto acadêmico e profissional, vem construindo conhecimento e, através dele, sedimentando as bases para a sua própria transformação.

O Serviço Social, como as demais profissões, na medida em que se refazem e se reconstróem as relações na sociedade, vai-se reconstruindo e refazendo, muito embora nesse processo não supere os limites das relações postas pelo capitalismo, uma vez que a própria sociedade não os supera. Nesse processo de reconstrução, as ações individuais dos profissionais podem assumir, ao mesmo tempo, as dimensões de síntese resultante do processo coletivo de elaboração de conhecimentos e práticas desenvolvidos pela categoria – e de criação de novas propostas e de novos conhecimentos (Baptista, 2001, p. 15).

O conhecimento acumulado pela profissão retrata o seu nível de engajamento com a realidade em processo de transformação e o acúmulo de conhecimentos produzidos socialmente no contexto das Ciências Sociais e da tradição marxista. Reflete também os impasses profissionais, suas dificuldades de ordem teórica e metodológica, considerando que a profissão é um campo plural de produção de conhecimento portanto permeada por conflitos e contradições, bem como as potencialidades de produzir conhecimento, tendo como referência o diálogo incessante com as transformações societárias.

Nuanças significativas e concretas presentes na natureza e no processo histórico da constituição da profissão

revelam que o Serviço Social é uma profissão que está aprendendo a fazer pesquisa e que sustenta esse processo na experiência concreta, no enfrentamento das demandas concretas, tendo como referência uma perspectiva teórico-crítica de totalidade. Alimenta a sua relação com a realidade através de uma atitude investigativa e interdisciplinar, buscando a compreensão dos objetos de atenção profissional no movimento sócio-histórico de sua constituição. Busca articular organização política, intervenção e pesquisa como elementos de um mesmo processo interventivo, procurando romper com práticas reiterativas, pouco criativas, avançando para o delineamento de um novo perfil profissional. Reafirmamos com Yamamoto (1998, p. 49):

Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos da sua história.

A COMPREENSÃO DA REALIDADE SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DAS DEMANDAS POSTAS À PRÁTICA PROFISSIONAL ATRAVÉS DA PESQUISA

Já afirmamos que o campo empírico das inquietações profissionais e estimulador da atitude investigativa, capaz de mobilizar um processo de investigação, é a prática profissional.

A prática profissional, problematizada, constitui fonte de reflexão e construção de conhecimento sobre o seu objeto de intervenção e as suas expressões particulares no contexto sócio-ocupacional em que o assistente social está inserido, bem como é fonte de questionamento da própria prática, buscando alternativas de repensá-la e redefini-la conforme as exigências contemporâneas para o exercício profissional.

Em nosso trabalho, estamos compreendendo a prática profissional³ como uma dimensão da prática social, portanto, situada no contexto das relações sociais concretas. Assim, concordamos com Baptista (2001, p. 13):

A prática profissional deve ser situada no contexto das relações sociais concretas de cada sociedade, abrangendo na sua configuração os “resultados” do movimento histórico, da dinâmica da sociedade – num determinado momento, numa dada conjuntura. Não se confunde com outras práticas, mas é uma dimensão da prática social e, como tal, expressão das relações sociais de classe.

³ Iamamoto (1998, em especial nas páginas 94-7) faz crítica à compreensão da prática profissional no âmbito da práxis. Reconhece que essa compreensão possibilitou ao Serviço Social superar uma visão focalista de prática profissional e inseri-lo no âmbito das relações sociais. No entanto, registra que o termo “prática profissional” restringe-a à compreensão do fazer cotidiano profissional, ou seja, à compreensão das atividades que são desempenhadas pelo profissional, e aponta para a transição do foco da prática para o foco do exercício profissional, ou seja, “[...] *focar o trabalho profissional como partícipe de processos de trabalho que se organizam conforme as exigências econômicas e sociopolíticas do processo de acumulação, moldando-se em função das condições e relações sociais específicas em que se realiza, as quais não são idênticas em todos contextos em que se desenvolve o trabalho do assistente social*”. Assim, considera que o que regularmente se chama de prática profissional “[...] *corresponde a um dos elementos constitutivos do processo de trabalho que é o próprio trabalho*”. Essa crítica, entretanto, não é conclusiva quanto à relação entre exercício e prática profissional. Assim, nossa compreensão é de que a prática profissional é uma dimensão da práxis e objetivação do que se chama de exercício profissional.

Nesse sentido, a prática profissional é um produto humano, uma objectivação produzida e construída historicamente pelo homem num processo dialéctico contínuo no qual o homem (o produtor) e o seu mundo social reagem reciprocamente um sobre o outro gestando a chamada divisão sócio-técnica do trabalho da sociedade burguesa.

Entendemos que o exercício profissional – que não se trata somente de uma terminologia muito presente na produção científica e no discurso dos profissionais na atualidade⁴ – refere-se a um conjunto complexo de elementos que abarca: o desencadeamento de um processo de formação profissional; o atendimento das competências e atribuições previstas na regulamentação da profissão (Lei 8.662/93); o comprometimento para com o Código de Ética de 1993, que orienta as ações profissionais; o comprometimento dos profissionais para com um processo de capacitação continuada; a ocupação de espaços interventivos; o desenvolvimento de um processo de produção de conhecimento centrado nas particularidades da profissão. Podemos afirmar que estes constituem-se em elementos inerentes ao trabalho do assistente social, construídos na relação com os processos históricos de constituição da profissão e expressivos quanto à possibilidade de garantir efetividade ao seu projeto ético-político.

Em relação ao próprio processo de trabalho, numa perspectiva ampliada, rompendo com uma visão endógena

⁴ Um dos marcos referente às mudanças de análise do exercício profissional, inserindo-o no contexto dos processos e relações de trabalho, é a construção das diretrizes curriculares que engendraram o processo de reformulação curricular, orientado pela Abepss desde 1996. No entanto, essa questão não é tranqüila no Serviço Social, apresentando polêmicas e posições diferenciadas conforme podemos verificar nos artigos da *Revista Temporalis*, número 2, publicação da Abepss em 2000.

e focalista do Serviço Social e buscando determinações gerais – no âmbito das relações de trabalho –, os elementos constituintes são: a finalidade que imprime direção à atividade do profissional, “[...] os meios de trabalho e a matéria-prima ou objeto sobre o que incide a ação transformadora do trabalho” (Iamamoto, 1998, p. 95).

É no exercício da prática profissional cotidiana que esses elementos ganham materialidade, são construídos e reconstruídos, e é neste exercício que o objeto da ação profissional se expressa em suas múltiplas facetas.

O objeto de atenção profissional é a questão social⁵.

Questão social apreendida como o *conjunto das* expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 1998, p. 27).

Não podemos esquecer, conforme já afirmamos no capítulo anterior, que esse objeto expressa determinadas

⁵ Yazbek (1999, p. 97) traz importante esclarecimento sobre esse aspecto: “Na atual conjuntura de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, de erosão das bases da ação social do Estado e de desmontagem dos direitos sociais, civis e econômicos, a questão social, matéria-prima da intervenção profissional dos assistentes sociais, assume novas configurações e expressões, entre as quais destacamos a insegurança e vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento salarial, o aumento da exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados. E outras tantas questões com as quais os assistentes sociais convivem cotidianamente são: questões de saúde pública, de violência, da droga, do trabalho da criança e do adolescente, da moradia na rua ou da casa precária e insalubre, da alimentação insuficiente, da ignorância, da fadiga, do envelhecimento sem recursos, etc. Situações que representam para os que as vivem experiências de desqualificação e de exclusão social (e que expressam também o quanto a sociedade pode *tolerar* e banalizar a pobreza sem fazer nada para minimizá-la ou erradicá-la).”

relações concretas e contraditórias, que precisam ser apreendidas em sua complexidade e reconstruídas teoricamente. Um primeiro momento de aproximação a esse objeto é o processo de problematização que se faz em um contexto determinado. Que contexto determina a configuração desse objeto e como ele se apresenta ao assistente social que se insere em instituições estatais e privadas?

O Serviço Social tem ocupado espaços de trabalho junto às instituições sociais estatais e privadas, junto às organizações governamentais, não-governamentais e empresariais, respondendo às demandas que em sua singularidade expressam aspectos concretos da questão social. Tais respostas se constituem em prestação de serviços assistenciais e de caráter socioeducativo, que em seu conjunto viabilizam as ações previstas no âmbito das políticas públicas.

Em especial e historicamente, o assistente social tem sido requisitado para trabalhar no serviço público nas esferas federal, estadual e municipal. No contexto municipal, principalmente nas prefeituras, tem contato privilegiado com uma população que demanda por serviços imediatos.

Este tipo de prática faz do assistente social um “profissional da Assistência”, já que ele opera com recursos institucionais para a prestação de serviços, racionalizando e administrando sua distribuição, controlando o acesso e o uso desses serviços pela “clientela”. Ele intermedia as relações entre instituição e “clientela”, *articula a população aos órgãos em que trabalha*. A prestação de serviços imediatos em que interfere o assistente social contribui para que sejam atendidas as necessidades básicas e urgentes de sobrevivência das classes trabalhadoras, especialmente de seus segmentos mais pauperizados, contribuindo com sua reprodução material. É aclopado a esses serviços buscados pela população que o profissional desempenha suas funções tipicamente intelectuais (Iamamoto, 1992, p. 40-1).

A prática profissional, nessas instâncias, tem em sua natureza uma contradição fundamental, ou seja, a de atender às demandas da população usuária, ao mesmo tempo que sofre pressão institucional em função de suas requisições e ordenamento coerentes com a ordem societária contemporânea orientada pelos princípios neoliberais.

Desde suas origens, o serviço social defronta-se com esta contradição que lhe é inerente e se refere à legitimidade da demanda de seus serviços profissionais: constituído e legitimado pelas instâncias mandatárias da sociedade, desenvolve sua prática através de um conjunto de ações burocráticas e pedagógicas voltadas à prestação de serviços às classes subalternas (Yazbek, 1993, p. 57).

No entanto, a prática profissional não se configura por ser imediatista, mas orientada por uma teleologia, dotada de uma finalidade compromissada com os interesses da classe trabalhadora. Uma prática preocupada em conhecer o contexto socioeconômico em que as necessidades da população são gestadas, buscando compreender quem é o usuário dos serviços socioeducativos que chega ao Serviço Social através de demandas aparentemente individuais e materiais.

Para os assistentes sociais, não é a compreensão e a ação sobre a realidade interna e subjetiva dos indivíduos que constitui o objeto da profissão, mas a compreensão e a ação sobre a realidade social – o cotidiano e sua história – objetivando expressar a existência, não só como relações sociais interindividuais, mas como relações sociais de classes, que envolvem interesses divergentes, campos adversários e projetos societários alternativos. Isso implica em processo que não é linear, mas de luta, com avanços e recuos (Vasconcelos, 2000, p. 132-3).

O Serviço Social intervém na trama das relações sociais. E estabelecer os vínculos entre as demandas individuais e o seu carácter coletivo, enquanto expressão da questão social, supõe a apreensão das mediações presentes nas relações, como também a construção de mediações que explicita o carácter coletivo dessas demandas.

É o desvelamento dessa mediação que vai permitir compreender as políticas sócio-assistenciais como espaços contraditórios onde, se ocorre o controle, o enquadramento dos subalternos, também ocorre a luta por direitos de cidadania e também, embora de modo precário, o acesso real a serviços e recursos que essa população não consegue alcançar. Dessa forma, o Serviço Social participa tanto da criação de condições para a sobrevivência material das classes subalternas, como de uma ação sócio-educativa tensionada pela dinâmica contraditória dos interesses em confronto no espaço em que se movimenta (Yazbek, 1999, p. 95).

A compreensão dessas mediações depende de rigorosa leitura da realidade social que possibilite o reconhecimento das demandas e, através delas, as possibilidades de intervenção.

Responder a tais requerimentos exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho ao cumprimento de atividades preestabelecidas. O exercício da *profissão* envolve a ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Exige, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade, para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional, *desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho* (Iamamoto, 1999, p. 113).

Buscando compreender as demandas dessa população, surge outro embate: qual o lugar que essa população tem na sociedade? É preciso compreender as necessidades concretas da população empobrecida e as alternativas que mobiliza para fazer frente às imposições/restrições cotidianas que a sociedade lhe coloca. Esse embate deve ser enfrentado também através da pesquisa engajada com as suas necessidades.

Para tanto, a pesquisa da realidade social torna-se um recurso fundamental para a formulação de propostas de trabalho e para a ultrapassagem de um discurso genérico, que não dá conta das situações particulares. Essa pode ser uma trilha fértil para se pensar as relações entre indivíduo e sociedade, entre a vida material e a subjetividade, envolvendo a cultura, o imaginário e a consciência. É seguramente um caminho fecundo para a superação de algumas das dificuldades anteriormente mencionadas (Iamamoto, 1998, p. 56).

O lugar social desses sujeitos é configurado pelo processo de exclusão social e empobrecimento crescente da população, gerando um segmento subalterno em relação às classes sociais e ao conjunto das relações sociais que demarcam o contexto em que se insere. O assistente social trabalha com um sujeito que, em sua individualidade, expressa um sujeito coletivo, pobre, destituído de bens e do acesso aos serviços que poderiam lhe garantir qualidade de vida e trabalho. “Nessa relação, este homem não aparece como um ser genérico, mas como um ser concreto, vivendo quotidianamente situações objetivas, com as suas possibilidades e limites” (Baptista, 2001, p. 18).

A preocupação com o lugar social ocupado pelo segmento subalterno traz ao Serviço Social, como motivação inicial, a possibilidade de desvendar os determinantes so-

ciais, econômicos, culturais e políticos que traçam o destino dessa classe, bem como, na análise das contradições sociais, as potencialidades da sua transformação.

A categoria subalternidade é fundamental para esclarecer esse aspecto e:

[...] contempla uma diversidade de situações e não expressa apenas a exploração, mas também a dominação e a exclusão econômica, política, social e cultural. Como categoria analítica, a subalternidade é aqui entendida como resultante direta das relações de poder na sociedade e se expressa em diferentes circunstâncias e condições de vida social, além da exploração do trabalho (Yazbek, 1999, p. 95).

Junto com a subalternidade, a pobreza e a exclusão social compõem um contexto opressivo aos mandatários da prática profissional do Serviço Social.

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois, como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência etc.), expressando relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, **definindo para os pobres um lugar na sociedade**. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social (Yazbek, 2001, p. 34-5). (destaque nosso)

Pobreza e exclusão são outras concepções que carecem de investigação permanente, pois têm suas especificidades e dão uma dimensão ampliada das várias facetas desse lugar social ocupado pelo povo, principalmente quando problematizada em sua expressão mais singular. Pensar a pobreza exige abordar aspectos múltiplos (objetivos e subjetivos): econômicos, sociais, culturais, históricos, políticos e suas expressões nas condições de vida de um povo, em um determinado contexto sócio-histórico.⁶ E para nós, da área social, requer apreender como o próprio povo pensa e vive concretamente a pobreza. Portanto, a pesquisa não se direciona apenas para a compreensão de um objeto específico em um contexto recortado da realidade. Mais do que isso, está preocupada em responder objetivamente à complexidade dos problemas sociais que afetam sujeitos concretos.

A realidade de trabalho e a problematização do objeto de atenção profissional mobiliza o assistente social a construir mediações que levam ao fortalecimento da atitude investigativa e do inconformismo às determinações de uma lógica e racionalidade instrumental. Nesse caso, para esses profissionais, o caminho da pesquisa é inevitável.

O exercício da pesquisa traz ao profissional inúmeras possibilidades de aprendizagem. Sobretudo, possibilita

6 Yazbek (2001, p. 34-5) reforça: “É bom lembrar, ainda, que a pobreza é uma face do descarte de mão-de-obra barata, que faz parte da expansão capitalista. Expansão que cria uma população sobrando, gente que se tornou empregável, parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar reconhecido na sociedade, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas [...]. Expansão que cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade no trabalho. Implica a disseminação do desemprego de longa duração, do trabalho precário, instável e intermitente, dos biscates e de outras modalidades de relacionamento da força de trabalho com o capital, que em sua essência representam uma mesma ordenação da vida social.”

aprender a trabalhar com as diferentes dimensões da realidade, construindo recursos para captar essas dimensões e estabelecer as relações necessárias à compreensão do objeto de estudo.

A pesquisa envolve um processo que decorre de investimentos em formação profissional. A graduação abre o processo de pesquisa. Neste processo, a graduação e, nela o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ganham destaque. A graduação não só é espaço essencial para o desenvolvimento da atitude investigativa, como nele o aluno tem a oportunidade de construir sínteses e de estabelecer ricas relações entre a realidade da prática profissional em campos de estágio e o conhecimento acumulado pela profissão no âmbito das Ciências Sociais e da tradição marxista. O TCC constitui momento singular de sistematização de conhecimento.

[...] a sistematização de dados (ou aspectos, traços, facetas) pertinentes a um fenômeno, grupo ou fenômenos ou processo(s) constitui um procedimento prévio e necessário à reflexão teórica. Vale dizer, os procedimentos sistematizadores, especialmente fundados na atividade analítica da inteligência configuram um passo preliminar e compulsório da elaboração teórica – sem, entretanto, confundir-se com ela (Netto, 1989, p. 141-2).

O TCC, embora seja uma exigência curricular para obtenção da graduação no curso de Serviço Social,

Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática de estágio no decorrer do curso (Abess/Cedepss, 1997, p. 72).

Verificamos, no espaço de formação profissional, uma preocupação central com o estágio. Na proposta curricular da Abepss, o estágio “[...] é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno em espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática” (Abepss/Cedepss, 1997, p. 71).

O estágio é espaço rico na medida em que propicia o desenvolvimento da capacidade técnico-operativa, fundamentado em pressupostos teórico-metodológicos e éticos do Serviço Social. É através da inserção do aluno em campos de atuação profissional que o ele tem a oportunidade de vivenciar a complexidade das expressões da questão social. É também nesse espaço que, de forma fértil, desenvolve a capacidade criativa e a atitude investigativa, problematizando a realidade de intervenção profissional, buscando com os profissionais, e de forma coerente com as demandas sociais, alternativas metodológicas de intervenção. Vinculada à prática de estágio, a pesquisa desenvolvida pelo acadêmico ganha relevância social e materialidade.

Quanto mais as temáticas da pesquisa desenvolvida na graduação estiverem vinculadas ao processo de problematização da realidade vivenciada nos campos de estágio, maiores as possibilidades de contribuições efetivas serem formuladas, contribuindo para o amadurecimento do aluno, enquanto futuro profissional.

No entanto, esse primeiro momento por vezes sofre fracionamentos, ou seja, nem todos os profissionais conseguem manter viva a atitude investigativa e trabalhar a pesquisa em seu espaço de intervenção, visto que as exigências do mercado de trabalho ou as próprias exigências institucionais impedem uma prática em que a pesquisa

esteja a ela vinculada, consolidando uma prática centrada no atendimento das requisições institucionais.

A sistematização do conhecimento é um primeiro e importante nível de aproximação à realidade e muito utilizado para que o profissional organize seus conhecimentos específicos da sua área de atuação, seus instrumentos de trabalho e as demandas da população usuária. Deixa claros também os propósitos da ação profissional. O nível da sistematização pode facilitar e estimular o profissional a problematizar sua realidade de trabalho, forçando-o a reflexões que o impulsionem para um nível mais elevado – o da busca de construção de conhecimento em torno de um objeto específico. Esse nível pode dar visibilidade aos impasses e angústias profissionais.

Na prática profissional dos assistentes sociais, as mediações entre a elaboração teórica e a intervenção se dão de maneira complexa: os sujeitos se põem diante de problemas muito específicos, têm que responder a questões muito concretas, numa sociedade extremamente diversificada. Nesse espaço, o profissional não tem apenas que analisar o que acontece, mas tem que estabelecer uma crítica, tomar uma posição e decidir por um determinado tipo de intervenção. Na sua forma particular de construção de conhecimento – que se volta para a prática – emerge uma maneira peculiar de ver problemas e construir soluções e aplicações tecnológicas. No mesmo movimento em que procura conhecer a realidade, vai construindo no pensamento um projecto para a acção (Baptista, 2001, p. 20-1).

A prática da pesquisa vinculada ao exercício da prática profissional com certeza pode não só proporcionar a descoberta das lacunas presentes na própria história do Serviço Social, como também dos mecanismos de interdição a uma

prática crítica e comprometida e das contradições presentes nos contextos em que o profissional intervém. Compreendidas essas contradições, podem gerar/mobilizar ações conscientes da força e potencial da profissão.

Não podemos ignorar o fato de que há diferenças em termos de oportunidade de fazer pesquisa. O espaço tradicional de intervenção profissional – como instituições públicas e privadas – pouco oferece em termos de oportunidade ao profissional de exercitar a pesquisa vinculada à sua prática. Já o espaço acadêmico, onde o assistente social atua como docente, tem por natureza e constituição a pesquisa como um de seus esteios.

Nesse caso, o marco é a pós-graduação e a demanda institucional por pesquisa. Articulada à extensão e ao ensino, a pesquisa alimenta o processo ensino-aprendizagem e dá vida à academia, vinculando este espaço institucional às demandas concretas da realidade. Não podemos acreditar que em todas as universidades essa articulação ensino, pesquisa e extensão se faça. Pelo contrário, há uma ênfase no ensino como espaço de reprodução de conhecimento, e não de sua construção.

A universidade – enquanto responsável por promover a produção de conhecimento –, ao estabelecer uma relação crítica, criativa e responsável socialmente com os espaços de intervenção profissional, mantém ativa a relação teoria/prática necessária ao exercício profissional.

No entanto, mesmo no espaço acadêmico, muito das pesquisas que se fazem depende de um esforço pessoal do professor em função de um compromisso em alimentar permanentemente a prática docência-ensino.

Na realidade, em grande parte das universidades brasileiras, ainda hoje, a pesquisa, quando é feita, é fruto

da iniciativa pessoal do pesquisador.⁷ Ele mobiliza recursos financeiros e materiais, agrega pesquisadores iniciantes, compõe equipes de trabalho e, quando não dispõe de recursos financeiros, se organiza com recursos próprios para alcançar seus objetivos, enfrentando a burocracia institucional e compondo, em sua carga horária fechada de trabalho, espaços para a pesquisa. Talvez essa não seja a realidade em grandes instituições universitárias de tradição em pesquisa, constituindo-se em referência nacional, mas com certeza é realidade para universidades de médio porte, onde a tônica é o ensino e a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Considerando as dificuldades para movimentar os esforços de um pesquisador, podemos refletir sobre as dimensões da pesquisa e sobre seu significado, quando extrapola o nível da sistematização de dados e informações e as imposições burocráticas ao seu exercício.

É preciso ter clareza de que a pesquisa é um processo que exige dedicação de longa duração, devendo fazer parte de um projeto intelectual e pessoal do profissional. Isso põe em evidência que, além de exercício sistemático de indagação da realidade observada, pesquisa implica em uma teleologia, ou seja, uma consciência da finalidade que imprime significado ao processo de investigação e o desenvolvimento de um esforço pessoal e profissional. Este requer investimento, formação continuada e amadurecimento quanto ao domínio teórico-metodológico necessário ao processo de contínua aproximação ao objeto delineado para pesquisa.

7 Fernandes (1979, p. 252) relembra: “A maior parte dos investigadores precisa dedicar suas energias a fins e a condições instrumentais – como obtenção de verbas, contrato pessoal, meios técnicos de pesquisa, etc., como se a pesquisa científica não estivesse institucionalizada e como se certos esforços devessem ser eternamente repetidos.”

Severino (1996, p. 113-6) alerta que, independente de estarmos no âmbito do mestrado ou do doutorado, todo trabalho de pesquisa caracteriza-se por ser “*pessoal, autônomo, criativo e rigoroso*”.

Trabalho *pessoal* no sentido em que “qualquer pesquisa, em qualquer nível, exige do pesquisador um envolvimento tal que seu objeto de investigação passa a fazer parte de sua vida”; a temática deve ser realmente uma problemática vivenciada pelo pesquisador, ela deve lhe dizer respeito. Não, obviamente, num nível puramente sentimental, mas no nível da avaliação da relevância e de significação dos problemas para o próprio pesquisador, em vista de sua relação com o universo que o envolve. A escolha de um tema de pesquisa, bem como a sua realização, necessariamente é um ato político. Também neste âmbito não existe neutralidade (Severino, 1996, p. 113).

Nesse sentido, tem uma dimensão social, pois posiciona o pesquisador em relação aos fenômenos sociais, deixando claro qual a direção de sua pesquisa e o que pretende alcançar com seus resultados, bem como a sua sensibilidade para com as exigências das transformações do mundo contemporâneo e que afetam diretamente o exercício profissional.

Trabalho *autônomo* quer dizer que ele é fruto de um esforço do próprio pesquisador. Autonomia esta que não significa desconhecimento ou desprezo da contribuição alheia, mas, ao contrário, capacidade de um inter-relacionamento enriquecedor, portanto dialético, com outros pesquisadores, com os resultados de outras pesquisas, e até mesmo com os fatos.

Este inter-relacionamento é dialético na medida em que ele *nega*, ao mesmo tempo que *afirma*, a relevância da contribuição alheia. Esta só é válida quando incrementa a

instauração da autonomia de pensamento do pesquisador. É reconhecendo e assumindo, mas simultaneamente negando e superando o legado do outro, que o pensamento autônomo se constitui (Severino, 1996, p. 114).

Uma característica essencial do trabalho científico é a criatividade. Enquanto potencial do pesquisador, a criatividade possibilita duvidar do arsenal técnico e das respostas prontas, na medida em que as relações presentes na realidade, apreendidas pelo movimento da pesquisa, exigem posicionamentos e construções que possam estabelecer as articulações necessárias entre o suporte teórico-metodológico e a processualidade pertinente à natureza do objeto.

Não se trata mais de apenas aprender, de apropriar-se da ciência acumulada, mas de colaborar no desenvolvimento da ciência, de fazer avançar este conhecimento aplicando-se o instrumental da ciência aos objetos e situações, buscando-se seu desvendamento e sua explicação. Embora não se possa falar de criatividade sem um rigoroso domínio do instrumental científico, uma vez que o conhecimento humano não se dá por espontaneidade ou por acaso, é bem verdade também que não basta conhecer técnicas e métodos. É preciso uma prática e uma vivência que façam convergir estes dois vetores, de modo que os resultados possam ser portadores de descobertas e de enriquecimento (Severino, 1996, p. 115-6).

Não podemos, no entanto, cair no espontaneísmo, pois trabalho científico supõe exercício de rigor quanto ao tratamento teórico-metodológico dispensado ao tema.

Esta exigência não se opõe à exigência da criatividade, antes a pressupõe. [...] Além da disciplina imposta pela metodologia geral do conhecimento e pelas metodologias

particulares das várias ciências, exige-se ainda a disciplina do compromisso assumido pela decisão da vontade. Não se faz ciência sem esforço, perseverança e obstinação (Severino, 1996, p. 116).

O ponto de partida pode se encontrar na graduação, ser fundamentado e exercitado neste primeiro momento, mas deve encontrar na pós-graduação os meios necessários para seu amadurecimento. Precisamos deixar claro, amadurecimento vinculado à particularidade da profissão, que tem na intervenção sua razão de ser.

Pesquisa também é possibilidade de catarse, ou seja, forma de enfrentamento dos impasses e limites da profissão e compreensão do campo de atuação do Serviço Social, oportunizando ao profissional posicionar-se e localizar-se como sujeito do processo de intervenção e de conhecimento sobre a dinâmica do contexto em que se movimenta.

O Serviço Social – enquanto profissão que trabalha com as seqüelas do desenvolvimento do capitalismo e opera com políticas públicas que, em sua natureza contraditória, nem sempre respondem concretamente às demandas sociais – carrega em seu processo de constituição da identidade profissional – em seu modo de ser e de aparecer – uma grande responsabilidade: eficácia no processo de enfrentamento das demandas sociais em sua natureza objetiva e subjetiva. No processo institucional, por vezes não fica claro que há determinações universais que impedem o equacionamento dessas questões. Assim, a pesquisa se constitui como alternativa necessária para o desvelamento da real identidade⁸ profissional, no âmbito da divisão sócio-técnica do trabalho.

⁸ Sobre identidade, enquanto categoria de natureza dialética, Martinelli (1993, p. 35) esclarece: “Como categoria histórica que é, a identidade se constrói no movimento da história, ao longo da caminhada da própria classe,

A rigor, a identidade nada mais é do que a forma social de aparecer da profissão e estas formas, engendradas historicamente, são produtos coletivos da categoria profissional, são respostas às demandas da realidade, são, como venho enfatizando, construção permanente (Martinelli, 1997, p. 23).

Assim, conforme a autora citada, romper com a identidade atribuída ao Serviço Social requer rigorosa leitura da realidade e o próprio profissional assumir-se como sujeito da sua prática e do processo de conhecimento que tal leitura pressupõe, reforçando a necessária condição de sujeito aos profissionais do Serviço Social. “Temos de ter a coragem de inverter a leitura que fazemos da realidade, ao invés de esperarmos por práticas prontas para serem realizadas; temos de nos colocar como seus efetivos construtores” (Martinelli, 1997, p. 23).

Dessa forma, a inserção na pós-graduação – através de cursos de mestrado e doutorado – vem concretizar a potencialidade dos profissionais em colocar-se como construtores da sua realidade.

Evidenciamos que os profissionais, mobilizados pelas suas inquietações teórico-práticas, fazem o caminho da intervenção para a academia através da pós-graduação, buscando alterar a realidade de trabalho e dos sujeitos demandatários da prática profissional. Esse caminho possibilita a descoberta e/ou a consolidação da paixão pelo exercício da pesquisa.

que ao produzir sua existência, a sua vida material, produz a história humana. Esta é, portanto, uma história viva, candente, multidimensional, plena de movimento, pulsando com a própria vida. Seu ritmo relaciona-se diretamente com o amadurecimento das contradições internas dos diferentes períodos da vida da sociedade, o que lhe imprime um movimento contraditório e complexo, que se expressa tanto por momentos de lentidão como por outros de intensa atividade, capazes de determinar uma repentina mudança na direção do fluxo histórico, de promover a transição de uma época histórica e sua estrutura social para outra.”

Chegamos a um momento crucial que, talvez, expresse por que se faz pesquisa no Serviço Social, ou melhor, o que estimula os profissionais a fazerem pesquisa – quando, por sua tradição intelectual, vinculam-se aos veios do positivismo – e, pela falta de investimento dos órgãos de fomento e pela baixa tradição em pesquisa, – poderiam colocar-se numa posição de simples consumidores de conhecimentos trabalhados nas áreas afins?

Há um projeto intelectual e ético-político na profissão que demarca que a pesquisa não é neutra, é engajada em direção a mudanças sociais na realidade brasileira. O horizonte teórico-metodológico é radicalmente crítico e busca alimentar o debate sobre a realidade brasileira. Esse projeto alimenta a atitude investigativa do pesquisador, movimentando a fazer pesquisa.

Na investigação social, porém, essa relação é muito mais crucial. A visão de mundo do pesquisador e a dos atores sociais estão implicadas em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho. É uma condição da pesquisa, que uma vez conhecida e assumida pode ter como fruto a tentativa de objetivação do conhecimento. Isto é, usando-se todo o instrumental teórico e metodológico que ajuda uma aproximação mais cabal da realidade, mantém-se a crítica não só sobre as condições de compreensão do objeto como do próprio pesquisador. Conforme nos adverte Lévy Strauss: “Numa ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador é, ele mesmo, uma parte de sua observação” (Minayo, 1996, p. 21).

Reforçamos o papel, diante desse projeto, da Universidade em relação à sociedade que no seu conjunto se alimenta da produção de conhecimento científico tanto em espaços onde o consumo é objetivado por interesses de

inovações tecnológicas como em espaços em que se busca mais do que um produto imediato – busca-se o diálogo alimentador de práticas comprometidas com a transformação social. Alimenta assim as profissões, no seu processo de se reconstruir historicamente e acompanhar as exigências do tempo presente.

As pesquisas geram desdobramentos, não só como forma de contribuição social, mas também como forma de realimentar o processo de produção de conhecimento.

No contexto acadêmico, os Núcleos de Estudos surgem como desdobramentos dos cursos de pós-graduação e como estratégia para o profissional que é professor continuar pesquisando, como forma de estudar as particularidades/singularidades locais/regionais, bem como temáticas amplas vinculadas à realidade socioeconômica brasileira e às políticas públicas. Também se constitui em espaço de aprendizagem para alunos de graduação e de pós-graduação, bem como de articulação com segmentos representativos da comunidade.

Os Núcleos de Estudos são importantes recursos pedagógicos para a formação profissional. Constituem-se em espaço privilegiado de construção coletiva de conhecimentos destinados a realimentar a prática profissional e a prática de ensino-aprendizagem. Propicia o estudo sistemático e contínuo de temas que emergem do enfrentamento profissional em relação às expressões da questão social na realidade local, sem perder de vista suas determinações gerais. Nesse sentido, provoca a indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão, tão relevante para a Universidade.

Os Núcleos de Estudos podem e devem ser estimuladores da pesquisa, bem como realimentadores do processo de pesquisa, articulando diferentes níveis de formação (graduação e pós-graduação), diferentes áreas profissionais, pro-

vocando a interdisciplinaridade e promovendo a socialização de saberes entre profissionais, acadêmicos e docentes.

A pesquisa, no âmbito da pós-graduação, tem possibilitado aos profissionais a análise da realidade profissional em suas potencialidades e fragilidades. Nesse processo investigativo, o assistente social se depara com o fato de que tem um contato privilegiado com a realidade social dos usuários, colhendo permanentemente informações que são documentadas. Os documentos, nesse caso, além de se constituírem em instrumentos capazes de esclarecer dimensões do objeto de pesquisa, possibilitam estabelecer mediações necessárias entre o fenômeno pesquisado e os sujeitos da pesquisa, e estes são políticos e retratam uma expressão do coletivo, isto é, dos segmentos organizados da sociedade, seus interesses e a orientação política que seguem.

No entanto, o profissional nem sempre tem consciência do potencial dessas informações. Articulado à pesquisa, o processo interventivo pode redimensionar as relações que o profissional estabelece com os documentos que derivam de sua prática, percebendo-os como fonte de experiências concretas. Ao serem compreendidas, essas experiências podem requisitar o redimensionamento das práticas reiterativas e disciplinadoras em práticas comprometidas com os direitos sociais.

O que importa salientar é que o acompanhamento dos processos sociais e a pesquisa da realidade social passam a ser encarados como componentes indissociáveis do exercício profissional, e não como atividades “complementares”, que podem ser eventualmente realizadas, quando se dispõe de tempo e condições favoráveis. Isso porque o conhecimento da realidade social sobre a qual irá incidir a ação transformadora do trabalho, segundo propósitos preestabelecidos, é pressuposto daquela ação, no sentido de tornar possível guiá-la na consecução das metas definidas (Iamamoto, 1998, p. 101).

A grande questão é saber que elementos mobilizam os profissionais, em geral, a se envolverem com a pesquisa. A profissão é plural em relação aos referenciais que fomentam tanto a prática como a pesquisa. Pode haver diferentes motivações para cada dimensão do exercício profissional. Há motivações que podem ser de cunho individual, uma paixão pessoal em relação a uma temática específica de pesquisa, ou uma preocupação de ordem teórica, mas de maneira geral as motivações estão no próprio processo de enfrentamento das expressões da questão social, que ganha visibilidade em função de um processo de reflexão e inquietação permanente desse profissional quando enfrenta as contradições sociais que rebatem na forma como ele responde a essas demandas bem concretas.

A CENTRALIDADE OCUPADA PELOS SUJEITOS QUE PARTICIPAM DAS PESQUISAS DO SERVIÇO SOCIAL

Precisamos esclarecer de qual sujeito estamos tratando. Trata-se do sujeito que, antes de ser participante de nossas pesquisas, é usuário, beneficiário e/ou destinatário das políticas públicas e dos serviços sociais, através de nossa intervenção nos diferentes campos que ocupamos. Sujeito saturado, pela experiência, de valores e demandas autênticas. Sujeito que tem uma natureza objetiva e subjetiva.⁹ Assim, entendemos o “[...] termo *sujeito* como aquele que faz a ação ou a dirige, ou, num sentido mais filosófico, o homem

⁹ As reflexões deste momento estão alimentadas pelas contribuições do texto de MARTINELLI, Maria Lúcia (coord.). **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio**. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade. 2. ed. Renovada. São Paulo: PUC, 1994.

como sujeito livre e igual, dono de si mesmo e da natureza, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade” (Wanderley, 1992, p. 142).

Naturalmente, estamos nos referindo a um sujeito que é coletivo, pois em sua singularidade e relações particulares expressa vinculações de classe. O que não pode ocorrer – e este é um cuidado metodológico que precisamos desenvolver – é subtrairmos, no processo da pesquisa, a condição de sujeito a esse cidadão e enfatizar a sua condição de objeto.

A preocupação com a centralidade do sujeito refere-se a sua condição *ontológica e não a uma condição metodológica* pertinente à pesquisa. Ou seja, trata-se de possibilitar, através da pesquisa, maior visibilidade ao sujeito, à sua experiência e ao seu conhecimento, cuja natureza, se desvendada, poderá permitir aos profissionais desenvolver práticas cada vez mais comprometidas ética e politicamente com a realidade desses sujeitos, buscando no coletivo e na troca de saberes alternativas de superação das condições de privação e exclusão social. Ainda, esta condição ontológica reconhece ao sujeito esse potencial, portanto, sua autonomia.

A aproximação ao sujeito que participa de nossas pesquisas se faz através da busca da compreensão da sua experiência, do conhecimento gerado a partir dessa experiência e da sua vivência cotidiana, que, tomados em relação ao nosso objeto de estudo, compõem um dos elementos a serem apreendidos na sua relação com as múltiplas determinações de natureza econômica, social, política e cultural.

Para tanto, construímos uma metodologia de investigação que busca estabelecer um tipo de relação com esses sujeitos, que pode ter diferentes facetas teóricas – fundamentada pela teoria social que nos alimenta –, naturalmente orientada por nossos objetivos de investigação e pela natureza de nosso objeto de estudo. Portanto, a relação

com o sujeito eleito para participar de nossa pesquisa não é ocasional, ingênua, é definida pelo que se pretende elaborar cientificamente.

Consideramos que a relação com o sujeito se faz através da pesquisa de natureza quantitativa e/ou qualitativa. Não deve ser mérito apenas das pesquisas qualitativas a busca de compreender o sujeito, em uma perspectiva crítica, pois não podemos descartar que ele também se revela pelos dados quantitativos, pois estes trazem à tona expressões concretas de sua realidade, quando trabalha condições de vida, renda, ocupação, etc. O diferencial está na forma como tratamos esses dados, buscando revelar o que, para que e por que enfatizamos o quantitativo. São as determinações objetivas expressas através da pesquisa e que podem fundamentar análises sobre a riqueza da realidade, avaliar projetos e programas sociais, redirecionar ações que garantam a dignidade desse sujeito e os seus direitos sociais, civis e políticos. Precisamos evidenciar que os dados quantitativos não expressam apenas o desenvolvimento econômico de um país, mas como esse desenvolvimento incide sobre as condições de vida do cidadão.

A subjetividade se revela através das fontes orais e oportuniza ao sujeito dar a sua versão dos fatos – como entende, como vive, sente e enfrenta em seu cotidiano as seqüelas do desenvolvimento socioeconômico capitalista. Segundo Martins (1989, p. 113), “pesquisadores atentos têm mostrado que a cultura popular não é constituída apenas de concepções, mas também de sujeitos e de concepções desses sujeitos”.

A dicotomia quantitativo/qualitativo – em uma perspectiva dialética – é falsa, sendo que a dinâmica das relações sociais pode ser captada em suas dimensões quantificáveis e qualificáveis. Essa articulação é necessária a uma pesquisa

comprometida ética e politicamente com as demandas sociais. O sujeito está presente – ou pela sua história ou pelos dados que expressam as barbáries do mundo contemporâneo – em qualquer processo de pesquisa.

Nesse caso, é necessário nos preocuparmos com o tratamento teórico-metodológico do material empírico coletado junto a esse sujeito e se isso lhe garante centralidade e visibilidade à sua real situação e condições de vida. Igualmente, precisamos avaliar se as pesquisas do Serviço Social estão dando conta de trazer à tona as determinações estruturais, econômicas e políticas que interferem na constituição da realidade desses sujeitos que chegam ao Serviço Social.

A relação estabelecida com o sujeito no processo de investigação é orientada por uma preocupação ética¹⁰, ou seja, por escolhas pessoais e profissionais em relação ao sujeito que, por sua vez, revela o projeto político-profissional que fundamenta o desenvolvimento de pesquisas favoráveis à democracia, à cidadania e aos valores humanos emancipatórios. Assim, temos um traço da particularidade da pesquisa em Serviço Social.

E, no processo de intervenção, algumas questões que mobilizam a prática profissional muitas vezes dizem respeito à individualidade do próprio profissional. Para enfrentá-las, é preciso sustentação teórico-metodológica e conhecimento do fazer profissional. É no cotidiano da intervenção que o profissional tem a oportunidade de contribuir para avançarmos na afirmação da profissão e para reafirmarmos a opção pela direção social dela, dando visibilidade à questão social em suas várias dimensões, respeitando os princípios

¹⁰ Ética, conforme Barroco (2003, p. 19), “[...] é definida como uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre”.

fundamentais expressos no Código de Ética Profissional. Destacamos, desses princípios:

- Reconhecimento da *liberdade* como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. [...]
- Ampliação e consolidação da *cidadania*, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras [...] (apud Bonetti et al., 2000, p. 217-8).

O reconhecimento do fazer profissional em consonância com os valores e princípios legitimados em nosso Código de Ética e sobretudo no enfrentamento das demandas concretas dos cidadãos supõe um processo permanente de capacitação ético-política e teórico-metodológica.

Hoje, o cenário de transformações societárias exige olhar constante do Serviço Social para os processos sociais, um olhar marcado pela potencialidade interventiva, que não desconsidera as questões macro-estruturais.

Como conseqüência das profundas transformações do capitalismo em nível mundial, temos, segundo Chauí (2001, p. 18-22), características importantes a destacar: o desemprego estrutural; a supervalorização do monetarismo e do capital financeiro (centro nervoso do capitalismo), em detrimento do trabalho produtivo; a terceirização, como fenômeno estrutural; a ciência e a tecnologia, como forças produtivas contribuindo para a acumulação de capital; a fragilidade da presença estatal no mercado e na definição e sustentação das políticas sociais; a transnacionalização da economia; a existência, em cada país, de bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta, como expressão da polarização das classes sociais.

Trata-se de condições materiais de uma era em que a economia encontra-se globalizada e justificada pela lógica neoliberal, interferindo drasticamente nas relações entre Estado/sociedade civil e nos processos que garantem os direitos fundamentais do cidadão. Afeta profundamente a profissão que, remando contra essa ordem econômica, insiste em consolidar seu ideário ético-político a partir de princípios e práticas democráticas.

[...] ninguém pode ter dúvidas de que o período histórico em que estamos situados marca-se por transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades etc. E porque, por outro lado, tal reflexão é imprescindível para estabelecer, em face dessas transformações, estratégias socioprofissionais minimamente adequadas para responder às problemáticas emergentes (Netto, 1996, p. 87-8).

A pesquisa emerge, nesse contexto, como mediação necessária, pois através dela poderemos decifrar a realidade contemporânea por meio da apreensão de seus nexos constitutivos, sua incidência nas condições de vida do cidadão, nas exigências que o mercado de trabalho faz ao Serviço Social, bem como construir alternativas teórico-metodológicas sustentadas no movimento contraditório do próprio real.

Não podemos esquecer que a pesquisa, exercitada de forma articulada com a prática profissional, é nova para o Serviço Social. Em especial, a pesquisa qualitativa também é preocupação recente da profissão. Podemos afirmar que, em relação ao acúmulo de conhecimentos que se processa no campo das Ciências Sociais e Humanas, estamos em um processo de aprendizagem muito rico e fértil, pois “[...] nós,

que somos profissionais do social, temos uma riqueza de prática, uma riqueza de vida que poucas profissões têm, temos uma atividade que se constrói na trama do cotidiano, que se constrói nas tramas do real” (Martinelli, 1994, p. 6).

Os diversos níveis de pesquisa desencadeados no Serviço Social devem ser valorizados, pois em sua totalidade dispensam o mesmo rigor teórico e metodológico. A pesquisa que tem como objeto problemas de ordem macro-estrutural tem demonstrado a capacidade dos pesquisadores de produzir conhecimentos, valorizando a área no campo das Ciências Sociais e Humanas. Já as vinculadas às demandas da intervenção localizadas em espaços institucionais também são importantes porque possibilitam ao profissional reavaliar a prática e analisar determinações concretas presentes em seu cotidiano.

A produção de conhecimento sobre o processo de compreensão das determinações objetivas das condições de vida dos sujeitos está em processo de construção até por conta de uma fragilidade teórico-metodológica dos profissionais em avançar da sistematização e da descrição para análises críticas mais consistentes dessa realidade. Sobre este aspecto, Kameyama (1998, p. 72-5) aponta as deficiências mais frequentes, devido à pouca tradição em pesquisa, as quais são:

- 1) Dificuldade de identificar e/ou delimitar o objeto de pesquisa e construí-lo com base em sucessivas abstrações, que, a partir da realidade, permitem ir gradualmente precisando, delimitando e particularizando o objeto. [...]
- 2) Na medida em que o objeto não é delimitado, o pesquisador revela dificuldades para elaborar ou construir seu quadro conceitual, necessário para orientar a análise do seu objeto de estudo, escolher os instrumentos de

- investigação, realizar sistematização, analisar os dados para elaboração de novos conceitos. [...]
- 3) Dificuldade em realizar a mediação entre a universalidade, singularidade e particularidade, ou seja, dificuldade de passar de categorias abstratas para objetos reais e também de construir novas categorias particulares a partir de genéricas. [...]
 - 4) Muitas pesquisas teóricas ficam no nível de sistematização bibliográfica, que pode ser considerado um momento pré-teórico. [...]
 - 5) Tendência ao pragmatismo. [...]
 - 6) Pesquisas de caráter isolado e que abordam universos muito limitados e particulares, cujos resultados não podem ser generalizados, não contribuindo para o aprofundamento e complementação de conhecimentos sobre o tema.
 - 7) Rebatimento tardio de temas na área do Serviço Social, o que leva os pesquisadores a utilizarem a bibliografia dos autores das áreas de Ciências Sociais, sem a preocupação de buscar as fontes em que se basearam estes autores. [...]
 - 8) Tendência à utilização de métodos qualitativos, considerando, falsamente, que o método quantitativo é de caráter positivista, ou porque tem pouco domínio sobre os conhecimentos de estatística.
 - 9) Amplitude das áreas temáticas, ocasionando dispersão e fragmentação dos conhecimentos. [...]
 - 10) A inexistência de uma política coerente de pesquisa no sentido de definição de prioridades e objetivos, tendo como referência as necessidades da área, acarreta falta de relevância dos temas. É preciso mencionar ainda os “modismos”, que caracterizaram as flutuações dos enfoques de pesquisa na área.

Embora concordemos com essas considerações, devemos lembrar que tais dificuldades estão sendo enfrentadas com o aprimoramento do processo de investigação nos cursos

de pós-graduação. Enfrentamento que se faz no próprio processo, na experiência concreta de fazer a pesquisa e na medida em que os canais de socialização dos resultados se ampliam junto à categoria profissional tanto através de eventos científicos e revistas apropriadas como no diálogo com as demais áreas de conhecimento.

Entendemos que o acesso dos profissionais à realidade social dos sujeitos é privilegiado, mas a produção de conhecimento sobre ela é pequena e recente. É preciso, no entanto, avançar e investir nessa pesquisa que potencializa o contato do profissional com sua realidade de trabalho, pois é lá que encontramos os sujeitos de que tratamos neste momento.

Tratar do sujeito no contexto da investigação em Serviço Social traz à tona uma problemática essencial, ou seja, há uma tensão entre subjetividade e objetividade, devido a dificuldades de ordem teórica e metodológica e de formação que pode gerar uma equivocada dicotomia entre esses dois aspectos. Saffiotti (1997, p. 62-3) coloca que a subjetividade envolve as relações entre o indivíduo e as estruturas culturais, e nessas relações dois aspectos devem ser considerados:

1) Há uma dialética entre o ser singular e o ser genérico, um somente se realizando por intermédio do outro. Esta concepção, retendo a complexidade do processo da construção do sujeito-objeto, permite afastar qualquer *a priori* situado no indivíduo, assim como superar a “determinação social dos destinos pessoais” [...]; 2) Nas relações coisificadas, ocorre a alienação do sujeito, o que pode ser concebido como ruptura entre o ser singular e o ser genérico.

A rigor, há um movimento permanente de encontro e de desencontro entre o ser singular e o ser genérico. Esta oscilação própria da dinâmica contraditória existente entre estas duas objetivações do ser humano constitui um sério indicador de que nem uma nem outra pertence à natureza do ser social. Isto posto, a base ontológica desta discussão

não pode ser senão relacional [...]. Nesta linha de raciocínio, a história das pessoas consiste na história de suas relações sociais. A subjetivação, enquanto movimento inseparável da objetivação, ganha novo estatuto na história biográfica e na história social.

O contexto do século XX tem como preponderância o econômico, em detrimento da compreensão do sujeito, e esse fenômeno se repõe ainda hoje.

- Há que se dimensionar com muita acuidade as *relações entre estrutura e sujeito*, sopesando o peso estrutural (síntese de múltiplas determinações) e as práticas dos sujeitos (identidade, cotidiano, subjetividade), para evitar os riscos/erros do economicismo, estatismo, totalização, por um lado, e voluntarismo, basismo, psicologismo, por outro lado. A análise global é imperativa. [...]
- Os *sujeitos individuais*, sem olvidar as determinações maiores, merecem análises mais rigorosas que escrutinem suas história de vida, aspectos da vida familiar, profissional, política, afetiva, atributos de carisma e liderança, atitudes e comportamentos (Wanderley, 1992, p. 154-5).

Nesse aspecto, devemos destacar a relevância das contribuições de Gramsci aos avanços desencadeados pela profissão em seus referenciais teóricos e ético-políticos, constituindo-se em elemento essencial ao processo de ruptura histórica do Serviço Social com a tradição conservadora¹¹. Assim, conforme Simionato (1995, p. 260):

¹¹ Simionato (1995, p. 185) faz importante reflexão sobre a teoria gramsciana e sua incidência no Serviço Social, da qual neste momento destacamos: “No final dos anos 70, quando se observa um relativo distanciamento do pensamento althusseriano, Gramsci passa a ser um marco teórico significativo nas elaborações do Serviço Social. O referencial gramsciano é buscado, inicialmente, como possibilidade para pensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico, marcando o seu compromisso com as clas-

Esse enriquecimento teórico se reflete nas ações prático-operativas, permitindo a compreensão do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho e no encaminhamento de ações voltadas à ultrapassagem do discurso da denúncia e no encaminhamento de propostas efetivas no âmbito das políticas sociais e práticas institucionais. Permite compreender as questões culturais, os modos como se forma a identidade social, o senso comum, a função das ideologias e dos mitos, ou seja, aquilo que Gramsci chama de conformismo. **A compreensão dessa esfera da cultura é fundamental para os assistentes sociais, na medida em que as suas ações profissionais são travadas numa relação direta com as formas de vivência cotidiana dos sujeitos sociais.** (destaque nosso)

Sobretudo, traz importante contribuição ao fundamentar a compreensão do usuário dos serviços socioeducativos e de sua condição de subalternidade, numa perspectiva ampliada de classe social, restringindo a prática profissional a uma dimensão política.

Os avanços presentes no Serviço Social em função dos investimentos em cursos de pós-graduação e da renovação da profissão frente às exigências decorrentes das transformações societárias têm gerado uma produção de conhecimento centrada na compreensão das expressões da questão social e das respostas dadas pelo Estado, através das políticas públicas.

ses subalternas. Este eixo de reflexão, nem sempre inspirado numa leitura correta da obra gramsciana, foi muitas vezes utilizado para reeditar certas tendências da visão missionária do assistente social em face dos segmentos pauperizados da população. No entanto, as idéias de Gramsci passaram progressivamente a ser incorporadas pelo Serviço Social, abrindo novas possibilidades para pensar seus referenciais teóricos e suas ações interventivas. [...] De uma forma ou de outra, as elaborações teóricas de Gramsci repercutiram fortemente na produção do Serviço Social em toda a década de 80, extrapolando para os anos 90, seja em forma de livros derivados de teses acadêmicas, seja na forma de ensaios diversos publicados nas revistas específicas da profissão.”

Nessa produção, o sujeito demandatário das políticas aparece com menor relevância. Acreditamos que essa produção tem sido fundamental ao Serviço Social, pois tem alicerçado a compreensão dos espaços contraditórios em que o profissional intervém. No entanto, a preocupação com o sujeito parece constituir-se em uma lacuna que precisa ser refletida e mesmo instigada no âmbito das produções científicas no Serviço Social, principalmente aquelas que rompem com a tradição conservadora que desloca o sujeito do seu contexto sócio-histórico.

A preocupação com o sujeito decorre, então, da inquietação profissional com as derivações da questão social em relação às estratégias definidas pela política pública. Ainda permeada por essas políticas há uma preocupação com esse sujeito inserido em movimentos sociais e, nesse contexto, nas organizações não-governamentais e representações nas diferentes instâncias da sociedade civil, como nos conselhos de direitos.

Não podemos desconsiderar que as diferentes vertentes teórica- metodológicas presentes no Serviço Social impõem tratamentos diferenciados às expressões objetivas da existência dos sujeitos, pois, conforme já refletimos, não somos um bloco monolítico.

Em relação a esse aspecto, destacamos as influências da tradição positivista nas Ciências Sociais e Humanas e da teoria social de Marx que, presentes através de suas derivações na profissão, alimentam as polêmicas que cercam a relação sujeito/objeto no processo de produção de conhecimento e na relação com as fontes de apreensão da realidade estudada.

O positivismo

[...] apenas reconhece como ciência a atividade “objetiva”, capaz de traçar as leis que regem os fenômenos, menospre-

zando os aspectos chamados “subjetivos”, impossíveis de serem sintetizados em dados estatísticos. No entanto, o próprio positivismo tenta trabalhar a “qualidade do social” seja buscando substantivá-lo em variáveis, seja, através do estrutural-funcionalismo, focalizando os produtos da interação social como componentes funcionais da realidade, e tratando-os como entidades passíveis de estudo, independentemente de sua constituição pelos indivíduos (Minayo, 1996, p. 10 -1).

Já a perspectiva marxista, em oposição à abordagem positivista, “[...] abarca não somente o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que constituem a vivência das relações objetivas pelos atores sociais, que lhe atribuem significados” (Minayo, 1996, p. 11). Considera, portanto, que uma das dimensões da totalidade é a interpretação que os sujeitos dão às suas ações em dada realidade e contexto social, econômico, político e cultural, portanto, histórico.

Há algo de significativo na prática da pesquisa histórico-crítica que envolve o sujeito participante e que revela o comprometimento profissional, expresso na atitude do pesquisador em relação ao sujeito participante. Podemos observar isso no processo de construção da metodologia de investigação.

As metodologias que privilegiam as fontes orais na pesquisa social têm como marca essencial o diálogo estabelecido entre o pesquisador e os participantes eleitos para a pesquisa. Nesse caso, a entrevista tem sido o procedimento utilizado com mais frequência e, “implicitamente, realça a autoridade e autoconsciência do narrador e pode levantar questões sobre aspectos da experiência do relator a respeito dos quais ele nunca falou ou pensou seriamente” (Portelli, 2001, p. 12).

A relação com o sujeito não é tranqüila, exige atenção e uma metodologia que se constrói na relação, pois nem sempre se ouve o que se busca através dos recursos metodológicos. Na relação construída com o sujeito trabalha-se também o “indizível”, revelador, mas difícil de captar. O indizível, termo utilizado por Maria Isaura Pereira de Queiroz em discussões sobre relatos orais:

[...] é o não-explicito das vivências dos indivíduos que vivem em um meio social determinado. É o conjunto de vivências, emoções e experiências das pessoas que não está nos documentos e que tem um conteúdo e um valor inestimável na transmissão, conservação e difusão dos conhecimentos. Esses conteúdos formam parte do acervo dos grupos sociais e são esses mesmos conteúdos que têm permitido a integração e identificação do indivíduo no seu meio, no seu contexto, em um determinado período de tempo (Rojas, 1994, p. 61).

A riqueza de pesquisas que se preocupam com a experiência dos sujeitos possibilita revelar uma história que é construída pelos próprios homens – concretos –, portanto, nessa perspectiva, não são pensados “[...] como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas” (Khoury, 2001, p. 80).

Compreender o sujeito supõe situá-lo em um contexto sócio-histórico cuja materialidade está na própria realidade em que se insere.

Esses sujeitos são moradores da cidade, pequenos agricultores do campo, artesãos, pescadores, trabalhadores assalariados, grupos de imigrantes, de mulheres, de jovens,

velhos ou crianças, membros de movimentos específicos, vivendo experiências de trabalho, construindo modos de viver, de se organizar, ou sobrevivendo em becos e ruas, com bagagens culturais diferentes, com perspectivas futuras diversificadas, enfrentando, ou não, processos de exclusão, marginalização e segregação social (Khoury, 2001, p. 80).

No entanto, muitas vezes, as pesquisas não dão conta de enraizar esse sujeito à sua cultura, à sua realidade social, às formas pelas quais busca se expressar e criar alternativas de sobrevivência e, assim, acabam por ser meras ilustrações teóricas. É essencial termos presente que a arquitetura teórico-metodológica de uma pesquisa pode minar as possibilidades de descoberta do real, limitando-se a levantar dados quantitativos ou informações de fonte oral que servem para comprovar hipóteses ou afirmar certezas prévias. Urge o exercício do pensar crítico:

Este é um pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático. Não se dicotomiza a si mesmo na ação. “Banha-se” permanentemente de temporalidade cujos riscos não teme (Freire, 1982, p. 97).

Citando Fernando Pessoa, Martinelli (1994, p. 75) faz a seguinte reflexão, que nos alimenta em relação à necessidade de rompermos com as estruturas fixas de pensar a realidade.

“Uma aprendizagem de desaprender”, essa é a coragem que precisamos ter, esse é o desafio que temos que enfrentar no Serviço Social.

É indispensável que saibamos nos despojar de antigos mitos e ritos, de práticas sacralizadas, visualizando a prática social como uma construção permanentemente histórica, insti-

tuinte, que se processa numa relação transdisciplinar com as demais áreas do saber. Não alimentemos mais a nostalgia do uno, pois não vamos encontrar um saber que nos unifique. Ao contrário, temos que pensar no saber como globalidade, como pluralidade, como espaço de encontro de signos. E, sem dúvida, pensar a profissão nessa perspectiva traz uma consequência fundamentalmente importante: o saber deixa de ter apenas nexos lógicos para ter também nexos políticos. É pelo saber e com o saber que nós vamos desvendar a trama do real. É com esse saber politizado que vamos conseguir produzir novas propostas de prática, construídas coletivamente numa relação transdisciplinar, e que concorram efetivamente para o atingimento daquilo que buscamos: uma sociedade nova, justa, democrática, humana.

A dificuldade, enquanto profissão, de se relacionar com a realidade em seu movimento histórico e com os desafios que ela coloca à profissão tem como um dos elementos determinantes o próprio processo de formação profissional. Em relação à pesquisa, o projeto de formação articula intervenção e investigação, colocando estes processos como seu eixo de qualificação profissional. Assim, a proposta de reforma curricular propõe:

- o desenvolvimento de pesquisas acerca do processo histórico real que tanto articule suas determinações gerais como suas expressões particulares;
- a realização de pesquisas sobre os fenômenos com os quais lida o Serviço Social, tanto para compreendê-los como para formular respostas profissionais enraizadas na realidade e capazes de acionar as possibilidades nela contidas (Proposta básica, 1996, p. 152).

Essa proposta ainda coloca como trilha fértil para o Serviço Social a formação em pesquisa que se volte para objetos que expressem realidades particulares – alvos e

contextos da intervenção profissional, buscando construir um discurso sustentado na própria dinâmica do real, na articulação teoria/prática, e garantindo à profissão uma ação qualificada que, na relação com as demandas sociais e de mercado, preserve sua legitimidade. Além disso, a pesquisa propicia a compreensão do sujeito no contexto das suas relações sociais.

Essa trilha é fértil também para viabilizar a apreensão das relações entre indivíduo e sociedade, a partir das situações vivenciadas pelos sujeitos e que se apresentam aos profissionais do Serviço Social como desafios. Sua compreensão – seja em nível particular, seja no nível das suas determinações sociais – é requisito para apreender tanto a objetividade quanto a subjetividade dos sujeitos, superando as tendências prescritivas, tutelares, e que não raras vezes atravessam a ação profissional (Proposta básica, 1996, p. 152).

Para tanto, é preciso uma formação orientada na perspectiva histórico-crítica, cuja herança fundamental é o método dialético, que permite apreender o processo de constituição da realidade social na sua totalidade, e é essa perspectiva que tem contribuído para os avanços na produção de conhecimento na área do Serviço Social, pois desenvolve uma atitude investigativa atenta às demandas próprias do real.

Retomamos Gramsci em uma de suas contribuições ao Serviço Social em relação à compreensão do senso comum como patamar para o desenvolvimento de ações conscientes pela classe subalterna e principalmente pelo reconhecimento “[...] de que todos os homens são ‘filósofos’ [...]” (Gramsci, 1991, p. 34). Com esta afirmação valoriza o sujeito, ao reconhecer sua concepção de mundo que sustenta suas ações e relações sociais.

O senso comum não pode, para Gramsci, ser excluído da filosofia. Ao contrário, ao enfatizar que “todos são filósofos”, Gramsci procura mostrar que o senso comum já é filosofia, mesmo incipiente e fragmentária. É filosofia porque opina sobre o mundo, formula juízos de valor de caráter geral, os quais, tomados em conjunto, apresentam uma certa organização intelectual e moral da experiência individual e coletiva (Simionatto, 1995, p. 82).

Nessa perspectiva e através de ações educativas, exercendo suas funções sócio-pedagógicas, o Serviço Social pode contribuir para a construção de uma nova cultura, sustentada em um processo de crítica ao senso comum e em ações concretas que digam respeito às lutas necessárias para superação da condição de subalternidade dos demandatários da prática profissional.

A passagem do senso comum, do modo de pensar desorganizado folclórico, a um pensar crítico e histórico se faz através da luta concreta, a partir dos problemas práticos vividos pelas classes subalternas, as quais, mediante a discussão dos seus problemas, chegarão a um nível de cultura sempre mais crítico das situações impostas pelo modo capitalista de produção (Simionatto, 1995, p. 83).

Assim, a relação que o Serviço Social deve estabelecer com o conhecimento do sujeito participante de sua investigação/intervenção deve sustentar-se numa relação de diálogo crítico, capaz de gerar conhecimentos novos e propiciar a elevação do nível de consciência desse sujeito. A sua experiência e conhecimento alicerçam-se em dinâmicas concretas da realidade, dinâmicas que precisam ser transformadas através de ações políticas, ações que sejam também capazes de resgatar a condição de sujeito de direitos, capazes de romper com as tramas da condição de subalternidade.

Nessa adversidade, a questão é saber como a História irrompe na vida de todo dia e trava aí o embate a que se propõe, o de realizar no tempo miúdo da vida cotidiana as conquistas fundamentais do gênero humano, aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade (Martins, 2000, p. 11-2).

Trabalhar numa perspectiva que envolve o sujeito supõe uma forma de tratamento, uma postura que subentende que a relação estará baseada em princípios de participação. Pressupõe ética, interação, devolução, respeito à dignidade e à experiência do outro.

E, ainda, em relação ao desencadeamento da proposta da pesquisa, exige que o pesquisador selecione um sujeito que tenha uma vivência profunda sobre a problemática a ser trabalhada, que realmente os depoimentos e as informações decorram da vivência do sujeito.

Nossa relação com os sujeitos e com as informações que podemos colher com eles é contextualizada, ou seja:

Nós as pensamos em sua própria historicidade, como expressões de relações sociais, assim como elementos constitutivos dessas relações. Escolhê-las e analisá-las implica identificá-las e compreendê-las no contexto social em que se engendram e, igualmente, dentro de nossas perspectivas de investigação. Nesse sentido, mais do que buscar dados e informações nas fontes, nós as observamos como práticas e/ou expressões de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente (Khoury, 2001, p. 81).

Além disso, requer uma certa flexibilidade teórico-metodológica por parte do pesquisador, que possibilite

reconstruir meios de coleta e de análise do material em função do que efetivamente o sujeito tem a contribuir com as discussões e problemáticas de pesquisas propostas pelo pesquisador.

Cotidianamente, o profissional é elo de ligação entre as demandas dos usuários e as políticas públicas. Em seu processo de trabalho, nos espaços em que desenvolve sua intervenção, através de seus instrumentos (reuniões, entrevistas, aconselhamentos, encaminhamentos, etc.), colhe informações sobre necessidades pessoais, organização e relações familiares, condições de trabalho, situação de renda, estados de saúde, condições de moradia, demandas judiciais, organização comunitária, religiosidade, nível educacional, entre tantas outras situações que possam indicar carências materiais, como também colhe informações de ordem cultural e defronta-se com expectativas de vida muitas vezes atrofiadas e frustradas diante da perversa realidade material em que se encontram esses usuários. Nesse processo de trabalho, nem sempre o usuário tem sua centralidade garantida, pois já chega em uma condição vinculada a uma identidade subalterna.

Esses espaços de intervenção, que são também espaços de pesquisa, apresentam grandes possibilidades de colocar o sujeito como protagonista desse processo. Precisamos potencializar o acesso às informações sobre a realidade social dessa população e, através da pesquisa sistemática, buscar alternativas que rompam com os padrões socioeconômicos que geram relações de exclusão social, pobreza e subalternidade.

Trata-se de alterações de natureza política, ou seja, que exigem vinculação do profissional aos movimentos organizados da sociedade e o desenvolvimento de práticas socioeducativas que recuperem o protagonismo desses usuários na luta pela garantia de seus direitos fundamentais.

A sistematização e a divulgação do conhecimento construído sobre as condições de vida da população e dos recursos disponíveis para a garantia de direitos é papel crucial a ser desempenhado pelo Serviço Social como requisito necessário para a tomada de consciência da qualidade de vida pela própria população, mobilização acerca de direitos sociais e, fundamentalmente, para democratização das relações socioinstitucionais.

Isto também quer dizer que a prática investigativa está intimamente articulada com as práticas de avaliação e planejamento das políticas sociais, no fundo definidoras das conquistas e/ou garantias de direitos sociais, das quais os levantamentos socioeconômicos e o cadastramento de recursos são inerentes (Sarmiento, 2000, p. 108).

Garantir o protagonismo desses sujeitos depende também de uma pesquisa comprometida ética e politicamente com mudanças sociais e de um conhecimento que em seu processo de construção subsidie políticas públicas. Para tanto, o profissional precisa posicionar-se e reconhecer na sua prática oportunidades não só de colher informações junto aos sujeitos – cujo armazenamento muitas vezes gera documentos estéreis, incapazes de suscitar mudanças –, mas também transformar as informações através de diálogo e problematização sistemáticos com a realidade, com os seus protagonistas, e sustentados no suporte teórico-metodológico construído pela profissão.

Considero, isto sim, que temos que valorizar mais a nossa prática. Somos profissionais com uma enorme capacidade operativa. É indispensável, porém, que saibamos desenvolver também a nossa consciência argumentativa. A construção coletiva da prática, juntamente com a população usuária, nos ajuda muito nesse sentido, pois nos leva a confrontar o nosso saber, a balizar nosso discurso e

relativizar o nosso papel, buscando na teoria e no conhecimento pleno do real os elementos fundantes da prática (Martinelli, 1994, p. 71).

Poderíamos acrescentar que é na própria relação que estabelecemos com esses usuários, através de nossa prática profissional, que poderemos garantir-lhe centralidade tanto no processo de investigação como no processo de intervenção.

Outra questão emerge como essencial: o próprio assistente social se colocar como protagonista nesse processo, também como sujeito, produtor de conhecimento nesse campo de ação, reconhecendo essa competência e rompendo com o imobilismo frente à dificuldade de compreender o lugar social da profissão na complexidade das relações societárias.

Em seu processo de trabalho e nas relações que estabelece com as demais áreas do conhecimento e por uma cultura profissional impregnada pela tradição de consumir conhecimentos no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, o próprio profissional não se reconhece como capaz de produzir conhecimento e propor alternativas de intervenção criativas e inovadoras.

Como alternativa de superação dessa problemática, é preciso que a Universidade estabeleça uma relação mais afinada com as demandas do trabalho do assistente social. Os Núcleos de Estudos e Pesquisas, por estabelecerem relações de troca de conhecimentos entre a academia e os profissionais, poderiam ter esse papel de captar tais demandas e estabelecer linhas de pesquisa que fomentassem o desenvolvimento de pesquisas coerentes com tais demandas. Embora os projetos de pesquisa tenham as marcas e opções individuais do pesquisador, podem vincular-se ao projeto ético-político profissional, sedimentando as conquistas co-

letivas da profissão. Cabe à própria Universidade, através de seus níveis de graduação e pós-graduação e de forma articulada, promover o estreitamento entre o processo de investigação e o processo da intervenção. Concordamos com Iamamoto (1998, p. 146) quando afirma:

Um horizonte é incorporar a *pesquisa como atividade constitutiva do trabalho profissional, acumulando dados sobre as múltiplas expressões da questão social, campo em que incide o trabalho do assistente social*. É fundamental, ainda, que os projetos de trabalho elaborados estejam calçados em dados e estatísticas disponíveis, munidos de informações atualizadas e fidedignas, que respaldem a capacidade de argumentação e negociação dos profissionais na defesa de suas propostas de trabalho junto às instâncias demandatárias ou competentes. A pesquisa é ainda um recurso importante no acompanhamento da implementação e avaliação de políticas, subsidiando a (re)formulação de propostas de trabalho capazes de ampliar o espaço ocupacional dos profissionais envolvidos. A consolidação acadêmica da área supõe o reforço da produção acadêmica, do investimento na pesquisa, e estímulos à publicação dos resultados alcançados.

Em relação aos processos de investigação que buscam garantir centralidade ao sujeito, é muito comum trabalhar as orientações características da pesquisa qualitativa, ou seja, o sujeito ganha espaço através de estratégias metodológicas, como as entrevistas, que valorizam o depoimento oral.

Mas é preciso avançar para a produção de pesquisas com alcance social ampliado, capazes de produzir indicadores sociais que fundamentem programas e políticas sociais. Indicadores sociais podem ser conceituados, de acordo com Varelli, como:

[...] parâmetros qualificados e/ou quantificados, que servem para detalhar em que medida os objetos de um projeto foram

alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo e numa localidade específica. Como o próprio nome sugere, são uma espécie de “marca” ou “sinalizador”, que busca expressar algum aspecto da realidade sob uma forma que possamos observá-lo ou mensurá-lo (apud Paiva, 2000, p. 82).

Dados de natureza quantitativa têm maior impacto na orientação e proposição de projetos sociais. Já os depoimentos, por sua natureza qualitativa, revelam a experiência concreta dos sujeitos e contribuem para redimensionar práticas. Articular pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa garantiria protagonismo ao sujeito através das dimensões da sua existência (subjéctiva/objetiva).

Lefebvre (2000) alerta para o fato de que existem motivações que facilitam opções ou rejeições por parte do pesquisador ou pela pesquisa qualitativa, ou pela pesquisa quantitativa. Em relação à pesquisa quantitativa, fala-se em uma dificuldade em trabalhar com a estatística, com os números ou com a matemática, sedimentando uma crença de que é mais fácil a utilização da pesquisa quantitativa. Quanto à pesquisa qualitativa, enfatiza-se o gosto pelo subjéctivo, pelos significados, entre outros argumentos. Segundo o autor citado, tais argumentos desmerecem o trabalho do pesquisador e depõem contra o rigor necessário a qualquer metodologia de pesquisa.

A oposição pesquisa qualitativa/pesquisa quantitativa é equivocada e decorre de uma tradição científica herdada dos fundamentos clássicos do positivismo e das pesquisas experimentais que reconhecem como válidos os conhecimentos considerados objetivos e generalizáveis. Dados, gráficos, tabelas, percentuais e amostragens estatísticas garantem esse nível de conhecimento. Romper com essa tradição requer articular os níveis qualitativos e quantitativos em

um mesmo processo de pesquisa, conforme já afirmamos anteriormente.

A relação qualitativo/quantitativo pressupõe uma construção metodológica que considera as requisições concretas do objeto delimitado para o estudo; o potencial dos sujeitos envolvidos em socializar suas experiências e conhecimentos em torno desse objeto; os instrumentos possíveis de serem trabalhados, pois darão dinâmica aos objetivos propostos pelo pesquisador e lhe proporcionarão uma abertura para trabalhar as possibilidades novas que as informações ou os dados qualitativos/quantitativos trazem à tona em um processo investigativo.¹²

Uma questão crucial na pesquisa social refere-se ao o compromisso ético de construir uma relação em que o participante da pesquisa não se transforme em objeto. Dessa forma, tomamos como exemplo, e pela sua repercussão no meio profissional, a pesquisa desenvolvida por Maria Carmelita Yazbek, *Classes subalternas e assistência social*, que objetivava:

[...] compreender as marcas que a ação assistencial deixa sobre o segmento das classes subalternas que a ela recorre para obter serviços e reconhecimento. Ao mesmo tempo, busca situar alguns aspectos de sua cosmologia e de sua interpretação acerca das condições concretas em que vive como “assistida” (Yazbek, 1993, p. 17).

Nessa pesquisa “[...] os subalternizados falam [...]” e são compreendidos a partir das relações de classe em determinada estrutura socioeconômica (Yazbek, 1993, p. 84).

¹² “Assim, o mínimo que podemos dizer é que há horizontes não-empíricos, que fazem parte da realidade. É fundamental que a ciência os capte, principalmente é essencial que não reduza a realidade ao tamanho do que consegue captar” (Demo, 1999, p. 20).

O reconhecimento do sujeito e a garantia de sua centralidade nas pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Social, conforme Martinelli (1994, p. 13), exige:

[...] contato direto com o sujeito da pesquisa. Trata-se, portanto, de uma outra ambiência, onde vamos privilegiar instrumentos que superam o questionário, o formulário e que vão incidir na narrativa oral, na oralidade. Se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas.

A devolução também favorece a centralidade do sujeito. É preciso garantir um processo de socialização do conhecimento construído, de forma a provocar uma nova postura e novos conhecimentos que sustentem novas formas de agir dos segmentos subalternos em relação às suas condições de vida.

Em relação aos deveres do assistente social nas relações com os usuários, nosso Código de Ética prevê:

- a) [...]
- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste código;
- c) [...]
- d) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses; [...] (apud Bonetti, 2000, p. 221-2).

Além desses aspectos, as condições em que se faz pesquisa, hoje, nas universidades, dificultam o processo de amadurecimento intelectual em torno do material colhido

e fundamentos analíticos, bem como a devolução dos resultados obtidos.

As dificuldades de devolução e socialização de conhecimentos não se restringem ao Serviço Social, estão presentes na academia, constituindo-se em desafio para as Ciências Sociais e Humanas. Isso remete à própria estrutura universitária, comprometida com o saber das classes dominantes. É o que nos coloca Chauí (2001, p. 72):

Se, por outro lado, examinarmos o campo de nossas investigações, também não encontraremos grandes motivos de júbilo. Estamos comprometidos até o âmago com o saber das classes dominantes. Se, nas áreas das ciências exatas, esse compromisso aparece mediado, isto é, o teor das pesquisas está condicionado aos financiamentos, no caso das ciências humanas o compromisso não possui sequer o alibi da submissão financeira. A sociedade brasileira, tanto em sua estrutura quanto em sua história, tanto na política quanto nas idéias, é descrita, narrada, interpretada e periodizada segundo cortes e visões próprios da classe dominante. Esse aspecto se torna verdadeiramente dramático naqueles casos em que o “objeto de pesquisa” é a classe dominada. Além de roubar-lhe a condição de sujeito, as pesquisas tratam sua história, seus anseios, suas revoltas, seus costumes, suas produções, sua cultura no *continuum* de uma história que, além de não ser a dela, muitas vezes é justamente aquela história que o dominado, implícita ou explicitamente, está recusando. Em outras palavras, os dominados penetram nas pesquisas universitárias sob as lentes dos conceitos dominantes, são incluídos numa sociedade que os exclui, numa história que os vence periodicamente e numa cultura que os diminui sistematicamente. Comparsas involuntários dos dominantes, os “objetos” de pesquisa não têm hora e vez no recinto da universidade. Se não pensarmos nesses compromissos que determinam a própria produção universitária, nossas discussões sobre a democratização se convertem num voto piedoso e sem porvir.

Ao avaliar a Universidade contemporânea, Chauí (2001, p. 191-2) a classifica como operacional. Esta Universidade está voltada para sua própria estrutura organizacional e preocupada com índices de produtividade através do controle de horas-aula, avaliação pela quantidade de publicações de seus pesquisadores, bem como de suas participações em congressos e eventos científicos. A docência restringe-se à transmissão rápida de conhecimentos e sua marca essencial, que é a formação, fica fragilizada. Nesse contexto, a pesquisa transforma-se em “[...] estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado. [...] Por isso mesmo, numa organização não há tempo para a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação”.

No entanto, não podemos deixar de enfatizar que o esforço dos pesquisadores, têm buscado um compromisso com uma universidade social e politicamente responsável, no plano individual ou no plano das organizações coletivas e vemos isso claramente no contexto do Serviço Social, tanto na graduação, como na pós-graduação. Principalmente, em função de seu projeto ético-político, uma preocupação em sedimentar suas pesquisas numa perspectiva histórico-crítica.

Reforçamos, neste momento, a necessidade de considerar e atribuir a condição de sujeito tanto ao pesquisador como ao pesquisado, aqui colocado como participante das pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Social. Enquanto sujeitos, assistente social e participante da pesquisa são portadores de experiências e conhecimentos.

Uma consideração importante nesse sentido é que a pesquisa qualitativa é, de modo geral, participante, nós também somos sujeitos da pesquisa. Não podemos pensar que chegamos a uma pesquisa como “um saco vazio”. Não!

Temos vida, temos história, temos emoção! (Martinelli, 1994, p. 15).

Ao assistente social cabe tratar o seu cotidiano como fonte de conhecimento, que precisa ser sistematizado, problematizado, para dar conta das múltiplas determinações presentes na realidade. Não podemos esquecer que, nesse cotidiano, se faz presente o sujeito/usuário dos serviços.

Para as profissões sociais, e para o Serviço Social especialmente, esta é uma característica de maior importância, sobretudo se considerarmos que somos profissionais que chegamos o mais próximo possível do cenário da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. O que para muitas profissões é relato, para nós é vivência, o que para muitos profissionais é informação para nós são fatos, plenos de vida, saturados de história. E isto é inteiramente crucial, reforçando a concepção de que as profissões são configurações eminentemente dinâmicas, sociais, históricas, que se transformam ao se transformarem as circunstâncias materiais, históricas, concretas em que se produzem (Martinelli, 1997, p. 22).

E é nesse cotidiano que se constrói a relação do assistente social/pesquisador com o usuário, potencial participante de suas pesquisas. Aspecto relevante, o fato de que o assistente social trabalha com segmentos socialmente invisíveis, ou seja, pela sua condição de subalternidade, esse segmento é desqualificado em relação à sua cultura e ao seu conhecimento. Nas reflexões de Martins (1989, p. 111):

O conhecimento de que são portadoras as classes subalternas é mais do que ideologia, é mais do que interpretação necessariamente deformada e incompleta da realidade do subalterno. É neste sentido, também, que a cultura popu-

lar deve ser pensada como cultura, como conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo, e não como cultura barbarizada, forma decaída da cultura hegemônica, mera e pobre expressão do particular.

Desqualificados politicamente, esses segmentos invisíveis transformam-se em objetos de pesquisa, destituídos de conhecimento e de história. Entrevista realizada com o senhor Júlio José dos Santos, presidente da União de Moradores da Cidade Nova Parque Novo Mundo, pela assistente social Aldaíza de Oliveira Sposati e pelo arquiteto José Ferreira, em fevereiro de 1982¹³, evidencia que, embora a população viva uma situação concreta de pobreza e destituição de direitos, as pesquisas destinadas a cadastramento da população ignoram o conhecimento que possuem sobre essas condições e rejeitam suas sugestões e reflexões, resultando que o encaminhamento das alternativas de solução de problemas, como, no caso, da moradia, fica nas mãos dos técnicos e do poder público. Sobre isto, é oportuno resgatar a reflexão do próprio senhor Júlio José dos Santos:

A gente esperava que eles deixassem o povo trabalhar por eles. Porque eu acho que a idéia deve ser essa. Deixar o povo, cada um no seu trabalho: fazer o que ele entende. O que ele tem na cabeça. Porque todo mundo que mora num lugar pior tem sempre um trabalho bolado na cabeça dele: como ele vai melhorar a situação dele (da Favela Funerária à cidade Parque Novo Mundo, 1982, p. 16).

Há um alerta nesse depoimento, no sentido de que podemos trabalhar as pesquisas de forma a fortalecer as

¹³ Entrevista intitulada Da Favela Funerária à Cidade Parque Novo Mundo, publicada pela revista *Serviço Social e Sociedade*, n. 8, ano III, março de 1982, São Paulo: Cortez.

intenções de luta da população. Evidentemente, não estamos advogando práticas voluntárias nem messiânicas, que supervalorizem o sujeito em detrimento do conhecimento da estrutura socioeconômica, mas sim uma leitura e diálogo crítico e que seja capaz de construir novas relações entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento acumulado por esse sujeito – co-protagonista de nossas intervenções.

Assim, concordamos com Martinelli (1994, p. 70-1):

O viver histórico desse homem é importante para nós. Temos que ter presente que não somos nós, da academia que produzimos mediações. Estas se constroem no cotidiano, são produtos do viver histórico dos homens, mulheres, jovens e crianças na construção de sua vida material. Temos que aprender a aprender com as classes populares, pois elas têm o exercício político cotidiano que freqüentemente nós negamos, porque operamos com um discurso pronto e negamos ao outro a possibilidade de construí-lo.

Por último, e não menos relevante, refletimos sobre os recursos metodológicos que nós, profissionais do Serviço Social, construímos para estabelecer aproximações à realidade desse sujeito.

O Serviço Social tem uma rica experiência e conhecimento acumulado sobre as formas de aproximação ao sujeito e, academicamente, ele é preparado para isso. A questão que se coloca hoje é até que ponto os procedimentos metodológicos garantem a possibilidade de o usuário se colocar como sujeito e como o assistente social trabalha com o conjunto das informações colhidas na realidade de forma a potencializar, em seu trabalho, as alternativas que garantam a consolidação dos direitos fundamentais do cidadão.

O assistente social também precisa investir em um processo de capacitação continuada para renovar seus fun-

damentos teórico-metodológicos de forma a dar conta de apreender as mediações que se manifestam em seu cotidiano de trabalho e nas relações que estabelece com os usuários das políticas públicas. E precisa criar mecanismos de socializar, difundir seus conhecimentos ao ponto de ampliar os horizontes de sua intervenção e dos resultados de suas pesquisas. Principalmente, no contexto de suas práticas, potencializar conhecimentos, meios e recursos que garantam visibilidade ao sujeito que, pelo seu protagonismo individual ou coletivo, tem, no seu cotidiano, construído alternativas de luta e resistência social e política.

Compartilhamos das preocupações de Florestan Fernandes em relação a uma questão central que tem implicações para a produção de conhecimentos nas Ciências Sociais e Humanas: “[...] como as idéias, produzidas pelos intelectuais, transformam-se em conhecimento crítico (ou não) e, por sua radicalidade, engendram forças sociais [...]”, mobilizadoras de práticas inconformadas com a lógica perversa do capitalismo contemporâneo e capazes de interferir na dinâmica das relações sociais (Fernandes, 1995, p. 9-10).

Essa preocupação é crucial para o Serviço Social, pois diz respeito à direção ética e política do conhecimento produzido pelos seus profissionais.

O RETORNO E ALCANCE SOCIAL DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL

Nossa concepção sobre o retorno e alcance social das pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Social está orientado pelo princípio de que o conhecimento construído pelo conjunto dos profissionais precisa ganhar força social e romper com os muros da academia e do próprio Serviço Social,

sendo, através de uma prática crítica e propositiva, capaz de interferir nas dinâmicas societárias e nas condições de vida do cidadão.

A preocupação com o retorno social e alcance social¹⁴ de nossas produções refere-se a uma intenção de fazer o caminho de volta, isto é, retornar à realidade que sustentou a produção de conhecimento e mobilizar ações que transformem essa realidade, seus sujeitos e a própria profissão, alargando seus horizontes e potencializando seus objetivos, suas competências e habilidades profissionais.

Já o impacto, no contexto desta pesquisa, refere-se a dimensões das transformações e mudanças operadas na profissão, nas condições materiais de existência dos sujeitos/usuários, nas ações dos profissionais de Serviço Social, nas organizações em que atuam, tendo como mediação o acúmulo de conhecimentos produzidos pela profissão.

Evidenciamos uma dimensão essencialmente política nesse aspecto, no sentido de que o conhecimento produzido deve ter uma estratégica direção para uma intervenção profissional comprometida com processos concretos que garantam materialidade ao projeto ético-político profissional.

O impacto da produção acadêmica do Serviço Social pode se dar em diferentes níveis. Um deles é o acadêmico, que estabelece exigências específicas para fazer circular os resultados alcançados com a pesquisa. Outro nível refere-se ao profissional, cujas exigências decorrem das demandas profissionais e da inserção do pesquisador em diferentes es-

¹⁴ Buscando nos aproximar das discussões pertinentes a este pilar de nossa tese, procuramos conceituar os termos do enunciado presente no subtítulo deste item em discussão. Assim, temos: *retorno*: “voltar (para o ponto de onde partiu);[...] fazer voltar; tornar [...]”; *alcançe*: “limite dentro do qual se consegue tocar ou atingir alguma coisa;[...]” (Ferreira, 1988, p. 27 e 569).

paços de intervenção profissional. De qualquer forma, esses níveis se entrecruzam, na medida em que toda produção de conhecimento do Serviço Social, para se consolidar, precisa rebater e ser incorporada no exercício profissional.

A aproximação à temática da pesquisa no contexto do Serviço Social nos faz dimensionar os limites do conhecimento científico e a sua relação com a prática profissional. Reconhecemos que não há um impacto direto e imediato do conhecimento produzido pela profissão através das pesquisas nas diferentes instâncias da ação profissional e nas condições de vida dos cidadãos. Na verdade, o conhecimento através de seus produtos possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional, bem como atualizações dos fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais.

As articulações entre o conhecimento produzido pelo conjunto da categoria profissional e as demandas profissionais se fazem através de mediações. Afirmamos, em nosso primeiro capítulo, que a categoria mediação expressa relações e conexões estabelecidas entre os fenômenos na sua constituição e entre os sujeitos e a sua realidade de intervenção e investigação. Com essa perspectiva, “[...] a categoria de mediação aporta uma enorme contribuição ao desvendamento dos fenômenos reais e à intervenção do assistente social [...]” (Pontes, 2000, p. 43).

A intervenção profissional, através de suas intenções, projetos e ações cotidianas, estabelece as mediações entre conhecimentos e as demandas sociais. Dessa forma, acreditamos que essas mediações são apreendidas no real e reconstruídas teoricamente, na medida em que o profissional passa da intenção à intervenção profissional, se apóia em pesquisa sistemática e crítica dos fenômenos sociais e define

estratégias, meios e recursos necessários para o alcance de seus fins. Por isso, concordamos com Setubal (1995, p. 66) quando afirma:

As mediações são, então, ações dinâmicas que, por serem abstratamente construídas, só são percebidas a partir de procedimentos sistemáticos, estimuladores do ato reflexivo e originário desses, no movimento permanente do sujeito cognoscível em direção ao objeto na sua manifestação real.

Poderíamos exemplificar, sobre esse aspecto, o reconhecimento da produção de conhecimento do Serviço Social no campo das políticas públicas, especificamente sobre Seguridade Social. Destaca-se, nesse caso, que o impacto refere-se a instrumentalizar os sujeitos envolvidos (cidadãos, profissionais, gestores), organizações e movimentos sociais para acompanhar o processo de implementação dessa política.

O Serviço Social, através das universidades, tem sido requisitado para planejar e operacionalizar propostas de capacitação para gestores, profissionais e conselheiros nas áreas da Assistência Social, Trabalho, Criança e Adolescente e Saúde.

Esse tem sido um espaço fértil de intervenção profissional, visto que possui uma dimensão formativa e destina-se a um segmento que define a direção da política pública nos municípios. Nessas capacitações se coloca em processo de discussão e avaliação a gestão das políticas públicas, que deve ter por prioridade o atendimento das necessidades dos cidadãos e a garantia de seus direitos. Dessa forma, o Serviço Social tem levado a Universidade a cumprir o seu papel de produzir conhecimento e de criar espaços para mobilizá-lo junto à comunidade, às organizações sociais e ao poder público, de modo a instrumentalizar e capacitar os sujeitos

envolvidos com a gestão da política pública, nas suas dimensões de planejamento, operacionalização e avaliação.

Queremos enfatizar que esse envolvimento do Serviço Social com espaços de capacitação dos segmentos organizados e representativos da esfera pública não é ocasional, resulta de seu amadurecimento intelectual e mobilização permanente, enquanto categoria profissional, em instâncias de luta pela garantia dos direitos sociais.

De acordo Cardoso et al. (1997, p. 52-3), merece destaque o avanço em relação à produção de conhecimentos sobre a realidade brasileira, Estado, políticas sociais, movimentos sociais, cultura, entre outras temáticas, cujas bases estão na tradição marxista e que tem cumprido importante papel de oxigenar tanto as relações entre Universidade e sociedade quanto os próprios fundamentos dos processos formativos que envolvem os segmentos representativos da sociedade civil.

Mais especificamente em relação ao Serviço Social, estes processos devem ser observados a partir do acúmulo e da tradição intelectual que a profissão vem construindo ao longo dos últimos anos. Ainda que não configure uma área científica autônoma, no campo das chamadas ciências sociais e humanas, o Serviço Social desfruta hoje de um reconhecimento no cenário acadêmico que lhe confere **maior legitimidade e maiores desafios**. A maturidade intelectual da profissão implica certas responsabilidades e cuidados. Essa maturidade é expressa, sobretudo, na extensão e profundidade das suas produções bibliográficas, nas dissertações e teses dos cursos de pós-graduação, na sedimentação da pesquisa, nos avanços teóricos que vêm orientando a formação profissional, no fortalecimento do papel acadêmico e organizativo de suas principais entidades nacionais que atuam num País de dimensão continental, na interlocução e atuação com as demais profissões e no trân-

sito teórica e politicamente mais sedimentado no campo do pensamento social contemporâneo. (destaque nosso)

Essa legitimidade tem sido construída através de produções que dão conta da complexidade das temáticas que envolvem a compreensão das políticas públicas. De forma imbricada, o Serviço Social tem enfrentado novos desafios, que não são tradicionais à pesquisa nesse campo. Como exemplo, temos pesquisas sobre orçamento, financiamento das políticas públicas; indicadores socioeconômicos, etc. As pesquisas acadêmicas, se articuladas às demandas da sociedade civil, ganham uma dimensão extensionista, fortalecendo os processos e lutas sociais tão necessários à garantia de visibilidade social para o uso dos recursos públicos e ampliação dos espaços de consolidação da democracia.

Percebemos que o impacto se dá em relação aos profissionais do Serviço Social, o que também assume uma dimensão importante, a qual se evidencia pela necessidade de atualização permanente.

O acúmulo de reflexões em torno do processo de formação profissional tem levado as universidades e seus docentes a direcionar esse processo para investimentos em formação continuada, principalmente através da pós-graduação.

A nossa tradição nesta área tem sido a de compreender a formação profissional como um processo que não se reduz aos semestres previstos na grade curricular e, sim, como um processo permanente que envolve ciclos bem demarcados. Esta leitura vem conferindo especial significação aos cursos de extensão e pós-graduação, *lato e stricto sensu*, assim como à responsabilidade social da universidade para com os profissionais e as questões que compõem o universo que é o nosso mercado de trabalho (Cardoso et al., 1997, p. 53).

O que observamos é que o contato direto com as expressões da questão social e o seu enfrentamento cotidiano obrigam os profissionais a se manterem atualizados, inserindo-se em cursos que reciclem seus referenciais teórico-metodológicos. A própria relação com outras áreas profissionais e com os segmentos organizados da sociedade civil exige respostas cada vez mais complexas e qualificadas por parte do Serviço Social.

Há um impacto significativo da produção da pós-graduação em relação à graduação, visto que os alunos dos programas de pós-graduação são em sua maioria docentes e estão vinculados às unidades de ensino em Serviço Social da região de abrangência das universidades, o que supõe que estabelecem articulações entre os níveis de formação profissional de forma orgânica e produtiva.

No conjunto, os programas de pós-graduação têm conseguido mobilizar esse retorno, esse alcance social das pesquisas, visto que esses alunos da pós-graduação, quando retornam às suas instituições de origem, acabam sendo multiplicadores e, através do ensino, pesquisa e extensão, geram influências que extrapolam os muros da academia.

Se tivermos uma pós-graduação avançada e consolidada, conseguiremos puxar a graduação, por isso é importante fortalecer a pós-graduação em Serviço Social no Brasil. Esse papel da pós-graduação na qualificação desse projeto ético-político profissional passa pela qualificação do corpo docente e pelo papel da pesquisa no Serviço Social, no sentido da indissociabilidade entre conhecimento e intervenção e, no caso do Serviço Social, o desafio maior seria a construção de conhecimentos comprometidos com as demandas sociais em tempo histórico determinado (Carvalho, 2004, p. 165-6).

Um grande problema encontra-se no processo de divulgação do que se produz em Serviço Social. A divulgação dos resultados das pesquisas é restrita, considerando que a capacidade de produzir conhecimento da área é ampla, principalmente se observarmos que as temáticas trabalhadas retratam realidades carentes de estudos.

No entanto, temos que reconhecer que, através da pós-graduação, o Serviço Social tem consolidado um diálogo crítico com as demais áreas de conhecimento, constituindo-se em referência sobre temáticas de pesquisa em que a dimensão do social é trabalhada em uma perspectiva crítica, histórica e de totalidade.

É preciso criar estratégias de divulgar a produção acadêmica do Serviço Social, garantindo meios e espaços de reconhecimento profissional, considerando as potencialidades que as temáticas da pesquisa têm em desvendar a complexidade das problemáticas sociais. Reconhecemos que o Serviço Social tem uma forma de lidar com o conhecimento que é diferenciada das outras áreas, consubstanciado, pela natureza interventiva da profissão.

A produção teórica em Serviço social tem essa marca: vinculação orgânica ao fazer profissional, isto é, define-se a partir e em função da prática profissional. O Serviço Social como profissão, ou seja, como uma especialização do trabalho coletivo, supõe, como função primeira, uma intervenção direta na realidade social referenciada em uma base de explicação dessa realidade e da própria intervenção. Participa, assim, da produção de conhecimentos que embasam sua intervenção, inserindo-se no processo mais amplo de desvendamento do social enquanto totalidade (Abreu e Simionatto, 1997, p. 133-4).

Inclusive essa forma de lidar com o conhecimento permite ampliar os horizontes temáticos de discussão e

construção de conhecimento para o Serviço Social, de forma a acompanhar a compreensão de objetos que emergem dos desafios pertinentes à realidade contemporânea.

Revistas eletrônicas têm sido um recurso utilizado pela academia com o objetivo de dar visibilidade para as produções discentes e docentes e garantir maior acesso da comunidade científica a essas produções. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RS, com esse objetivo, oferece a revista eletrônica *Textos & Contextos*, que trata de “questões substantivas” ao Serviço Social, ampliando as “possibilidades de reflexão, debates e trocas instigadoras de novas produções” em nossa área e afins (Apresentação, <http://www.pucrs.br/textos> – consultado em 08/03/2005).

A socialização e publicação das pesquisas e o tratamento desigual recebido das agências de fomento têm sido o grande desafio a ser enfrentado pelos programas de pós-graduação em Serviço Social para a consolidação da área como científica.

No caso de publicações, como as revistas científicas de circulação periódica, avalia-se o fator de impacto, ou seja, o número de citações que artigos daquela revista recebe, garantindo a disseminação de informações científicas em um determinado meio e contexto acadêmico.

O contexto acadêmico hoje é tomado por exigências de produção e divulgação de conhecimento. O reconhecimento do impacto das produções científicas se faz através de sua publicação. Uma pesquisa só ganha reconhecimento no meio científico se é publicada em revistas indexadas.

Uma valorização cada vez maior do fator de impacto das publicações tem sido dada, tanto pela comunidade científica como pelas agências de fomento, na análise da pro-

atividade científica de pesquisadores, grupos temáticos, departamentos, universidades, etc. Esses dados sinalizam para o fato de que a ciência brasileira está ingressando definitivamente numa era onde a qualidade das publicações, aferida pelo fator de impacto, será cada vez mais utilizada como “moeda de troca” na análise de financiamentos à pesquisa, concessão de bolsas de estudo e outras solicitações do gênero. Agências de fomento, como o CNPq e Capes, estão valorizando mais estes indicadores, seguindo uma tendência observada nos EUA e Europa a partir da década de 80 (Boletim, 2001 – <http://www.sbfis.org.br>).

Publicações em revistas indexadas garantem maior credibilidade à produção acadêmica da área. As revistas *Katálysis* e *Serviço Social e Sociedade* são indexadas.

As revistas indexadas são as publicações cujos artigos publicados são inseridos (indexados) em bases e banco de dados nacionais ou internacionais, permitindo uma divulgação do trabalho, do assunto e principalmente do nome do autor. Esse processo é feito por instituições, organismos e associações que compilam artigos em áreas gerais ou específicas e disponibilizam em banco de dados pagos ou gratuitos, permitindo assim a recuperação por autor e assunto quando realizam pesquisas nesses bancos (Bertholino e Inoue, 2002, p. 1).

A revista *Katálysis*¹⁵ está indexada, “é um periódico científico, semestral, produzido e editorado pelo Curso de

¹⁵ A revista *Katálysis* tem como fontes de indexação: Edubase – Faculdade de Educação/Unicamp (Campinas, SP); OEI – Credi – Organización de Estados para la Educación, la Ciencia y la Cultura – Espanha; Irese – Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa (Unam – México); Reduc – Fundação Carlos Chagas (São Paulo, SP) – Biblioteca Ana Maria Poppovic. (<http://www.katalysis.ufsc.br/fontes.htm> – consultado em 07/03/2005).

Serviço Social, Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Seu objetivo é divulgar assuntos atuais e relevantes na área do Serviço Social e das suas relações com os demais campos do saber” (<http://www.katalysis.ufsc.br> – consultado em 8/03/05). Na área do Serviço Social, no Qualis, é classificada como A nacional.

Já a revista *Serviço Social e Sociedade* atualmente está classificada no Qualis, em nossa área, como A internacional. Trata-se de uma revista com ampla circulação entre a categoria profissional, fazendo parte de nosso universo cultural e agora com reconhecimento institucional, pela sua produção e abrangência acadêmica.

Outra revista é a do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, Emancipação¹⁶, que tem caráter interdisciplinar. Enquanto suporte acadêmico, esta revista é importante veículo de publicação e de exercício de construção de artigos científicos que sejam resultado de investimentos em pesquisas no âmbito da graduação e pós-graduação no campo das Ciências Sociais. No Qualis (Serviço Social) é classificada como B nacional.

Um dos meios de avaliação da produção intelectual desenvolvido pela Capes e que conta com a inserção do Serviço Social é o Qualis.

Qualis é o resultado do processo de classificação dos veículos **utilizados** pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos. Tal processo foi concebido pela Capes para atender a necessidades específicas do **sistema de avaliação** e baseia-se nas informações **fornecidas pelos programas pelo Coleta de Dados**. [...]

¹⁶ A revista Emancipação está indexada na base Geodados – www.geodados.uem.br

A classificação é feita ou coordenada pelo representante de cada área e passa por processo anual de atualização. Os veículos de divulgação citados pelos programas de pós-graduação são enquadrados em categoria indicativas de qualidade – A, B ou C e do âmbito de circulação dos mesmos – local, nacional ou internacional (Qualis, <http://qualis.capes.gov.br>, consultado em 03/03/05).

Esses recursos de publicação, com reconhecimento acadêmico em nível nacional e internacional, são recentes para o Serviço Social, que não possui uma tradição em publicações. É bom esclarecer que não se trata de competência, apenas de falta de tradição e de acesso aos meios para publicação, ampliando o impacto dessas produções para além de limites institucionais, locais, regionais, nacionais e disciplinares.

Em relação aos financiamentos, as restrições sofridas pela área em termos de bolsas ou financiamentos de pesquisa limitam a inserção de novos pesquisadores no campo da produção de conhecimento, bem como o avanço dessa produção, de forma a consolidar a prática sistemática da pesquisa, e que tenham ressonância no avanço das discussões de problemáticas que permeiam a prática profissional no contexto das políticas públicas e em processos de enfrentamento das expressões da questão social.

Reconhecemos que os esforços para romper com os limites institucionais de investimentos em pesquisas são grandes, no entanto esbarram na herança cultural que cerceia o avanço do reconhecimento da área do Serviço Social como portadora de uma identidade científica. Yazbek (2000, p. 146) traz uma contribuição essencial ao questionar os parâmetros de avaliação da produção acadêmica. Vejamos:

É claro que a publicação é indicativa da produção do conhecimento na área, mas não se pode simplificar avaliando

a produção apenas pelo número de publicações. Outros indicadores devem ser incorporados para avaliar a qualidade e relevância do reconhecimento produzido e seu impacto, político e científico. Estes indicadores precisam ser construídos de forma mais democrática possível, permitindo à Capes atuar “como classificador, mas, fundamentalmente, como órgão de acompanhamento, mais próximo das IESs e ‘menos punitivo’ a fim de ouvir a comunidade acadêmica” (Targino, 1999: 17), trazendo a qualidade como objeto e centro das preocupações, superando o formalismo das regras, as hierarquizações geradoras de disputas estereis e duvidosas na perspectiva do fortalecimento da área e de qualificá-la em seu conjunto.

Nossa preocupação não é restringir a reflexão sobre o retorno e alcance social das pesquisas produzidas pelo Serviço Social a fatores de impacto ou parâmetros quantitativos que dimensionem a validade científica dessas produções. Consideramos relevante para o meio acadêmico processos de avaliação que se preocupem com o nível de excelência das pesquisas acadêmicas e dos veículos de divulgação, no entanto, nosso questionamento está na potencialidade dos conhecimentos gerados por pesquisas em mobilizar novas práticas profissionais, na medida em que são incorporadas como sustentadores em processos de enfrentamento das expressões concretas da questão social.

Sobre isso, precisamos reconhecer que nem todas as publicações, indexadas ou não, na forma de livros ou periódicos, chegam ao conjunto da categoria profissional. Então, nos perguntamos: como repercutem os avanços da produção de conhecimento na realidade em que o assistente social enfrenta desafios à sua prática profissional?

Quanto às condições de vida dos sujeitos/usuários da prática profissional, acreditamos que pesquisas de cará-

ter participante e que se sustentam em metodologias que privilegiam a história oral têm maior possibilidade de gerar impacto, pois por sua natureza estabelecem vínculos e processos reflexivos que não se limitam aos objetivos mais imediatos da pesquisa. Avançam para o rompimento com o discurso instituído e para a construção de novas formas de sociabilidade.

Para que os profissionais valorizem o conhecimento produzido na área e, além disso, repensem suas relações com o conhecimento que possuem, com as transformações e atualizações decorrentes do acúmulo do conhecimento profissional, é preciso que valorizem o processo da pesquisa, e para isso precisam vivenciar esse processo. Para tanto, é necessário investimento em cursos de atualização e de pós-graduação que alcancem as demandas dos próprios profissionais do Serviço Social.

O impacto depende também da organização política que mobiliza os profissionais a discutirem suas práticas, condições de trabalho, a realidade social, motivando a busca de conhecimento. É isto que gera a necessidade de qualificar a intervenção. A intervenção, a organização política e a pesquisa têm que caminhar juntas para o fortalecimento da categoria e alcançar avanços na concretização do projeto ético-político profissional.

Enquanto categoria profissional, temos a responsabilidade cívica e política de nos somarmos a outras entidades da sociedade civil, a outros profissionais na direção indicada, de maneira que o anúncio de valores éticos que regem a prática profissional não se transforme apenas em declaração de belas intenções. Sendo aqueles valores fundamentais, eles devem se traduzir em propostas e ações acadêmico-profissionais e políticas voltadas para o conhecimento e enfrentamento da “questão social” hoje, tal como se mostra

em suas particularidades na sociedade brasileira do presente, construindo, aí, as perspectivas do futuro (Iamamoto, 2000, p. 104).

As pesquisas do campo sociojurídico têm sido um exemplo quanto à capacidade de avançar em relação à construção de uma identidade profissional nesse campo de intervenção. Esta identidade está assentada no aprimoramento profissional, na defesa intransigente dos direitos humanos, na qualidade dos serviços prestados, na ampliação e consolidação da cidadania. Nesse contexto, a pesquisa vem articulada à organização política da categoria, consolidando uma forma de fortalecer a profissão.

Não podemos abrir mão de conhecer nossos espaços socioprofissionais, nosso fazer, nossas competências. Essa profissão diferente requer investimento árduo em pesquisa. [...] não se constrói uma profissão diferente sem os nossos órgãos, sem o fortalecimento dos órgãos da categoria profissional (Guerra, 2004, p. 29).

O fortalecimento da intervenção profissional é processo que se dá no cotidiano e passa pela consolidação do projeto ético-político profissional. Este processo requer o exercício permanente de alguns pressupostos: rigoroso trato teórico-metodológico das expressões da questão social; consideração dos valores e princípios presentes no Código de Ética como referência para a prática profissional cotidiana; engajamento político nos movimentos sociais e nas instâncias organizadas e representativas da categoria; desenvolvimento da criatividade sustentada em acompanhamento criterioso das transformações societárias e para apreensão das mediações que possam viabilizar práticas comprometidas com processos de emancipação.

Não podemos ignorar os avanços das temáticas de pesquisa que se desenvolvem no contexto das proposições da pós-modernidade.

A pós-modernidade é expressão das transformações contemporâneas do capitalismo.

As transformações na esfera produtiva, nas relações Estado/ sociedade/mercado, no âmbito da cultura e da política articulam o capitalismo contemporâneo e indicam, segundo Jameson (1996), o próprio projeto da pós-modernidade (Simionato, 1999, p. 83).

A pós-modernidade¹⁷ é um movimento que, a partir da segunda metade do século XX, advoga o esgotamento dos valores e princípios decorrentes da modernidade,

[...] o que implicaria na anacronização dos padrões de análise (e das suas categorias teóricas) dos objetos socioculturais e dos projetos sociais a ele vinculados; ou seja: de uma parte teríamos uma “crise de paradigmas”, com a superação das metanarrativas e das abordagens teóricas calçadas na categoria de totalidade; [...] (Netto, 1996, p. 97).

¹⁷ Evangelista (1997, p. 31-2), em sua obra *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*, qualifica a crise pela qual passa o pensamento contemporâneo como uma “onda irracionalista”, que “[...] precisa ser denunciada e combatida, demonstrando-se o seu efetivo significado”, e ainda diz que: “Toda essa crise do pensamento contemporâneo traduz, em grande medida, a própria crise da modernidade. O mundo contemporâneo está dilacerado por uma dupla crise de âmbito global: a crise mundial do capitalismo e a do ‘socialismo real’. É a confluência dessas crises que produz os impasses e as contradições, e, inclusive, as perplexidades que atravessam de ponta a ponta a sociedade contemporânea explicam esse novo surto irracionalista, que é a sua expressão ideológica. É essa dupla crise que reforça a fetichização do mundo social, com a entificação generalizada das relações e dos processos sociais, desfazendo, continuamente, os seus nexos e produzindo a aparência do sem-sentido histórico-social.”

Esse movimento tem repercussões importantes no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, resultando em:

[...] polêmicas metodológicas, buscando convencer que as abordagens individualistas e culturalistas permitem aproximação maior com a realidade dos sujeitos sociais. Prioriza-se a esfera da cultura como chave das análises dos fenômenos contemporâneos (Simionato, 1999, p. 85).

Nesse contexto surgem as pesquisas com ênfase nas representações sociais que os sujeitos fazem da realidade, estudos voltados para o cotidiano, para os fragmentos de realidades, entre outros que valorizam o dado, o singular.

No interior da profissão, diante das transformações societárias em relação ao processo de produção e reprodução da sociedade, as polêmicas da pós-modernidade também ganham espaço, mas não sem a vigilância da orientação marxista, hegemônica nas produções acadêmicas em Serviço Social. Como informa Netto (1996, p. 89), é necessário reconhecermos que a profissão possui tendências e orientações diferenciadas, resultando que o complexo teórico, prático, político e cultural que a conforma sofre as implicações dessas transformações, que são reproduzidas no âmbito da produção do conhecimento.

Há uma crítica às representações sociais, pelo fato de aparecerem como meio de compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas condições de vida, às suas demandas individuais ou coletivas, deslocando estes sujeitos das suas relações sociais e dos processos históricos que determinam suas representações.

No entanto, entendemos que representação social “[...] é a expressão do conhecimento reconstruído pelo sujeito a respeito de sua realidade cotidiana, considerando as determinações sociais, históricas e culturais presentes no contexto em que se insere” (Bourguignon, 2001, p. 82).

Pesquisas sobre representações sociais podem revelar como os sujeitos se apropriam e dão significado à sua realidade e que potencial este conhecimento tem tanto para cristalizar como para transformar relações sociais.

As representações sociais não só explicam tais significados, como também demonstram o grau de pertencimento de um sujeito ao seu grupo social, fato que denota a necessidade de apreendê-las sempre de forma vinculada ao contexto sócio-histórico e cultural que as engendrou (Bourguignon, 2001, p. 86).

Nessa perspectiva, conhecer as representações que os sujeitos fazem da sua realidade é fundamental para estabelecermos diálogos mais consistentes com esses sujeitos e para traçarmos estratégias de trabalho com as dimensões objetiva e subjetiva de existência deles. O problema encontra-se não nas representações, mas não nas representações sociais, mas nas referências analíticas que sustentam pesquisas nessa área e reduzem sua compreensão.

Observe-se que a complexidade da questão não está na abordagem de temas microssociais, locais ou que envolvam dimensões dos valores, afetos e da subjetividade humana (questões de necessário enfrentamento), mas está na recusa da razão e na descontextualização, na ausência de referentes históricos, estruturais, no não-reconhecimento de que os sujeitos históricos encarnam processos sociais, expressam visões de mundo e têm suas identidades sociais construídas na tessitura das relações sociais mais amplas. Relações que se explicam em teorias sociais abrangentes, que configuram visões de mundo onde o particular ganha sentido referido ao genérico (Yazbek, 2000, p. 31-2).

A relevância social de uma pesquisa está em sua capacidade de apreender a realidade e ser referência para os

profissionais da categoria e de outras áreas de conhecimento, bem como alimentadoras de práticas críticas.

Sobre isso Chauí (2001, p. 151-2) define alguns critérios qualitativos para dimensionar o nível de excelência das pesquisas acadêmicas. Embora esta citação seja longa, merece destaque por tratar o processo da pesquisa em uma perspectiva ampliada:

- 1) *a inovação*: seja pelo tema, seja pela metodologia, seja pela descoberta de dificuldades novas, seja por levar a uma reformulação do saber anterior sobre a questão;
- 2) *a durabilidade*: a pesquisa não é servil a modismos e seu sentido não termina quando a moda acadêmica acabar porque não nasceu de uma moda;
- 3) *a obra*: a pesquisa não é um fragmento isolado de idéias que não terão seqüência, mas cria passos para trabalhos seguintes, do próprio pesquisador ou de outros, sejam seus orientandos, sejam os participantes do mesmo grupo ou setor de pesquisa; há obra quando há continuidade de preocupações e investigações, quando há retomada do trabalho de alguém por um outro, e quando se forma uma tradição de pensamento na área;
- 4) *dar a pensar*: a pesquisa faz que novas questões conexas, paralelas ou do mesmo campo possam ser pensadas, mesmo que não tenham sido trabalhadas pelo próprio pesquisador; ou que questões já existentes, conexas, paralelas ou do mesmo campo possam ser percebidas de maneira diferente, suscitando um novo trabalho de pensamento por parte de outros pesquisadores;
- 5) *impacto ou efeito social, político ou econômico*: a pesquisa alcança receptores extra-acadêmicos para os quais o trabalho passa a ser referência de ação [...];
- 6) *autonomia*: a pesquisa suscita efeitos para além do que pensara ou previra o pesquisador, mas o essencial é que tenha nascido de exigências próprias e internas ao pesquisador e ao seu campo de atividades, da necessidade intelectual

- e científica de pensar sobre um determinado problema, e não por determinação externa ao pesquisador [...];
- 7) *articulação de duas lógicas diferentes, a lógica acadêmica e a lógica histórica* (social, econômica, política): [...] a qualidade de uma pesquisa se mede pela capacidade de enfrentar os problemas científicos, humanísticos e filosóficos postos pelas dificuldades da experiência de seu próprio tempo; quanto mais uma pesquisa é reflexão, investigação e resposta ao seu tempo, menos precíval e mais significativa ela é;
- 8) *articulação entre o universal e o particular*: a pesquisa excelente é aquela que, tratando de algo particular, o faz de maneira que seu alcance, seu sentido e seus efeitos tendam a ser universalizáveis – quanto menos genérica e quanto mais particular, maior possibilidade de possuir aspectos ou dimensões universais [...].

O Serviço Social tem avançado em relação à perspectiva analítica crítica, tornando-se espaço muito rico para pesquisadores das Ciências Sociais. Enquanto espaço acadêmico jovem, é fértil e profícuo para o estabelecimento de diálogos capazes de gerar abordagens críticas e originais em relação aos objetos de pesquisa que transitam no cenário que conforma o pensamento social contemporâneo.

Dessa forma, encontramos grandes nomes das Ciências Sociais e Humanas trabalhando como docentes na esfera da pós-graduação em Serviço Social, como Carlos Nelson Coutinho, Francisco de Oliveira, Evaldo Vieira, como também escrevendo prefácios¹⁸, o que garante credibilidade às produções do Serviço Social.

¹⁸ Citaremos alguns exemplos (com o risco de não nominarmos todos os casos merecedores) de prefácios escritos por autores de renome nacional e que garantem ao Serviço Social uma legitimidade acadêmica em função do nível de excelência da pesquisa desenvolvida. Assim temos: Francisco de Oliveira

O Serviço Social ao enfrentar os desafios contemporâneos, na perspectiva de Netto (1996, p. 119), tem demonstrado uma coragem cívica e intelectual:

Coragem cívica, em primeiro lugar: “*não ter nenhum medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo*” (Anderson, in Sader e Gentili, orgs., 1995: 197). Coragem intelectual: não se trata de conduzir o debate com princípios ou alusões a objetivos generosos, mas de assumi-lo com a análise das transformações societárias, compreendendo-as nas suas tendências de fundo e não vacilando em reconhecer as dificuldades teóricas que, nesse esforço, expressam a inconclusividade dos nossos conhecimentos; trata-se de não capitular diante de qualquer tentação neo-irracionalista ou agnóstica e de insistir em que desenvolvendo as potencialidades inesgotadas da teoria social moderna (nomeadamente com a inspiração marxiana), é possível tornar intelegíveis e apreender o sentido das transformações societárias em curso [...].

Os avanços da profissão no campo do conhecimento científico e da compreensão das transformações societárias precisam enfrentar o desafio de alcançar a realidade social e o modo de vida dos sujeitos que requisitam nossa prática, bem como as estruturas organizacionais em que desenvolvemos essa prática profissional.

Outro aspecto importante é o que se refere ao nível de envolvimento e de pertencimento dos sujeitos em relação à pesquisa e seus resultados. Trata-se de vínculos que não são

no livro de Raquel Raichelis *Esfera pública e conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*, São Paulo: Cortez, 1998; Carlos Nelson Coutinho no livro de Ivete Simionato, *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*, São Paulo/Florianópolis: Cortez/Ed. UFSC, 1995; Antônio Joaquim Severino no livro de Maria Lúcia Martinielli, *Serviço Social: identidade e alienação*, São Paulo: Cortez, 1993.

aleatórios ou espontâneos, são estimulados e estabelecidos em função de necessidades concretas, de lutas e interesses comuns que se consolidam através do conjunto da prática profissional no cotidiano das instituições sociais. E, em relação à categoria profissional, o impacto apresenta os mesmos elementos.

Nesse sentido, é preciso pensar estratégias que possam fortalecer vínculos entre profissionais/pesquisadores, suas temáticas de pesquisa e as demandas concretas da população. Cremos que em relação aos profissionais, o processo é o mesmo. Se não existe uma vinculação entre as pesquisas e as demandas concretas da prática profissional, o impacto é restrito. Sobretudo o processo de formação profissional, que não se restringe ao nível da graduação, deve criar estímulos que levem a incorporar a pesquisa em sua prática profissional, buscando nela os sustentáculos para a compreensão da realidade, de temáticas emergenciais, sem abandonar a perspectiva de totalidade e numa direção em que haja proposições de intervenções críticas e criativas, reforçando os avanços já alcançados pela profissão.

Francisco de Oliveira, no livro *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*, publicado pela Cortez em 2003, de autoria de Elaine Rossetti Behring, traz significativo reconhecimento da categoria profissional em suas lutas pela consolidação dos direitos fundamentais do cidadão e, dessa forma, reconhece também o potencial da profissão em realizar pesquisas que têm materialidade histórica e relevância social, porque estabelecem um compromisso radical com os processos de transformação social.

O Serviço Social há muito foi retirado do registro assistencialista pelos seus estudiosos e militantes, que o colocaram, acertadamente, no terreno da política. Aliás, esse foi um

movimento teórico-prático da maior importância: os que ainda são chamados de assistentes sociais constituem-se numa das categorias mais combativas e, por isso, criativas, na política brasileira do último quartel de século. A categoria está em todos os conselhos de defesa e promoção de direitos sociais, numa incessante atividade. Deve-se dizer que sem os assistentes sociais a criação e a invenção de direitos no Brasil não teria conhecido os avanços que registra.

Avançando, podemos afirmar que essa tendência em produzir conhecimentos fundamentados em uma experiência combativa no contexto da luta pelos direitos sociais é um traço da particularidade da pesquisa em Serviço Social.

CONCLUSÃO

“O esboço aqui delineado não pretende de modo algum ser uma solução; com ele, procuramos apenas mencionar os problemas mais importantes que daí derivam” (Lukács, 1970).

É importante retomarmos que nossa indagação em torno da particularidade da pesquisa em Serviço Social se faz considerando o contexto socioeconômico, político e cultural contemporâneo, de forma a apreender as determinações mais gerais e sua repercussão e incidência na singularidade da prática do profissional do assistente social, principalmente diante das demandas sociais e das exigências de seu enfrentamento.

Tendo essa perspectiva como referência, nossa preocupação não foi necessariamente definir características, engessando a compreensão da pesquisa aos limites do próprio Serviço Social. Ao contrário, buscamos compreender nuances que pudessem retratar a complexidade do processo de produção de conhecimento objetivado através de uma forma de fazer pesquisa que tem no equacionamento das expressões da questão social e, por conseqüência, nas demandas sociais concretas que chegam cotidianamente à profissão, sua razão de ser.

Consideramos que a vinculação orgânica da pesquisa com a prática profissional faz da pesquisa uma construção histórica, que se consolida à medida que a própria profissão conquista reconhecimento e estatuto acadêmico, sendo que, nesse processo, impasses precisam ser superados e novos horizontes, alcançados. Dessa forma, constitui a particularidade da pesquisa em Serviço Social a dinâmica que se dá entre os avanços já conquistados e os desafios a serem enfrentados.

Um traço de particularidade: é repensar a prática no contexto em que ela acontece. Preocupada com processos de transformação social, a pesquisa em Serviço Social não é especulativa, pelo contrário, está vinculada à necessidade de gerar conhecimento que seja capaz de operar transformações nas ações cotidianas, no saber que sustenta tais ações, permitindo compreender a realidade e estabelecer estratégias de intervenção no campo das políticas sociais. Trata-se de uma pesquisa que, ao repensar a prática profissional do Serviço Social, amplia as reflexões para a totalidade das práticas sociais, principalmente considerando que as políticas sociais são campos interdisciplinares em que as intervenções têm uma natureza social.

Mais do que isso as políticas sociais são campos em que o confronto entre Estado e sociedade civil ganha uma expressão contraditória e mobiliza ações de profissionais e de movimentos organizados da sociedade. Nesse contexto, o projeto ético-político profissional define o eixo do processo de intervenção e de investigação no seio da profissão, ou seja, intervenção e investigação têm uma orientação fundada na defesa da democracia e dos direitos sociais, civis e políticos do cidadão. Assim, a prática profissional, orientada por uma ética democrática, é um campo fecundo para a pesquisa em Serviço Social.

Nossas reflexões retratam uma inquietação própria de profissionais que estão inconformados com as relações sociais no contexto do capitalismo contemporâneo. Relações sociais que são geradoras de processos de empobrecimento, desigualdades e exclusão social. Esse inconformismo é o ponto de partida para construções de objetos de investigação que tratam de compreender as expressões da questão social na trama dessas relações sociais. O conhecimento produzido através dessa pesquisa tem por horizonte não só conhecer a realidade em sua processualidade histórica, mas, sobretudo, influenciar os rumos da profissão nesse contexto. Trata-se de uma profissão que tem em seu processo formativo uma preparação para o contato direto com a realidade.

A formação do assistente social está voltada para desenvolver competências e habilidades que possibilitam a aproximação e a imersão do profissional nos problemas sociais, através das demandas dos usuários dos serviços sociais e das políticas públicas. É no cotidiano, “[...] no tempo miúdo da ação profissional [...]” (Yazbek, 2001, p. 38), intervindo sobre demandas de um homem penalizado pelas seqüelas do processo de empobrecimento a que é submetido no capitalismo contemporâneo, que o Serviço Social encontra as motivações para fazer pesquisa. Portanto, motivações enraizadas numa realidade saturada de contradições e enriquecida por mediações que, apreendidas e construídas através da pesquisa, possibilitam visualizar e definir estratégias de intervenção.

Outro aspecto do processo de formação é o da ética profissional, que orienta a intervenção e as relações com o sujeito numa perspectiva direcionada pelos princípios presentes em nosso Código de Ética. Vinculada organicamente à prática profissional, a pesquisa tem presentes esses mesmos princípios.

No entanto, não se trata de restringir a particularidade da pesquisa à formação profissional, e sim de ter nela suas bases fundamentais. Apoiada nesta, no desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades e nos valores essenciais à profissão, avançaremos para o exercício de pesquisa que contribua para desvendar as tramas das relações sociais, extremamente complexas, o que requer um profissional atento, criterioso e crítico.

Valorizar a riqueza da prática profissional, que enfrenta problemáticas sociais tão complexas, é um traço importante a ser consolidado nas pesquisas do Serviço Social. Para isto, é preciso reconhecer que nessa prática está a possibilidade de desvendar os problemas sociais em sua origem, ou então em sua manifestação mais imediata. Problemas que, tratados teórica e metodologicamente com mais cuidado, resultam em pesquisas que tratam de temáticas pouco exploradas ou desconhecidas por outras áreas do conhecimento.

Algumas questões desafiadoras são relevantes e carecem de discussão: O fato de a produção de conhecimento exigir dos pesquisadores diálogos interdisciplinares, principalmente quando se refere às questões que dizem respeito ao social – contexto complexo, com possibilidades de apropriações múltiplas –, restringe a configuração de traços particulares à pesquisa em Serviço Social? Reconhecendo que as fronteiras entre as especializações e profissões são tênues, caberia ao Serviço Social demarcar peculiaridades para sua pesquisa? Não será através da relação dinâmica que estabelecemos com outras áreas de conhecimento que constituímos nossa particularidade em produzir conhecimento?

Reforçamos que a preocupação com a particularidade não deve restringir a compreensão da pesquisa, nem limitar diálogos entre áreas de conhecimento ou cercear potencialidades presentes no processo de produção de conhecimento

da profissão ao investigar realidades e temáticas de natureza social. Pelo contrário, nossa intenção é afirmar que a pesquisa que se faz na profissão tem subjacente a própria prática profissional e seus objetos de intervenção. Reconhecemos que tal afirmação é um ganho, pois através dessa particularidade a profissão poderá contribuir com avanços quanto às estratégias de enfrentamento das demandas sociais. E, com certeza, essas estratégias não se restringem ao Serviço Social, mas se ampliam para o conjunto articulado das práticas sociais comprometidas com a democracia e consolidação dos direitos sociais.

No entanto, reconhecemos que devemos ter o cuidado de não cair em compreensões reducionistas sobre o processo de produção de conhecimento que se consolida através da pesquisa em Serviço Social. Sobre isso, Setubal (1995, p. 30-1) traz uma importante contribuição:

[...] convém que explicitemos que, entre os diferentes entendimentos de conhecimento que perpassam o modo de ser e de se constituir do Serviço Social, duas vertentes nos parecem fundamentais, pois refletem-se diretamente no entendimento de pesquisa: uma que atribui ao conhecimento valor apenas instrumental, generalista e útil ao desenvolvimento de uma prática considerada eficaz e outra que coloca o conhecimento no patamar constituído pelas diferentes formas de ação e percepção do Serviço Social no seu construir-se e reconstruir-se histórico. A visão instrumental parte do princípio de que o conhecimento origina-se e sustenta-se na própria prática profissional com o auxílio de teorias generalizadoras que viabilizam certa compreensão do objeto para intervenção imediata. Tal conhecimento conduz-nos a uma percepção empirista, compreensão distanciada e conseqüentemente insuficiente do objeto na sua manifestação abstratamente elaborada. A segunda vertente defende o conhecimento como um pro-

duto dialético que apreende, em um só momento, a forma de se expressar do Serviço Social num determinado espaço e tempo, bem como as alternativas viáveis de intervenção. Não é um conhecimento apriorístico, sensível, mas organiza-se a partir da correlação de forças políticas e ideológicas contidas nas relações sociais.

Concordamos com a autora citada (1995, p. 31), que compreende “[...] o conhecimento como produto de um processo metodologicamente construído [...]” que se processa através de pesquisa sistemática e crítica da realidade em que o objeto de atenção do Serviço Social se constitui historicamente. Discutir a particularidade da pesquisa para o Serviço Social, em uma perspectiva dialética, nos obriga a mergulhar na complexa e histórica trama que envolve a intervenção profissional.

Cariz da particularidade é o acesso privilegiado à realidade social da classe subalterna, em especial à sua forma de ver e compreender essa realidade. No contato diário com a população usuária dos serviços sociais, o assistente social colhe experiências sociais (individuais e/ou coletivas) sobre a condição de subalternidade e sobre as formas de resistência, muitas vezes silenciosas e invisíveis, que se gestam no cotidiano dessa classe social. Fundamentados no conhecimento dessas experiências, que são documentadas através de diversos recursos instrumentais (diagnósticos, perfis socioeconômicos, relatórios, pareceres sociais, entre outros), o acesso privilegiado pode transformar-se em caminho profícuo de pesquisa, gerando reflexões de grande envergadura, pelo alcance social dos seus resultados. Principalmente se esses resultados culminarem em transformações na própria intervenção profissional.

Pelo fato de trabalhar com demandas concretas, e considerando a relação profissional com essas demandas,

temos a possibilidade de realizar uma pesquisa que garanta maior centralidade ao sujeito, dando maior visibilidade a suas condições de existência e potencializando a elaboração de alternativas de intervenção no contexto das políticas públicas.

Aqui destacamos a importância de observar esse segmento de uma perspectiva de totalidade, e não restrito às suas demandas individuais, condicionadas pela situação de pobreza e de carências materiais, afetivas, culturais e que, na maioria das vezes, são tratadas de forma fragmentada pelas ações das políticas públicas.

Mesmo que os avanços concretos da profissão no campo do conhecimento sobre as políticas públicas e sobre formação profissional coloquem em evidência o reconhecimento da pesquisa como essencial à prática profissional, nem sempre esse reconhecimento tem ressonância e materialidade para os profissionais que, muitas vezes, nas instâncias do exercício profissional, devido às condições objetivas de sua realização, não encontram as condições adequadas para dar vazão à atitude investigativa e à criatividade como elementos mobilizadores da pesquisa. Investir em formação continuada tendo como baliza a articulação investigação/intervenção é o caminho para que os profissionais pensem a pesquisa como dimensão do próprio exercício profissional.

Em relação ao processo de exposição das pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Social, é difícil afirmar qual a sua particularidade. Tem sido recorrente o apoio em metodologias que privilegiam a pesquisa de natureza qualitativa. No entanto, muitas vezes devido a problemas relacionados à formação acadêmica, isso pode indicar dificuldade quanto ao domínio da pesquisa quantitativa. Não podemos esquecer que a complexidade dos fenômenos sociais pode requerer tratamentos quantitativos e qualitativos e que devemos “[...] perceber com clareza e afirmar com convicção que a relação

entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e de articulação” (Martinelli, 1994, p. 17). A particularidade da pesquisa pode estar justamente no fato de que um fenômeno, cuja natureza é social, exige para sua compreensão a inserção no contexto das relações sociais e históricas. Relações impossíveis de serem isoladas a partir de suas variáveis.

Ainda caracteriza a pesquisa em nossa área a sua vinculação aos cursos de pós-graduação e às exigências do ensino da profissão. A disseminação dos resultados dessas pesquisas ainda carece de maiores investimentos, tanto através de publicações que alcance a categoria quanto de eventos e processos formativos que extrapolem a academia. Ainda exige investimentos em linhas de pesquisa que atendam às demandas concretas do exercício profissional.

Portanto, é desafio consolidar o projeto de formação profissional e investir em renovação dos quadros que compõem a categoria em diferentes campos de intervenção. Precisamos ter em mente que o engajamento dos profissionais, que está há muito tempo fora da academia, ao projeto ético-político requer renovação de sua formação.

Nesse caso, o objetivo não é homogeneizar a formação dos profissionais, mas possibilitar o acesso a um processo formativo continuado que instaure o debate crítico da realidade profissional, tendo como eixo o pluralismo teórico-metodológico. Para tanto, os rumos da Universidade pública precisam ser discutidos. É nesse contexto que o ensino/extensão e a pesquisa têm possibilidades de acontecer de forma articulada e comprometida com a ampliação dos espaços públicos e de socialização do saber.

É no próprio contexto universitário que se criam mecanismos para que os professores e alunos (graduação e pós-graduação) vivenciem o processo da pesquisa como

condição para o ensino. E, no caso dos cursos de Serviço Social, os objetos de investigação precisam trazer à tona a realidade da prática profissional. Sejam pesquisas teóricas e/ou empíricas, precisam apreender os impasses vividos pelos profissionais no contexto contemporâneo e colocá-los em discussão. Nesses espaços, as pesquisas, com dimensão extensionista e participante, podem articular acadêmicos, profissionais e professores e otimizar o espaço acadêmico e o compromisso da categoria com a consolidação de seu projeto ético-político.

Enquanto espaço plural e democrático de construção de conhecimento, é no seio da Universidade que devem ocorrer debates consistentes sobre as perspectivas teóricas que sustentam a profissão. Dar visibilidade a esse debate é promissor. Só através dele o enfrentamento das divergências teóricas que alimentam as pesquisas no Serviço Social vai acontecer.

É preciso trazer à tona a importância do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadores Serviço Social (Enpess) como espaços de socialização do saber. O CBAS abarca os profissionais, docentes e acadêmicos da graduação e pós-graduação, suas pesquisas e experiências. O Enpess destina-se a apresentar a produção científica da área. Independente da sua abrangência, esses espaços possibilitam provocar reflexões sobre as perspectivas teórico-metodológicas que sustentam as produções de pesquisa e as experiências profissionais, bem como demonstram que a pesquisa tem sido colocada pelos profissionais como possibilidade efetiva de repensar práticas profissionais e de amadurecimento intelectual da categoria através do enfrentamento de questões que dizem respeito à natureza da profissão, seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos.

Assim, os entraves observados na pesquisa em Serviço Social referem-se muito mais à realidade da Universidade brasileira, às restrições quanto aos financiamentos para pesquisa e às dificuldades de publicação do que propriamente à capacidade de produzir da área.

É fundamental trazer para o processo de formação profissional a relação intervenção/pesquisa como prioritária, para que se sedimente essa articulação e para que os desafios que estão presentes na prática profissional e atravessem a realidade cotidiana do assistente social possam encontrar ressonância, mobilizando investimentos tanto na formação vinculada às demandas profissionais quanto em pesquisas que sejam propositivas e alimentem a atitude investigativa do profissional. É preciso que o profissional encontre nas pesquisas produzidas no meio acadêmico respostas às suas indagações e sobre os limites que assolam a sua intervenção. Ou seja, o conhecimento produzido precisa alimentar práticas concretas e profissionais concretos que, muitas vezes, distanciados da academia, demonstram uma incapacidade de articular os fundamentos teóricos presentes em sua formação ao processo de compreensão da realidade, articulação necessária à construção de propostas metodológicas que possam dar conta de enfrentar os desafios contemporâneos que se colocam cotidianamente à prática profissional.

O profissional inquieto com a sua intervenção tem buscado na pesquisa alternativas para sistematizar conhecimentos que lhe fazem falta no cotidiano de trabalho. Como um primeiro passo, o processo de sistematização de conhecimentos pode levar a buscas mais profundas de compreensão da realidade e de meios para superar impasses profissionais. Então, a pesquisa tem sido requisição da prática profissional.

O caminho que se faz da intervenção à prática profissional exige rever o próprio processo de formação, e este caminho é recente para o profissional. Em se tratando de pesquisa, a formação recebida está sustentada no modelo clássico de investigação e num distanciamento entre pesquisa e prática profissional. No entanto, o esforço individual do assistente social e o próprio exercício da pesquisa têm renovado as relações entre pesquisa e intervenção. Nessa relação, o exercício da pesquisa vai superando o nível da sistematização para o de construção de conhecimento, por uma exigência do exercício profissional e por uma inquietação do próprio profissional.

O processo da pesquisa envolve descoberta e criação, o que acontece fazendo pesquisa e, neste processo, a qualificação da prática profissional se dá de forma articulada. Não se trata de consequência imediata, pelo contrário, se trata de esforço que resulta em amadurecimento da capacidade intelectual e das competências e habilidades necessárias ao domínio teórico e construção metodológica coerente com a natureza do objeto de estudo. Processo que exige grande investimento pessoal e formação adequada. Experiência rica como essa, no caso do Serviço Social, precisa estar vinculada ao cotidiano da intervenção.

Em função da particularidade da pesquisa no Serviço Social, a pós-graduação hoje não se constitui apenas em espaço de formação de docentes e de intelectuais, amplia-se para formar profissionais com perfil de pesquisador. Um profissional que ocupe diferentes espaços interventivos e, nesses espaços, comprometa-se com a realização de pesquisas que fundamentem o reconhecimento das demandas sociais e possibilitem a formulação de políticas e projetos sociais. Dessa forma, a pesquisa deixa de ser externa à prática profissional ou restrita ao meio acadêmico.

A pesquisa, nessa perspectiva, é elemento central de formação, pois possibilita não reproduzir conhecimentos já acumulados pela profissão, mas, sobretudo, reconstruí-los tendo como base material a própria dinâmica da profissão e as relações estabelecidas com os objetos de intervenção. Para tanto, o próprio processo de pesquisa precisa ser criativo, ampliando as possibilidades do exercício da autonomia. “Por isso mesmo, seguindo as orientações da Abepss, é preciso formar pessoas que saibam intervir, pensar e pesquisar” (Faleiros, 2000, p. 173).

O profissional requisitado no contexto contemporâneo precisa dominar o conjunto dos instrumentais necessários ao desenvolvimento das pesquisas e que estejam articulados aos avanços obtidos pela ciência em relação ao arcabouço teórico-metodológico que orienta a formação e o processo de construção de conhecimento na área. Precisa demonstrar habilidades, talento e capacidade crítica para reconstruir instrumentos de investigação, e não simplesmente reproduzi-los, conforme orientação dos manuais de pesquisa. Para isso, é preciso que a pesquisa, no âmbito da formação profissional, em nível de graduação e pós-graduação, receba tratamento rigoroso.

Tendo como base essa formação, o profissional pode ter inserções mais ousadas e contribuir com o conjunto do processo de acúmulo de conhecimento no Serviço Social através de processos de investigação que possam dar conta da dinâmica relação sujeito/objeto em contextos que requisitam alternativas mais criativas e articuladas aos avanços tecnológicos, colocando dessa forma, instrumentos e tecnologias a serviço de uma pesquisa comprometida socialmente.

É bom esclarecer que, do conjunto da categoria profissional, nem todos são ou serão pesquisadores. Nem essa é a intenção. Mas a produção de conhecimento deve

motivar intelectualmente os assistentes sociais. Neste caso, a pesquisa deixa de ser apenas instrumento de intervenção e passa a ser constituinte da prática profissional, pois é ela que possibilita a decodificação da complexidade das expressões da questão social. Então, o objetivo não é apenas sistematizar conhecimento, embora este seja um nível relevante ao processo investigativo. O objetivo da pesquisa é gerar conhecimento, reconstruir práticas profissionais, renovar referenciais teórico-metodológicos, centrada numa pauta ético-política.

Esse conhecimento almejado pelo Serviço Social e que se faz com investimento em formação e pesquisa sistemática da realidade que abarca o profissional implica em desenvolvimento de crítica radical à realidade e ao cotidiano da prática profissional.

Precisamente, pelas suas propriedades constitutivas, vemos que à crítica radical subjaz o conhecimento que supera a imediatez em dois níveis: 1) um conhecimento que vá além da aparência imediata; 2) um conhecimento que vá além da sua utilização imediata, que não seja meramente instrumental, operatório, mas, ao contrário, que seja mediatizado por uma racionalidade dialética; conhecimento que parta do empírico, da faticidade, visando apanhar a sua lógica imanente e reproduzi-la a nível do pensamento, visando capturar o movimento de constituição, desenvolvimentos e tendências dos fatos, fenômenos e processos reais, da maneira mais aproximada possível (Guerra, 1997, p. 20).

Nessa perspectiva em que se produz conhecimento no Serviço Social, a busca da compreensão do objeto de atenção profissional adquire estatuto diferenciado para a profissão. Embora, no campo das Ciências Sociais e Humanas, dedicar-se ao estudo da questão social – compreendê-la em suas

múltiplas expressões, respeitando particularidades e singularidades em contextos da intervenção profissional – nem sempre tenha expressão significativa, no que se refere ao Serviço Social aponta para um horizonte de desvelamento das estratégias necessárias para romper com a lógica do empobrecimento, dos processos de exclusão social e agravamento da condição de subalternidade cultural, econômica e social da população. Compreender essa dimensão da pesquisa para o Serviço Social é desafiante para a categoria. Não basta termos essa perspectiva ética, enquanto discurso, é preciso incorporá-la ao processo da formação e prática profissional.

É de grande importância destacarmos o papel dos órgãos representativos da categoria profissional e das unidades de ensino, como Cfess, Cress e Abepss, no sentido de articular profissionais, docentes e discentes num processo de construção coletiva de espaços de reflexão sobre a prática profissional. Em relação ao Cress, destacamos seu potencial como articulador de grupos de estudos, devido ao nível de proximidade que tem com os profissionais. Esses grupos se constituem em alternativas de socialização do conhecimento produzido no âmbito acadêmico, extrapolando aqueles restritos a esse meio – como é o caso das revistas científicas. Como exemplo, podemos lembrar o Curso Ética em Movimento, proposição do conjunto Cfess/Cress, que tem ocorrido frequentemente nos diferentes estados brasileiros, com o objetivo de “discutir a ética profissional e fortalecer a direção social da profissão” (Boletim informativo, Cress/PR, 2004). Essas estratégias podem contribuir para aproximar academia (graduação e pós-graduação) dos profissionais que estão intervindo nas organizações sociais estatais ou privadas, possibilitando processo de rompimento dos tradicionais mecanismos de distanciamento entre esses segmentos que compõem a mesma categoria de profissionais.

Trata-se da organização política como fundamental para a materialização do projeto ético político-profissional em consonância com o projeto de formação profissional. Neste aspecto, destaca-se o papel do Cfess:

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) – articulados com o Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (Cead), da Universidade de Brasília... ofereceu ...Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social, na modalidade de educação à distância, dentro do Programa de Capacitação Continuada para os Assistentes Sociais do país, proposto pela categoria (A coordenação e as consultoras, Apresentação, 1999).

Esse curso teve seu primeiro módulo lançado em 1999 e apresentou como objetivo:

[...] capacitar os assistentes sociais para uma compreensão da realidade brasileira e seus impactos no trabalho profissional – demandas, respostas e peculiaridades diante da questão social – objetivando a ampliação da competência teórica, política e técnica desses profissionais e do seu compromisso com a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social na atualidade (A coordenação e as consultoras, Apresentação, 1999).

Como meio de socialização de conhecimento, esse curso teve alcance social muito grande, contribuindo para a renovação da profissão, considerando o número de profissionais envolvidos. A repercussão do curso envolve diferentes dimensões: em relação aos profissionais, temos o exercício de elaboração de projetos de pesquisa vinculados à prática profissional; a elaboração de projetos de intervenção coeren-

tes com as demandas dessa prática; o estímulo à formação continuada com inserções de alunos em cursos de mestrado; a superação de limites materiais para a realização do curso. Em relação aos propósitos do curso, destacamos a socialização do projeto ético-político, a ênfase na pesquisa e a atualização da formação de profissionais de gerações diferentes.

Com o propósito de dar continuidade a esse processo formativo da categoria, o Cfess e a Abepss lançaram o curso novamente em 2005. Trata-se do II Curso de Especialização a Distância, com a temática: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*, que tem como consultoras a professora doutora Marilda Vilella Iamamoto e a professora doutora Potyara A. P. Pereira. “O curso tem como objetivo qualificar o exercício profissional e contribuir para a análise crítica do Serviço Social no âmbito das relações entre capital e trabalho e o Estado e sociedade, no contexto da crise capitalista contemporânea” (Folder de divulgação, Cfess/Abepss, 2004).

Em relação à pesquisa, esse curso apresentou um módulo específico (módulo IV), que teve como objetivo geral: “Instrumentalizar o assistente social para a elaboração de projeto de pesquisa como parte constitutiva do exercício profissional e subsídio fundamental para elaboração da monografia ou trabalho de conclusão de curso” (Folder de divulgação, Cfess/Abepss, 2004). O investimento em cursos como esse garante legitimidade à profissão e a afirmação de uma identidade centrada na particularidade da profissão – a de ter uma natureza interventiva. Para exercer essa profissão, o desafio é ter profissionais qualificados para decifrar a dinâmica das relações sociais no contexto contemporâneo.

Decifrar esses novos tempos e neles *re-situar* o Serviço Social, com olhos voltados para o futuro, é o desafio maior

do assistente social. Desafio para a sobrevivência da categoria profissional e para sua qualificação acadêmica, ética, política e técnica, reafirmando a importância e a necessidade social da profissão, em uma conjuntura marcada pelas seguintes: desmonte das políticas sociais públicas, em nome da idolatria do mercado e da esfera privada; desrespeito aos direitos humanos e sociais; precarização das condições de vida e trabalho da grande maioria da população; e uma ampla regressão das conquistas sociais, agravando a questão social em suas múltiplas facetas e dimensões (A coordenação e as consultoras, Apresentação, 1999).

Nesse contexto, o Serviço Social é colocado à prova permanentemente, e enfrentar tais desafios não é tarefa que se cumpra isoladamente. Requer organização política da categoria e o comprometimento de cada profissional. Presente na categoria profissional, observamos que os desafios a serem enfrentados pelo Serviço Social têm dimensões coletivas e individuais.

Os desafios coletivos referem-se à organização da categoria e à ocupação de diferentes espaços envolvendo financiamento, produção e circulação do conhecimento. Nesses espaços, estabelecer as mediações necessárias para romper com obstáculos à produção do conhecimento na área e concretizar o projeto ético-político profissional. Netto (1999, p. 95) afirma que:

[...] para um projeto profissional se afirmar na sociedade, ganhar solidez e respeitabilidade frente às outras profissões, às instituições privadas e públicas e, ainda, frente aos usuários dos serviços oferecidos pela profissão, é necessário que ele tenha em sua base uma categoria fortemente organizada.

Desafios dessa ordem devem ser enfrentados por um sujeito que é coletivo. Sader (1988, p. 55) define este sujeito

como “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”.

Em relação ao Serviço Social, o sujeito coletivo está representado pela categoria profissional:

[...] que inclui não apenas os profissionais *de campo*, mas que deve ser pensada como o conjunto dos intervenientes que dão efetividade à profissão. É através de sua *organização* (organização que envolve os profissionais em atividade, as instituições que os formam, os pesquisadores, docentes e estudantes da área, seus organismos corporativos e sindicais etc.) que uma categoria elabora o seu projeto profissional. Se pensamos no Serviço Social brasileiro, a organização da categoria compreende o sistema Cfess/Cress, a Abepss, a Enesso, os sindicatos e demais associações dos assistentes sociais (Netto, 1999, p. 95).

Nessa perspectiva e como propósito concernente ao projeto ético-político, o Abepss, o Cfess, os Cress e o Enesso¹

¹ A Abepss: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social foi fundada em 10 de outubro de 1946 sob a denominação de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Em dezembro de 1998, o estatuto sofreu reformulações, passando a designar-se Abepss. Esta reformulação demonstra avanços em relação ao reconhecimento da produção de conhecimento na área, consolidando o espaço da Abepss como estimuladora da pesquisa. Com foro jurídico no Distrito Federal, em Brasília, sua sede é itinerante. Entidade civil de natureza científica, de âmbito nacional, sem fins lucrativos, constituída pelas Unidades de Ensino de Serviço Social, por sócios institucionais colaboradores e por sócios individuais (www.abepss.org.br, consultado em 01/04/2005).

O conjunto Cfess/Cress: O Conselho Federal de Serviço Social – Cfess e os Conselhos Regionais de Serviço Social – Cress, regulamentados pela Lei 8.662 de 7 de junho de 1993, constituem uma entidade de personalidade jurídica de direito privado, com poder delegado pela União, e forma federativa, com o objetivo básico de fiscalizar, disciplinar e defender o exercício da

têm o importante papel de mobilizadores de alternativas que possibilitem incorporar a pesquisa como parte constitutiva e constituinte da intervenção profissional e de socialização de conhecimentos produzidos no meio acadêmico, de forma que cada profissional possa incorporar no seu projeto individual os propósitos e valores defendidos pela categoria profissional.

O exercício profissional exige a ação de um profissional comprometido com a competência, cuja base é o aprimoramento intelectual.

Daí a ênfase numa *formação acadêmica* qualificada, alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma *análise concreta* da realidade social – formação que deve abrir o passo à preocupação com *auto(formação) permanente* e estimular uma constante *postura investigativa* (Netto, 1999, p. 105).

Os desafios individuais implicam que o profissional se posicione frente aos desafios contemporâneos e suas expressões concretas nas instituições em que trabalha, enfrentando criticamente os desafios profissionais, de forma a não permitir a simplificação do exercício profissional.

Como lembra Baptista (2001, p. 16), não podemos ignorar que esse profissional:

profissão de assistente social, conforme os princípios e normas estabelecidos pelo Encontro Nacional Cfess/Cress, e na forma prevista pela Lei 9649 no DOU de 28/05/98. (Estatuto do Conjunto Cfess/Cress, <http://www.cfess.org.br/Estatuto>, consultado em 01/04/2005).

A Enesso: a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, é a entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social do país, eleita anualmente no Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social – Eness (Estatuto da Enesso, <http://www.enessomess.hpg.ig.com.br>, consultado em 01/04/2005).

[...] é, ao mesmo tempo, um ser singular que tem um projecto próprio de profissão e de sociedade (que tanto pode ser expressão de sua reflexão crítica, posicionamento e comprometimento, quanto produto de sua alienação), e um ser genérico, é um elemento activo da práxis social.

Dessa forma, o enfrentamento cotidiano dos desafios profissionais se dá mediado pelas posições ideológicas e políticas assumidas pelo assistente social nos diferentes espaços que ocupa. No entanto, os profissionais têm respondido aos desafios colocados pela profissão de forma a consolidar os avanços já conquistados pela categoria.

O protagonismo individual e coletivo dos assistentes sociais brasileiros tem dado densidade política e oportunizado uma imagem de profissionais com a capacidade de traduzir a realidade social e apresentar respostas técnicas – políticas capazes de ampliar e preservar direitos sociais (Boletim Informativo, Cress/PR, 2004).

O conjunto das reflexões presentes nesta obra aponta para a valorização do esforço histórico do Serviço Social em afirmar suas lutas, suas conquistas em torno do amadurecimento intelectual da profissão. Esforço coletivo, trabalhado pelo conjunto da categoria em todas as instâncias do exercício profissional e que, direta ou indiretamente, rebate na ação cotidiana e individual do assistente social, mas não sem o reconhecimento das dificuldades de ordem macro-estrutural e das polêmicas de ordem teórica-metodológica.

Superar a perspectiva, tão presente no âmbito profissional, de que pesquisa é apenas instrumento da prática profissional é uma delas. Sobre isto, reconhecemos que um dos momentos do processo de produção de conhecimento é o da sistematização de dados, aspectos, elementos teóricos

e/ou empíricos que fazem parte da realidade de intervenção profissional e da realidade do usuário que demanda a prática profissional. Na busca de sistematizar e organizar esses elementos, o profissional recorre à pesquisa como um momento necessário à sua intervenção e encontra na sua particular processualidade os recursos necessários. No entanto, nossas reflexões encaminham para avançarmos em direção a compreender a pesquisa como meio de construção de conhecimento e constitutiva e constituinte da prática profissional.

A própria Abepss, quando se refere à pesquisa no contexto dos propósitos da formação profissional, aponta para esse avanço em relação à concepção de pesquisa, ao afirmar:

As diretrizes curriculares reconhecem a **investigação como elemento constitutivo e não apenas complementar – tanto da formação quanto do exercício profissional**. A pesquisa de situações concretas, aliadas às suas determinações macro sociais, é condição necessária tanto para superar a defasagem entre o discurso genérico sobre a realidade social e os fenômenos singulares com os quais o assistente social se defronta no seu cotidiano, quanto para desvelar as possibilidades contidas na realidade (Abepss, Enpess, 2004). (destaque nosso)

Encampar a concepção de pesquisa anunciada pela Abepss e incorporá-la no exercício profissional exige que avancemos nas discussões e fundamentos que sustentam nossa compreensão do que seja produção de conhecimento e, como condição necessária, do que seja pesquisa.

Neste ponto, concluindo, retomamos que deve balizar nossas reflexões a compreensão de que o processo de produção de conhecimento que se faz através da pesquisa

científica é uma das expressões da práxis humana, é uma das objetivações possíveis do trabalho humano frente aos desafios colocados pela relação entre o homem, a natureza e a sociedade.

Observamos, em sua trajetória histórica, que o Serviço Social avançou quanto ao acúmulo de conhecimentos sobre o seu objeto de intervenção e sobre a natureza da própria profissão. Deixou de ser consumidor do saber produzido por outras áreas do conhecimento das Ciências Sociais e Humanas e passou a ser protagonista de um processo que exige o acompanhamento sistemático e crítico das transformações societárias que concretamente rebatem no exercício profissional cotidiano.

Consolidar os avanços já conquistados pela profissão em relação à produção de conhecimento requer que o conhecimento produzido extrapole os muros da academia. Reconhecemos que a pesquisa está restrita ao meio acadêmico, em especial à pós-graduação em Serviço Social. Esta marca precisa ser superada, e o caminho para isso está na própria prática profissional e nas necessidades de dar ao projeto ético-político profissional materialidade sócio-histórica. Ou seja, precisamos ter uma política de formação profissional que articule graduação, pós-graduação e processos de capacitação e atualização permanentes. Nesse conjunto, o eixo de sustentação deve assentar-se nas demandas e nos impasses vivenciados pelos profissionais no contexto do exercício da profissão, considerando as determinações sociais, econômicas, políticas e culturais que expressam a realidade contemporânea e o projeto ético-político profissional.

Nesse processo histórico em que a produção de conhecimento se materializa via pesquisa no Serviço Social, alguns elementos podem se colocar como mediações possíveis ao exercício da pesquisa, constituindo cariz da sua particula-

ridade. Destacamos a necessária vinculação orgânica com a prática profissional, a garantia de centralidade ao sujeito participante como condição ontológica a ser recuperada pelas pesquisas e o compromisso com o seu retorno e alcance social, de forma a mobilizar ações que potencializem processos de transformação nas condições materiais de existência dos sujeitos, nas ações dos profissionais de Serviço Social, nas organizações sociais em que trabalham e no próprio conhecimento acumulado pela profissão.

Entendemos que, em se tratando da particularidade histórica da pesquisa em Serviço Social, consolidá-la como constitutiva e constituinte da prática profissional é tarefa que não se cumpre, apenas, individualmente, pelo contrário, é desafio coletivo que deve ser enfrentado pelo conjunto da categoria em todas as dimensões do exercício profissional e inclusive na perspectiva da formação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marina M. e SIMIONATTO, Ivete. A situação da pesquisa em Serviço Social no Brasil 1990-1996. **Cadernos Abess**, n. 7, edição especial. São Paulo: Cortez, 1997.
- ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 nov. 1996) **Cadernos Abess**, n. 7, edição especial. São Paulo: Cortez, 1997.
- ABEPSS. Apresentação. **IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social** (Enpess). Porto Alegre: PUC-RS, 30 de novembro a 03 de dezembro de 2004. CD-Rom).
- ABEPSS. <http://www.abepss.org.br>, acessado em 01/04/2005.
- A COORDENAÇÃO E AS CONSULTORAS. Apresentação. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: Cfess – Abepss – Cead/Nead – UNB, 1999.
- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- ALVES, Giovanni. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. et al. (orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Uece, 1996.
- ALVES, Cláudio. Humildade. In FAZENDA, Ivani C. A. (org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ANGELO, Marcio V. **O que é epidemiologia**. <http://www.univali.br/msf/upload/epidemiologia>.

APRESENTAÇÃO. <http://www.pucrs.br/textos>, acessado em 08/03/2005.

BAPTISTA, Myrian Veras. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. **Cadernos Abess**, n. 5. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. O estruturalismo genético de Lucien Goldmann e o estudo da prática profissional. In: **A investigação em Serviço Social**. CPIHTS/Veras Editora, Lisboa/São Paulo, 2001.

_____. **A investigação em Serviço Social**. CPIHTS/Veras Editora, Lisboa/São Paulo, 2001.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BATTINI, Odária. **O estado das artes no Serviço Social: estudo sobre a construção do conhecimento na prática profissional do assistente social**. São Paulo, 1991. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. A pesquisa nas Ciências Sociais: desafios e perspectivas. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2003.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BERTHOLINO, Maria Luzia e INOUE, Mary Tomoko. **Saiba mais sobre indexação e periódicos indexados**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002, Texto Didático.

BOLETIN. 26(1), <http://www.sbfis.org.br/boletin,2001>.

BOLETIN INFORMATIVO. **Conselho em movimento**. Cress-PR – Gestão 2002/2005, n. 4, dezembro, Curitiba/PR, 2004.

BOLOÑA, Carlos Urrutia. **La investigacion social**. II Curso de Capacitación a distancia. Celats, s/d.

BONETTI, Dilséa Adeodata (org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 79, ano XXV, São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Temporalis**, ano 4, n. 8. Porto Alegre: Abepss, Gráfica Odisséia, 2004.

BOTTOMORE, Tom (ed.) **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

BOURGUIGNON, Jussara. A pesquisa sobre representações sociais no contexto do Serviço Social. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

CANESQUI, Ana Maria (org.). Ciências Sociais e Saúde. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1997.

CARDOSO, Franci Gomes. A pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. **Cadernos Abess**, n. 8. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. v. 1, n. 2, jul./dez. 2000. Brasília: Abepss, Valci, 2000.

CARDOSO, Isabel C. da C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Cadernos Abess**, n. 7, edição especial. São Paulo: Cortez, 1997.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. O ensino do trabalho profissional – perspectiva Capes. **Revista Temporalis**, ano 4, n. 8, Porto Alegre: Abepss, Gráfica Odisséia, 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, E. de M. e RAICHELIS, R. (orgs.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: Educ/IEE, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Biblioteca da Educação, série 6, Filosofia; v.2).

_____. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social**. São Paulo: Cortez, 2003.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 7ª REGIÃO. O Serviço Social e o sistema sociojurídico. **Revista Em Foco**, edição n. 2. Rio de Janeiro: Cress – 7ª região, 2004.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, de 5 de outubro de 1988.

COSTA, Dina C. (org.). **Epidemiologia: teoria e objeto**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos Abess**, n. 4. São Paulo: Cortez, 1991.

CNPQ. Bolsas e auxílios. <http://www.cnpq.br>, acessado em 16/02/2005.

CRAPUCHET, Simone. As profissões sociais – novas perspectivas. **Debates Sociais** n. 14, ano VIII. Rio de Janeiro: CBCISS, 1972.

_____. A pesquisa no Serviço Social e na ação social. **Debates Sociais** n. 23, ano XII. Rio de Janeiro: CBCISS, 1976.

_____. **Seminários: mensuração de dados sociais. Partes I e II**. Rio de Janeiro: CBCISS, 1977.

_____. Mensuração de dados sociais. **Temas Sociais**, n. 131, ano XI. Rio de Janeiro: CBCISS, 1978.

Cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*). <http://www.mec.gov.br/sesu/especialização-LatoSensu.shtm>, acessado em 13/02/2005.

Da favela funerária à cidade parque novo mundo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 8, ano III. São Paulo: Cortez, 1982.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Estatuto da Enesso. <http://www.enessomess.hpg.ig.com.br//estatuto.html>, acessado em 01/04/05.

Estatuto do conjunto Cfess/Cress. <http://www.cfess.org.br/estatuto>. Acessado em 01/04/05.

EVANGELISTA, João E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Questões da Nossa Época; 7).

FALEIROS, Vicente de Paulo. Aonde nos levam as diretrizes curriculares? **Temporalis**, ano 1, n. 2. Brasília: Abepss, Valci, 2000.

FÁVERO, Eunice T. (coord.) **Perda do pátrio poder: aproximações a um estudo socioeconômico**. São Paulo: Veras, 2000.

_____. **Mães (e pais) em situação de abandono: quando a pobreza é fator condicionante do rompimento dos vínculos do pátrio poder**. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. O estudo social – fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos:** contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Cortez, 2003.

FAZENDA, Ivani C. A. (org.). **Dicionário em construção:** interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia numa era de revolução social.** 2. ed. Reorganizada e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **A Universidade Brasileira:** reforma ou revolução? 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Alfa–Omega, 1979.

_____. **A contestação necessária:** retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo: Ática, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio escolar da língua portuguesa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

_____. **Novo Aurélio do Século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOLDER de divulgação. **Proposta do II Curso de Especialização a Distância.** CFESS/ABEPSS, 2004.

FONTINELE JÚNIOR, Klinger. **Pesquisa em saúde:** ética, bioética e legislação. Goiânia: AB, 2003.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx** (1843-44: as origens da ontologia do ser social). São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se complementam. 9. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1985. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 27 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília: Plano Editora, 2002. (Série Pesquisa em Educação, v. 1).

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura.** 3. ed. Trad. Luiz F. Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Gesch V. Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XVII, n. 54. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Seminário temático: o Serviço Social e o sistema sociojurídico (Mesa de Abertura). Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região. O Serviço Social e o sistema sociojurídico. **Revista Em Foco**. Edição n. 2. Rio de Janeiro: Cress – 7ª região, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Ensino e pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. **Cadernos Abess**, n. 6. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: Cfess–Abepss–Cead/Nead–UNB, 1999.

_____. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. BONETTI, Dilséa Adeodata (org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. **Atribuições privativas do(a) assistente social: em questão**. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília/DF: 2002.

_____. *Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social*. Palestra gravada – Aula inaugural – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PUC/SP, 2005.

IANNI, Octávio. Dialética e Ciências Sociais. **Epistemologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Educ, 1984. (Série Cadernos PUC; 19).

_____. **Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

_____. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997). **Cadernos Abess**, n. 8. São Paulo: Cortez, 1998.

KATÁLYSIS. <http://www.katalysis.ufsc.br/principal>. Acessado em 08/03/05.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. Projeto História: história e oralidade. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*, n. 22, PUC. São Paulo: Educ, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANE, Silvia T. M. Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, S. T. M. et al. (orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Trad. de Carlos Roberto Alves Dias. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1968.

_____. **Lógica formal/lógica dialética**. 5. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

LEFEBVRE, Fernando e LEFEBVRE, Ana Maria Cavalcanti. Os novos instrumentos no contexto da pesquisa qualitativa. In: LEFEBVRE, Fernando et al. (org.). **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul, RS: Educ, 2000.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Sobre a particularidade como categoria da estética. 2. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **Ontologia do ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LÖWY, Michael. Goldmann e o estruturalismo genético. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano VII, n. 21. São Paulo: Cortez, 1986.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. O ensino teórico-prático do Serviço Social: demandas e alternativas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 44, ano XV. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. (coord.). **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio.** Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade. 2. ed. Renovada. São Paulo: PUC, 1994.

_____. **A nova identidade profissional. Serviço Social Hospitalar (São Paulo) n. 1,** Coordenadoria de Atividades do Serviço Social – Cass. São Paulo: Hospital das Clínicas, 1997.

_____. **O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 57, ano XIX.** São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo.** São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Trad. Maria Helena Barreiro Alves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Trad. Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. 3. ed. vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Introdução de Jacob Gorender. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl (1818-1883). **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos.** Seleção de textos de José Arthur Giannotti; tradução de José Carlos Bruni et al. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MELO, Ana Inês S. C. e ALMEIDA, Gláucia Elaine Silva. **Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 4, O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais.** Cfess–Abepss–Cead/Nead–UNB, Brasília, 2000.

MENDES, Jussara Maria Rosa. **O verso e o averso de uma história: o acidente e a morte no trabalho.** São Paulo, 1999. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 4. ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1996.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. Trabalho interdisciplinar: realidade e utopia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 51, ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo e FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 30, ano X. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. **Cadernos Abess**, n. 3. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. Razão, ontologia e práxis. **Revista Serviço Social e Sociedade**, 44, ano XV. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, 50, ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: Cead, 1999.

_____. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

NUPES. <http://www.uepg.br/nupes>, acessado em 18/02/2005.

PAIVA, Beatriz Augusto. Reflexões sobre pesquisa e processos de formulação e gestão. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta Continuada a Distância, 2000.

PINTO, Alvaro Vieira. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma trajetória de avanços e desafios. **Subsídios à III Conferência Nacional de Assistência Social**. São Paulo: Abong/Cfess/CNTSS/CUT, 2001.

Política Nacional de Assistência Social: versão oficial. São Paulo: Cortez, 2004.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 2. ed. revisada. São Paulo: Cortez, 1997.

———. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta Continuada a Distância, 2000.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. <http://www.pucrs.br>. Acessado em 11/02/2004.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. Trad. Maria Therezinha J. Ribeiro; rev. tec. Dea Ribeiro Fenelon. Projeto História: história e oralidade. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, n. 22, PUC-SP. São Paulo: Educ, 2001.

Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. **Disciplinas, atividades programadas, núcleos de estudos e pesquisas**. 2º semestre, PUC-SP, 2002.

Proposta básica para o projeto de formação profissional. Documento Abess/Cedepss (nov. 1995). **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50, ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996.

QUALIS. <http://qualis.capes.gov.br>. Acessado em 03/03/2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. **Revista Ciência e Cultura**, vol. 39, n. 3. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

———. **O pesquisador, o problema de pesquisa e escolha de técnicas**: algumas reflexões. Caderno Ceru, Textos 3, 2ª série. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

RIZZINI, Irma et al. **Pesquisando...** Guia de metodologias de pesquisa para programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1999.

ROJAS, Juana Eugenia Arias. O indizível e o dizível na história oral. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (coord.). **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**: um instigante desafio. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade. 2. ed. renovada. São Paulo: PUC, 1994.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, n. 2, Neils. São Paulo: PUC, 1997.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Módulo 4: O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Cfess–Abepss–Cead/Nead–UNB, Brasília, 2000.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência social entre a ordem e a “desordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo: Cortez, 1999.

SETUBAL, Aglair A. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A inter-relação da pesquisa com o estágio supervisionado**: uma proposta metodológica para o agir profissional. Teresina: Apech/UFPI, 1996.

SEVERINO, Antonio Joaquim. O poder da verdade e a verdade do saber. In: MARTINELLI, M. L. et al. (org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. rev. amp. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A pós-graduação na área do serviço Social no Brasil: contribuições das áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas para a construção de conhecimento. **Anais do IX Enpess – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Porto Alegre, RS: PUC-RS, 2004. (CD-Rom).

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis, SC: Ed. UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

_____. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: Cead, 1999. Sistema de Currículo Lattes. <http://www.cnpq.br>. Acessado em 25 de janeiro de 2005.

SPOSATI, Aldaíza. **Política de assistência social e direitos sociais**, Cadernos do Núcleo de Segurança e Assistência Social da PUC-SP, 1997.

_____. **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo.** Pólis/Inpe/PUC-SP, 2000. (CD-Rom).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Sistema de bibliotecas.** Normas para apresentação de documentos científicos. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2000.

VASCONCELOS, Ana Maria. O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais.** Módulo 4: O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Cfess–Abepss–Cead/Nead–UNB, Brasília, 2000.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. **Filosofia da práxis.** 3. ed. Trad. Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 49).

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Os sujeitos sociais em questão. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 40, ano XIII. São Paulo: Cortez, 1992.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional. **Cadernos Abess**, n. 8. São Paulo: Cortez, 1998.

XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Folder de divulgação, Cfess, Cress, Abepss, Enesso, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1993.

_____. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais.** Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Cfess–Abepss–Cead/Nead–UNB, Brasília, 1999.

_____. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais.** Módulo 4: O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Cfess–Abepss–Cead/Nead–UNB, Brasília, 2000.

_____. Avaliação dos cursos de pós-graduação em Serviço Social no contexto da reforma da política de ensino superior no Brasil. **Revista Temporalis**, n. 1. Brasília: Abepss, Valci, 2000.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**, ano 2, n. 3. Brasília: Abepss, graffine, 2001.